



**Que UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
Pró- Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação  
Departamento de Educação – Campus I  
Mestrado em Educação e Contemporaneidade

# Entre o dito e o não dito

Conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola.  
*Uma análise a partir da Comunidade de Helvécia- extremo  
sul da Bahia.*

Gean Paulo Gonçalves Santana

Orientadora: Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
Pró- Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação  
Departamento de Educação – Campus I  
Mestrado em Educação e Contemporaneidade

# Entre o dito e o não dito

Conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola.  
*Uma análise a partir da Comunidade de Helvécia- extremo  
sul da Bahia.*

Dissertação apresentada à Universidade do  
Estado da Bahia para obtenção do título de  
Mestre em Educação e Contemporaneidade.  
Área de Concentração: Educação.

Gean Paulo Gonçalves Santana

Orientadora: Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa

S232 Santana, Gean Paulo Gonçalves.

Entre o dito e o não dito: conflitos e tensões na refundação territorial quilombola: uma análise a partir da Comunidade de Helvécia – extremo sul da Bahia/ Gean Paulo Gonçalves Santana.- Salvador, 2008.

178f.

Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade – Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa

1. Sociologia da Educação – fatores raciais e étnicos 2. Comunidade quilombola de Helvécia – processo civilizatório 3. Pluralidade cultural I. Costa, Lívia Alessandra Fialho da II. Universidade do Estado da Bahia III. Título

CDD 370.193 42

## Folha de Aprovação

Gean Paulo Gonçalves Santana

Entre o dito e o não dito: conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola – uma análise a partir da comunidade de Helvécia.

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.  
Área de Concentração: Educação.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

### Banca Examinadora

Prof. Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa - Orientadora

Instituição: UNEB      Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Gabrielle Grossi – Membro externo.

Instituição: UFRB      Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder – Membro interno.

Instituição: UNEB      Assinatura: \_\_\_\_\_

Eu sei muito pouco.  
Mas tenho a meu favor tudo o que não sei  
E – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos.  
Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza.  
É com ela que eu compreenderia tudo.  
Tudo o que não sei é que constitui a minha verdade.  
*Clarice Lispector.*

## **Agradecimentos,**

O som dos tambores, reminiscência dos meus ancestrais, fecundos em mim, eleva-se com meu canto discursivo a Javé, Senhor dos Senhores – Olorum princípio da vida e de tantos outros rituais na memória do meu povo.

O toque suave de mãos firmes, percussionantes, me acalentou, e fez-se alimento- raiz, broto, flor e fruto sapienciais na cozinha, nos bordados e nas rodas de bate-papo de Menininha minha mãe, Valdomiro meu pai, e nas “fazelanças” dos temperos com meus irmãos: Gê, Su, Bio e Lulu, também, fortificado pelos circos, cirandas e fogueiras junto a Aleflor, Marcão, Marcio e pela meninada querida e “confusenta”, Jô, Dante, Toninho, Guiga, Dan, Ju, Biel, Lipe, Lala e Lêê, meus cunhados e sobrinhos. Os primeiros, meus outros irmãos, os segundos, meus filhos que não tive, mas que me foram partilhados como tio e padrinho. Lourdes e Tana, “in memória”, minhas avós que me ensinaram arte e desejo de contar histórias no “pisê” do caboclo, nas cochas emendadas e nas histórias lá da roça.

Nesse noviciado acadêmico foram muitas as mestras e doutoras que me ensinaram arte-manhas. Yolanda sempre me provocando a dar um passo novo; minha querida Fátima e toda equipe do Ruy Barbosa; as franciscanas catequistas, Leidinalva e Gi, que me acolheram e muitas vezes me alimentaram em Salvador. Jamais esquecerei a menina tímida nos movimentos do corpo, mas uma explosão de competência que se fez próxima a mim com os meus riscos e rabiscos, meus sons e minhas idéias no papel, minha querida amiga Eliana. Krysna Jaque, Liliane, Délia e meus amigos literatos e lingüistas.

A minha fraternidade franciscana que no tumulto de meus pensamentos seguiu o ritmo próprio da paz e do bem.

Assim como muitos pescadores, ancorei em um porto seguro: denominado de escondido ou simplesmente Helvécia. Ali fiz festa com tamanha riqueza humano-cultural. Embalado pelos discursos das Meninas da Associação Quilombola de Helvécia, Maria, Mausinéia, Jane, Roseli e Regina, negritude mais luminosa não podia haver. Escandalosamente romperam com meu mundo pequeno de ser gente. Energia viva como as de Faustina. Das celebrações e cantos conduzidos pelo grupo da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Cinthia e todas as crianças do coral. Do sossego da Dede, das Marias, de Odésio e padre Paulo que me acolheram como filho, irmão e companheiro – a certeza do lar, da mesa e da cama sempre abertos.

Aos grandes homens e mulheres do curso de Mestrado e Contemporaneidade: Meus queridos amigos do Curso, suas “sapiências e experiências, nossos deslocamentos e aproximações geográficas e humanas jamais serão esquecidas. E ao nosso conjunto de unidade tão diversa e por isso mesmo tão rica: Dra. Ana Célia, Dra. Jaci Menezes, Dra. Yara Dulce, Dra. Katia Mota, Dra. Delceles Mascarenhas, Dr. Antonio Dias, Dr. Ivan Novaes e Dr. Alfredo Mattos, não apenas costuraram saberes e, sim, cingiram – deixaram marcas profundas que levarei comigo.

Agradeço a PPG (UNEB) pela concessão da bolsa PAC, essencial no cumprimento de minhas idas e vindas ao quilombo de Helvécia e no acesso a instrumentalizações necessárias à pesquisa. Ao Professor Dr. Marcos Luciano Messerder. Sinto-me feliz em poder partilhar o resultado de minha pesquisa,

depositando-a sob seu olhar cuidadoso e competente de Antropólogo para novas ressignificações próprias daqueles que fazem experiência do/com saber.

Ao Dr. Gabrielle Grossi, um agradecer especial pela participação na minha qualificação e pelo “mergulho” no meu exercício analítico do entre dito sobre os povos afrodescendente do extremo sul. Sua perspicácia observadora, plena de detalhes que enriqueceram minhas novas leituras, provocando-me a realizar olhares mais profundos.

E a uma menina, mulher. Já titulada de doutora. Que possui marcas fecundas das grandes matriarcas que sabem construir aprendizagem: instigante, penetrante, apaixonante, adjetivamente a própria competência em desafiar para fiar nova tessitura nos que com ela se fazem aprendizes em seu rito de passagem - A Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa, uma tecelã do homem, da palavra, dos saberes e das verdades sempre em construção: raiz, broto, flor, fruto e semente para novos recomeços – paz e bem.

Com todas e todos,

Quero entoar um canto novo de alegria  
Ao raiar daquele dia de chegada em nosso chão!  
Com meu povo celebrar a alvorada  
Minha gente libertada  
Lutar não foi em vão.

Pela força do amor o universo tem carinho  
E o clarão de suas estrelas ilumina o caminho  
Nas torrentes a justiça meu trabalho é comunhão  
Arrozais florescerão  
E seus frutos liberdade colherão.

Frei Domingos dos Santos



## Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir alguns conflitos e tensões que emergem da situação de reconhecimento de comunidade de remanescente quilombola em Helvécia, distrito do município de Nova Viçosa, localizado no extremo sul da Bahia, Estado do nordeste brasileiro. A adoção do rótulo “étnico”, a partir da certificação das terras (Artigo 68 da Constituição), faz emergir um novo território e, claro, a (re)fundação territorial não se deu de forma pacífica entre os moradores da cidade: são uma maioria negra que ao longo dos anos inculcou valores veiculados pela escola e pela Igreja católica – centros usuais de discursos religioso-pedagógicos, e, por isso, espaços onde os mecanismos de “inculcação” têm ritos fecundos de efetivo resultado. A (re)fundação desse território faz rememorar para esses habitantes o seu passado, em uma época em que muitos crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com a identidade histórica. Pesquisar o efeito da gramática em torno da semântica “ser quilombola” provoca inquietações, pois supõe estar atento a vivências e experiências particulares. Em torno desse objetivo, realizamos uma pesquisa etnográfica em Helvécia cujo fio norteador buscava entender que elementos da vida social e cultural de Helvécia são movimentados em prol da refundação territorial quilombola e como os conflitos são produzidos/apropriados. A partir desta pesquisa, compreendemos que as mulheres têm um papel de destaque nesse cenário em construção semântica identitária. Por isso, a pesquisa concentrou-se nas narrativas de 5 mulheres, responsáveis pela fundação da Associação Quilombola de Helvécia (AQH). Na luta pelo reconhecimento das terras, elas articulam, organizam, silenciam e se pronunciam em diferentes circuitos sociais em Helvécia, reordenando um espaço marcado pelo patriarcalismo europeu, recuperando o matriarcalismo presente nos antigos e novos terreiros, extensão da casa, projeção para rua, fronteiras familiares sempre abertas às trocas dos preparos feitos na cozinha e na consciência; da janela tudo observam, do *terreiro* tudo partilham: tornam-se líderes na escola, fonte de renda familiar e, pouco a pouco, referência no espaço eclesial. Essas marcas e ações que geraram cumplicidade em torno da remanescente quilombola podem ser lidas como um deslocamento geográfico de poder. Esses foram os pontos de partida das discussões em torno do dito e do não dito, ou dos conflitos e tensões na refundação territorial quilombola em Helvécia.

Palavras chave: quilombola, refundação territorial e identitária.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir algunos conflictos y tensiones que surgen de la situación del reconocimiento de la comunidad de remanescencia quilombola en Helvécia, distrito de Nova Viçosa, localizada en el sur de la Bahia, estado del nordeste brasileño. La adopción de la "etiqueta" étnica, desde la certificación de las tierras (Artículo 68 de la Constitución), surge un nuevo territorio y, por eso la (re)fundación territorial no se dió de una manera pacífica entre los habitantes del distrito: son una mayoría negra que inculcó valores transmitidos por la escuela a lo largo de los años y por la Iglesia católica - centros donde existe discursos pedagógicos religiosos, y por eso, son espacios donde la "inculcación" los mecanismos tienen ritos fecundo y un resultado efectivo. La (re)fundación de ese territorio hace recordar para esos habitantes su pasado, en una época en que muchos crecen en un tipo de presente continuo sin cualquier relación orgánica con la identidad histórica. Para investigar el efecto de la gramática alrededor de la semántica "ser quilombola" provoca inquietudes, porque supone estar atento a las vivencias y las experiencias privadas. En torno a ese objetivo, realizamos una pesquisa etnográfica en Helvécia cuyo eje norteador buscaba entender que los elementos de la vida social y cultural de Helvécia estén orientados en prol de la refundação territorial quilombola y como los conflictos son produzidos/absorvidos. A partir de esta investigación, entendemos que las mujeres tienen un papel de destaque en ese escenario en construcción semántica identidária. Por eso, la investigación se concentró en las narrativas de 5 mujeres, responsable por la fundación de la Associação Quilombola de Helvécia (AQH). En la lucha por el reconocimiento de las tierras, articulan, organizan, imponen silencio y son pronunciados en circuitos sociales diferentes en Helvécia, reordenando un espacio marcado por el patriarcalismo europeo, y recuperando el matriarcalismo presente en los antiguos y nuevos espacios, extensión de la casa, proyección hacia la calle, las fronteras familiares siempre abiertas a compartir la preparación en la cocina y en la consciencia; de la ventana todo se observa, del patio todo es compartido: se vuelven líderes en la escuela, fuente de ingreso familiar y, poco a poco, referencia en el espacio eclesial. Esas marcas y acciones que generaron complicidad alrededor de la remanescência quilombola pueden ser leidas como desplazamiento geográfico de poder. Esos fueron los puntos de partidas de las discusiones alrededor de lo dicho y de lo no dicho, o en los varios conflictos y tensiones de la refundación territorial quilombola en Helvécia.

Palabras Clave: quilombola, refundación territorial e identitária.

“Não se trata mais, portanto, de partir das alteridades dadas,  
e sim, de investigar como a alteridade torna-se um dado,  
como ela é feita um fato,  
como ela é discursiva  
e praticamente construída  
por meio de linhas,  
cortes,  
nervuras,  
dobras,  
diferenças  
e identidades.”  
(Arruti, 2006, p.26 ).

# SUMÁRIO

## **Introdução**

### **Capítulo I: Trilhas-tribo-trilhos: os ditados na itinerância sócio histórica da população afrodescendente de Helvécia.**

1.1- Memorial: um estranho caminho construindo conhecimento de si a partir de outros

1.1.1 – Colocando os pés no “terreiro”.

1.1.2 – Raízes e razões: protagonismo feminino em Helvécia.

1.2 - Transição: de Colônia Leopoldina a Helvécia.

1.2.1 - Helvécia recortada – estrada de ferro Bahia - Minas.

### **Capítulo II: Ser Quilombo-Quilombola e a Política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades quilombolas – acesso a justiça.**

2.1- Problematizando a identidade étnica quilombola: Artigo 68 (Art. 68/ADCT/CF 1988) e o Decreto 4887/2003.

2.2- Cidadania – emancipação e utopia.

### **Capítulo III: Entre o dito e o não dito: a palavra quilombola entre o material e imaterial.**

3.1- Os gritos e os silêncios: o fluxo dos conflitos e os impasses em torno da remanescência em Helvécia.

3.2- Reminiscências, direitos e remanescência – um procriar de mulheres.

### **Capítulo IV: Sentidos e sentenças no dito ser quilombola: ser nós e os nós da (re) constituição, (re) semantização e da (re) fundação espacial no extremo sul da Bahia – Helvécia.**

4.1- Reescrevendo o espaço: “nova configuração territorial” – processo de territorialização.

4.2- Reescrevendo o homem: “novo sujeito institucionalizado” – processo de reconhecimento.

### **Capítulo V: O entre dito no processo de formação identitária quilombola: Escola – Igreja Católica.**

5.1- Discursos e práticas pedagógicas: a palavra quilombola no processo de formação identitária.

5.2- Discursos e práticas religiosas: a palavra quilombola no processo de formação identitária.

## **Considerações finais**

## INTRODUÇÃO

---

Articular historicamente o passado não significa “conhecê-lo” como de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIN, 1987).

O início dessa trajetória se faz a partir de relatos orais e escritos, carregados de sentimentos. Surge em meio a um amontoado de reflexões que instigam o desejo de pesquisar um tema circunscrito no contexto do extremo sul baiano, um cenário que aponta para uma grande diversidade étnica e cultural: estão ali, na zona costeira, grupos de etnia pataxó e, do lado interior, residentes na zona rural, comunidades de negros que, na atualidade, mergulham num processo de luta pelo reconhecimento das reminiscências quilombolas. Estes são os sujeitos-protagonistas desse estudo.

As imagens criadas pelo e para o homem no cotidiano de sua existência leva a pensar no que elas produzem, instauram e encobrem em relação ao passado público da época em que se vive. Tal sentimento foi por mim experimentado quando participei do panorama de reflexões provocadas pela Campanha da Fraternidade 1988 <sup>1</sup>, cujo tema era “Fraternidade e o negro -

---

<sup>1</sup> Campanha da Fraternidade é uma ação da Igreja Católica promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que ocorre desde 1964. Essa ação evangelizadora surgiu durante o Concílio Vaticano II. Três documentos conciliares foram importantes para o desenvolvimento da CF: Sacrosanctum Concilium, sobre a liturgia; Lumen Gentium, sobre a natureza e missão evangelizadora da Igreja; e Gaudium et Spes, sobre a presença transformadora da Igreja no mundo de hoje. A cada ano a Igreja escolhe um tema que inicialmente, contemplaram mais a vida interna da Igreja. A situação de injustiça, de exclusão e de crescente miséria levou à escolha de aspectos bem determinados da realidade socioeconômica e política brasileira. O restabelecimento da justiça e da fraternidade nessas situações era compromisso urgente da fé. Os temas podem ser divididos em três fases, ao longo desses 43 anos. A primeira fase: Em busca da renovação interna da Igreja (1964-1972); segunda fase: A Igreja se preocupa com a realidade social do povo denunciando o pecado

ouve o clamor deste povo!” Esse sentimento tornou-se mais patente em dois outros momentos: em 1992, ao participar do *Intereclesial de Ceb's*<sup>2</sup>, que teve como tema “As culturas oprimidas”; e, de forma “inquisidora”, em 2004, quando desempenhei a função de professor no curso de Pedagogia e, naquela oportunidade, conheci cinco participantes do movimento em prol do reconhecimento quilombola em Helvécia, distrito hoje rodeado por plantações de eucaliptos de grandes empresas de agro-negócio. Em um dos trechos do pedido de reconhecimento, essa situação está bem representada:

Atualmente estamos perdendo a nossa liberdade de ir e vir em busca do nosso próprio sustento devido o grande plantio de eucalipto ao nosso redor e nas nossas terras. O eucalipto tem destruído o resto da Mata Atlântica da nossa terra, e empobrece as nossas roças. Somos impedidos, através de forças policiais, e das empresas (...), de caçar, pescar e tirar lenha nas nossas próprias terras. (*Pedido de reconhecimento como comunidade quilombola, 23-10-2004*).

Helvécia é um distrito do município de Nova Viçosa, localizado no extremo sul da Bahia, especificamente na microrregião de Porto Seguro, a 17°48'27'' S de latitude e 39°39'51'' W de longitude. Constituiu-se como Comunidade Quilombola através da certificação de 19 de abril de 2005, da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR). Sua história transporta-nos a 1818, à antiga Colônia Leopoldina, de posse suíço-alemã, tendo como responsáveis Pedro Peyckr e os naturalistas Freyreiss e Morhardt. Era uma sesmaria situada ao longo do Rio Peruípe, palco de grandes acontecimentos em relação ao transporte de grãos e de “gente” (escravos repatriados) de origens gêge, cabinda, manjolo, benguela

---

social e promovendo a justiça (Vaticano II, Medellín e Puebla) (1973-1984) e a terceira fase: A Igreja se volta para situações existenciais do povo brasileiro (1985-2008).

<sup>2</sup> Encontro que reuniu interessados da América latina e Caribe, ocorrido em Santa Maria – RS, promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEB's. O movimento popular articulado pelas CEB's não é apenas um espaço social e político, mas é também o lugar do encontro com Deus. As CEB's realizam no povo dos pobres uma experiência de Deus que é necessário discernir, expressar, comunicar e, sobretudo, refletir.

e nagô. Este último compunha a maior parte da população local, de acordo com a lista de inventário Mantandon de 1858.

Segundo as informações prestadas pelos residentes no CENSO de 2000 sobre a sua cor ou raça<sup>3</sup>, cerca de 43,4% dos moradores eram de pardos, 39,5% de pretos, 14,9% de brancos e 0,6% de indígenas. Em soma, a população parda e preta (negra) perfazia 82,9% do total, proporção superior em quase dez pontos percentuais à média estadual, que é 73,2%. Os dados revelam forte influência da presença negra em Helvécia, traços de um período que guarda nos rituais religiosos e culturais marcas da ancestralidade africana na antiga Colônia Leopoldina.

Em uma sociedade organizada e marcada por processos contemporâneos de transformações rápidas, de maneira geral, os índices estatísticos adquirem grande importância. Através deles, nos é possível medir características presumidamente presentes em diferentes argumentos sociais e populações. Por isso mesmo, as estatísticas desempenham papel relevante no jogo das relações entre pessoas, diferentes grupos sociais e espaços.

Em uma retomada histórica, vale lembrar que o ano de 1988, marcado pelo Centenário da Lei Áurea, pelo rememorar da figura emblemática de Zumbi dos Palmares e, sobretudo, pela realização da Assembléia Constituinte, provocou grandes discussões, inclusões e exclusões de novos sujeitos em torno da temática “comunidades negras rurais”, posteriormente denominadas

---

<sup>3</sup> A investigação de cor ou etnia ocorreu de acordo com a autoclassificação da pessoa em uma das seguintes opções: Branca – para a pessoa que se enquadrou como branca; Preta – para a pessoa que se enquadrou como preta; Amarela- para a pessoa que se enquadrou como de raça amarela de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. Parda- para a pessoa que se enquadrou como parda ou se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça; ou indígena para a pessoa que se declarou como indígena ou índia. (IBGE, 2002).

remanescentes de quilombo, conforme o Artigo 68<sup>4</sup> (Atos dos Dispositivos Constitucionais transitórios – Constituição de 1988). A partir desse itinerário histórico-temporal, muitas reflexões têm sido feitas sobre as condições de vida e organização das comunidades negras, promovendo o acesso ao conjunto de bens/princípios sócio-culturais dessas localidades (ARRUTI, 2006).

Parafrazeando Benjamin (1987), um clamor acadêmico desafiava a articular historicamente o passado em Helvécia. Não conhecê-lo como de fato foi, mas em apropriar-se da reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo, enfrentamento, tensões, conflitos e “extensões interpretativas” em torno das relações sócio-culturais e da certificação daquele espaço como comunidade de remanescente quilombola, ocasionado e impulsionado pelo levante e articulação política de negras-mulheres-educadoras, protagonistas da AQH (Associação Quilombola de Helvécia)<sup>5</sup> e de outras - outros sujeitos a conhecer.

Assim, estudar e adentrar o espaço de Helvécia tornou-se pretensão à medida que novas tensões se configuraram diante dessa nova realidade político-semântica: ser comunidade quilombola. Isso porque, segundo DaMatta (1997), o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. Assim, essa pesquisa tem por objetivo registrar os conflitos e tensões em torno da “memória-história da formação étnica” da comunidade de Helvécia-Bahia, sua organização social e

---

<sup>4</sup> Art. 68/ADCT/CF 1988: Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

<sup>5</sup> Associação fundada em 09 de maio de 2005, conforme registro da Ata de criação e Fundação e, com estatuto registrado na Cidade e Comarca de Nova Viçosa-Bahia, sob nº215, Livro A, folhas 258, em 01 de novembro de 2006.



política, estabelecida nos confrontos entre fontes documentais e orais, bem como identificar as formas e manifestações mediante as quais o presente relaciona-se com o passado e as interpretações conflitantes que ajudam a multiplicar os pontos de vista sobre os eventos do passado até então presos à dimensão documental. Objetiva também investigar como a escola e a Igreja contribuíram na preservação ou negação da identidade quilombola, uma vez que a Igreja católica, que tem como padroeira Nossa Senhora da Piedade e São Sebastião, também fortemente cultuado, e a Escola de Ensino Fundamental João Martins Peixoto são centros usuais de discursos religiosos-pedagógicos, por isso, espaços onde os mecanismos de “inculcação” têm ritos fecundos de efetivo resultado.

A análise do processo de (auto) descoberta e recriação identitária quilombola exige uma compreensão da complexidade dos fatos que se instauram a partir da legalidade constitucionalizada. Assim, a análise privilegiou a observância do conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos implicados na adoção do rótulo “étnico”, seus condicionamentos e efeitos a partir dos recursos/impactos semânticos e retóricos do Artigo 68 (Constituição) no processo de certificação de Helvécia como Comunidade de remanescente quilombola.

O pedido de reconhecimento como comunidade quilombola é tema “espinhoso” em Helvécia. Não há registros escritos que formalizem o movimento inicial. Sabe-se, no entanto, que um grupo de mulheres, por volta do ano de 2003, fez-se presente a uma reunião pública, promovida pelo Deputado Luis Alberto e pelo Legislativo do Município de Nova Viçosa, em Helvécia. Essa reunião tinha como pauta apresentar um relatório – análise e/ou

estudo que o Deputado havia feito sobre o extremo sul da Bahia. Dentre tantos relatos, afirma M.A.S., atual Diretora da Escola João Martins Peixoto e moradora de Helvécia, que o que ressaltava do texto eram as possibilidades e as vantagens em tornar Helvécia uma Comunidade Quilombola, visto que, segundo o Deputado, a ancestralidade africana e a existência de expressões culturais próprias eram características significativas no distrito. Nessa reunião foi apresentado à comunidade um panorama histórico e legal instigando o legislativo local a fazer o pedido de reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares.<sup>6</sup> Passados alguns meses, não percebendo iniciativa por parte do

---

<sup>6</sup> Instituição constituída a partir da LEI nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Tem como objetivo promover, preservar e difundir os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Busca compreender as semelhanças e diferenças da história e dos processos de integração social das comunidades negras. Conforme o Decreto 4887/2003, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é de competência da Fundação Cultural Palmares, de acordo com os Artigos 5º, 11,16,18 e 21, respectivamente. Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto. Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado. Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência. Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição. Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN. Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem. Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Legislativo, o pequeno grupo de mulheres acionou a Associação Comunidade Afro<sup>7</sup> (ACA), de Posto da Mata, que já tinha experiências e conhecimentos com relação a direitos e políticas de reparação para com os afrodescendentes. Nessa ocasião, chegava a Helvécia um antropólogo do Rio de Janeiro para realizar um estudo na comunidade. O pequeno grupo de negras mulheres, que transitava na ACA e mantinha diálogos constantes com o antropólogo, não tardou a perceber e conscientizar-se dos benefícios que tal procedimento traria à comunidade. A partir dessas reuniões e conversas informais, o grupo de mulheres, a revelia da maioria da comunidade, que até então não estava inserida nas discussões e tão pouco desejava tal acontecimento, formalizou o pedido de reconhecimento de Helvécia como comunidade quilombola em 23 de outubro de 2004. A fim de oficializar o pedido, o grupo coletou assinaturas de cinco antigos moradores de Helvécia – não eram necessárias as assinaturas de uma maioria da comunidade – e anexaram a um texto que descreve algumas situações consideradas relevantes para um pedido de reconhecimento de terras de remanescente quilombola: presença das manifestações culturais e religiosas em Helvécia e que denotam uma ancestralidade africana; forma de organização e uso da terra; além disso, o texto ressaltava a necessidade de tal empreendimento em função das ameaças e dificuldades de locomoção provocadas pelas cercanias policiais a serviço das empresas de agronegócio de celulose. As reuniões normalmente aconteciam na Escola João Martins Peixoto, onde essas mulheres atuavam como professoras ou no antigo prédio da Associação, um mercado reformado. Após o envio do pedido, as reuniões começaram a ocorrer no intervalo de 15 dias. E, conforme portaria nº 7 do dia 6

---

<sup>7</sup> A Associação Comunidade Afro ainda existe, no entanto, não há relações com a AQH de Helvécia.

de abril de 2005, da Fundação Cultural Palmares e publicação no Diário Oficial da União, nº 74, secção 1, do dia 19 de abril de 2005, Helvécia, a partir daquele momento, tornou-se legalmente Comunidade Remanescente de Quilombo. Pouca ou indiferente era a participação da comunidade nas reuniões promovidas pelo grupo de mulheres; os participantes são praticamente as mesmas pessoas que no futuro viriam a formatar a Associação Quilombola de Helvécia: 10 participantes, dentre eles 07 mulheres e 03 homens. Com o antropólogo, faziam leituras das leis que deveriam acionar com a nova categoria aferida à comunidade, discussões temáticas. Por fim, organizaram e encaminharam a criação da Associação Quilombola de Helvécia - AQH, visto que começavam a aparecer conflitos de interesses e jogos de poder com a ACA. A Ata de fundação da Associação foi datada em 09 de maio de 2005, e, posteriormente, foi criado o estatuto da AQH, nas dependências da Escola municipal João Martins Peixoto, e registrado em cartório em 1º de novembro de 2006. Segundo relato, os textos do estatuto da AQH, artigos e parágrafos, fizeram-no com base em uma cartilha intitulada “Terra de índios”, que trazia informações e sugestões de como organizar uma comunidade quilombola. Ausente e indiferente às discussões – ou como afirmam as mulheres do grupo inicial, “sem dar créditos ao movimento” – a comunidade de Helvécia, se assusta com a revelação do Diário Oficial da União: Helvécia havia se tornado um quilombo. Abaixo-assinados, ameaças veladas de morte, “esbofeteamento” em uma dos membros da AQH e muitas outras intrigas marcaram o início do reconhecimento, fatos que serão descritos no decorrer desse trabalho.

Assim, evocar o passado, em uma época em que muitos crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado,

torna-se um elemento importante, mesmo porque as pessoas, independentes de origem e história, passam por experiências centrais que as identificam em espaços includentes ou excludentes. (HOSBSBAWM, 2000).

Dessa forma, pesquisar e refletir sobre a semântica em torno de comunidades de negros rurais a remanescentes de quilombo, tão bem explorada por Arruti (2006), nunca pareceu tão complexa, nem tão difícil de ser aceita, uma vez que se tornou pública, patente e estigmatizada. Por outro lado, se esses termos nem sempre tiveram um caráter relativo, enquanto variáveis em função das necessidades vitais e sociais de cada grupo em determinado momento de suas histórias, no mundo contemporâneo, essa relatividade adquire outra proporção e o fez, sobretudo, com o Decreto 4887<sup>8</sup>, de 2003, que regulamenta o procedimento de regularização fundiária: “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultura.”

Pesquisar o efeito dos fatos discursivos advindos com a categoria “**ser quilombola**” em Helvécia, o que se diz e o que se vê e, de sobremaneira, interpretar, provoca inquietações que crescem com as aspirações de tentar colocar-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares.

O tema da identidade ou da construção identitária tem mobilizado um número significativo de pesquisadores em diversos campos disciplinares. O avanço quantitativo e qualitativo dessa produção levou os pesquisadores e interessados no tema a um consenso: identidades são construídas. As

---

<sup>8</sup> Decreto assinado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, concedendo às comunidades negras o direito à auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombola, tendo como fundamentação a convenção de 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais. Esse Decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

pesquisas que se interessam pelo tema necessitam ainda partir da compreensão de que identidade é, ao mesmo tempo, uma categoria operativa através da qual se pode explicar/interpretar comportamentos e atitudes individuais e coletivas frente à cultura ou sociedade; e também de que identidade é um elemento constitutivo de vivência dos sujeitos sociais. Partindo dessas assertivas, o trabalho de campo em Helvécia tem apontado para a necessidade de se pesquisar a construção da identidade afrodescendente através de uma reflexão inicial acerca do papel desempenhado pela referência *Quilombola* na vida dos moradores. Assim, metodologicamente, fiz opção de iniciar a pesquisa por uma enquete em torno do significado local de ser remanescente de quilombo. Elegi dois espaços de seleção de interlocutores: a escola João Martins Peixoto e a Igreja Nossa Senhora da Piedade. A escolha se deu pelo fato dessas instituições reunirem agentes cujo papel educativo poderia sustentar uma forma mais “tradicional” de se expressar, negando mudanças; ou promover uma “consciência” de memória histórica da população – buscando, assim, privilegiar o discurso de remanescente quilombola.

Em torno dessa hipótese, tomei como fio norteador a seguinte pergunta de pesquisa: que elementos da vida social e cultural de Helvécia são movimentados em prol da refundação territorial quilombola? Por que há conflitos? Como são produzidos/apropriados? Investigar tais aspectos exigiu uma metodologia que desse conta dos dados qualitativos/subjetivos das vivências. A observação participante foi, assim, o ponto de partida para uma vivência há muito desejada, naquele espaço constituído ao longo dos quase 200 anos de formação e delimitação de fronteiras identitárias. Dauster (2003) diz que ressaltar as tensões entre o singular e o universal é fato consistente, no

permeiar do trabalho do pesquisador, seja antropólogo ou educador, isso para que o “pesquisador – tecelão – artesão” do conhecimento possa navegar entre o micro e o macro, co-relacionando tempo e espaços e, assim, ser capaz de co-optar e pensar outros sistemas de referência que não o familiar.

De acordo com Velho (1981) percebe-se que tal intento exige um mergulho em profundidade, difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo, pois experienciar as dimensões de uma sociedade e/ou conhecer certas áreas que a ela se referem requer um período de tempo razoavelmente longo, porque, segundo o autor, existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

A relação dialógica existente entre os sujeitos pesquisados ocorrera em um intervalo de dois anos e de forma densa em dois meses, com minha inserção na comunidade como morador em busca de possíveis respostas. A fixação de moradia possibilitou um mergulhar no mundo “hipotético”, “uma viagem ao mundo do ‘outro’ à procura da ‘teia de significados’ inscrita em toda ação social” (GEERTZ, 1978). Nasce daí uma relação intersubjetiva, baseada num caráter reflexivo que encerra o conhecimento possível de uma “*visão interna do fenômeno*”, a partir de uma experiência empírica direta. Foram realizadas observações diretas e indiretas, participatórias, junto às cinco mulheres da AQH e alguns representantes da comunidade, a exemplo a coordenadora do grupo de dança bate-barriga, e o presidente das embaixadas dos mouros e cristãos; duas famílias: uma em que houve união de parentesco com os colonizadores e outra que se mantivera fora do vínculo de parentesco com colonizador. Em ambas, as entrevistas se deram com as mulheres; isso

porque, todas estão inseridas em espaços educativos, ocupando ou que já ocuparam cargos diretivos. Esses foram os pontos de partida das e nas discussões em torno do dito e do não dito: conflitos e tensões na refundação territorial quilombola em Helvécia.

Um estudo sistemático acerca da formação desse lugar/comunidade que almeja reconhecimento a partir de uma singularidade constituída no tempo e que delinea de forma diferente o ser e o agir, por meio de manifestações sócio-culturais e religiosas, parece apontar para uma resistência e manutenção de uma identidade construída ao longo dos enfrentamentos identitários ou dos jogos de poder. Exemplos dessa dinâmica é a presença do Bate-barriga (festa em que os homens batem tambor e as mulheres batem coxas umas contra as outras, tiram música e fazem versos); samba de viola (coloca-se um santo dentro de um pequeno oratório e vai-se para uma residência onde se faz uma festa com pandeiro, sanfona e caixa, um tipo de tambor); Cosme e Damião (caruru: um ritual da religiosidade africana, onde se entoam cantigas nagôs e há distribuição de doces); Mouros e cristãos (representação da luta entre as duas facções, com embaixadas e tiros de festim); grupos de capoeira e maculelê; festa de São Benedito, São Sebastião e Nossa Senhora da Piedade. Parece que, diante da brutal mudança na escala das transformações que se operam nos processos de integração, troca e mudança social, o problema da alteridade deixa de se expressar apenas em termos de diferença, para se expressar também por meio das identidades, pois, sendo um produto social e histórico, um artefato, pode e deve ser problematizado nos seus modos de produção. (ARRUTI, 2006).



Adentrando no universo imagético de Helvécia e em suas histórias, presentes nos discursos orais e escritos, pouco a pouco, elementos entreditos sobressaem, gerando inquietações ao propenso pesquisador, sobretudo no que diz respeito ao panorama espacial do faccionalismo político do povoado: centro e periferia. Sendo em sua quase totalidade habitada por negros, deparamos com remanescentes ativos e contra ativos, neutros ou ambíguos ou um dos cônjuges de fora do processo e de posicionamentos em torno da temática: comunidade de remanescentes quilombolas. A performance das mulheres é “nitidamente observável nesse cenário em construção semântica identitária: ser quilombola”. Articulam, organizam, silenciam e se pronunciam em diferentes espaços sociais em Helvécia. Na luta pelo reconhecimento, reordenam o espaço marcado pelo patriarcalismo europeu, recuperando o matriarcalismo presente nos antigos e novos terreiros, extensão da casa, projeção para a rua, fronteiras familiares sempre abertas às trocas dos preparos feitos na cozinha e na consciência; da janela tudo observam, do terreiro tudo partilham, das conversas olhares baixo, mas penetrantes, firmes como as receitas e as cantigas presentes no bate-barriga. São líderes na escola, fonte de renda familiar e, pouco a pouco, referência no espaço eclesial. Essas marcas e ações que geraram cumplicidade em torno da categoria remanescente quilombola, deslocamento geográfico de poder, marcas na raiz em ser negros rurais no dito ser quilombola: ser nós e os nós da (re) constituição, (re) semantização e da (re) fundação espacial no extremo sul da Bahia.

Hoje, a construção da cidadania entre o povo negro e entre todos os povos vítimas da subordinação está a depender da construção/reconstrução da solidariedade entre eles, da desconstrução dos estereótipos, clichês e representações que recalcam sua aparência física, sua cultura e sua história e que os

afastam dos seus assemelhados étnicos, raciais, de gênero e de classe. A solidariedade negra pode vir a ser uma arma contra o racismo, contra a exclusão e contra o extermínio perpetuado contra o povo negro no Brasil. (SILVA, s.d)

É notório que a dita legalidade em torno desse (re)ordenamento conceitual propiciou reconfigurações no campo semântico no termo quilombo, não estando para as formas primitivas, atreladas ao conceito histórico de grupos formados por escravos fugitivos, e sim para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica, um fato dado em Helvécia em função da crise da cultura cafeeira e da propensão migratória de seus colonos para Salvador e outras cidades do Rio de Janeiro; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por escravos organizados em quilombos. Assim, a partir da dita legalidade, das unidades sociais, prefixada, agora, à refundação territorial, as mulheres se movimentam, produzem, reproduzem e se organizam na contemporaneidade, formam, episódios políticos, educacionais e culturais tensos e conflituosos quando da certificação dos espaços por elas constituídos como comunidade de remanescência quilombola.

O termo quilombo, evento que contribuiu para a constituição de uma categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante, “terras de uso comum”, de conformidade com o Artigo Constitucional 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4887/03 que preconiza: *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo*

*o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*” (SILVA, 2004, p.100), fora restituído enquanto vínculo sócio-cultural e histórico com o tipo e qualidade de organização social mais do que um estrito traçado datado de ligações lineares com o passado em *Helvécia*. Isso tem produzido profundas transformações no arranjo político interno, na sua relação com a memória e com as tradições, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior: nomeação constituindo identidades, identidades constituindo espaço de remanescência quilombola que, por sua vez, certifica as identidades e o espaço e suas trajetórias em curso.

A partir dessa realidade, pesquisar os conflitos e tensões que emergem da situação de certificação como comunidade de remanescentes quilombolas, quanto à “refundação” territorial, constitui uma inquietação, porque o Outro se mantém o mesmo diante da tendência, aparentemente irresistível, de todos os outros se transformarem no mesmo e porque as identidades das partes não se dissolvem na identidade do todo (ARRUTI, 2006).

A análise dos processos de (auto)descoberta ou de (re)criação identitária quilombola e o conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos implicados na adoção do rótulo “étnico” poderão revelar as nuances das tensões e conflitos que emergem em *Helvécia* a partir da expressa legalidade ocasionada pelo Artigo 68 e o Decreto 4887/2003. O impacto semântico e retórico em torno da aproximação conceitual aferida à *Helvécia*, não mais como comunidade de negros rurais e sim como afrodescendentes quilombolas, tem seus condicionantes e efeitos na descrição dos componentes de subjetivação que não estão territorializados em um corpo ou em um determinado recorte

espacial, mas que atravessam os sujeitos e os objetos por meio de uma trama de agenciamentos classificatórios e práticas descentradas de poder.

Segundo Arruti (2006), nenhuma característica está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas. O autor considera que a noção de grupo étnico, mesmo em sua definição weberiana, tornou-se a melhor ferramenta de descrição do fenômeno, isso porque o que é sociologicamente relevante no uso da categoria “grupo étnico” seria sua remissão ao movimento de um determinado agregado no sentido da constituição de uma unidade política.

A incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduz novas relações de diferença passa a ser fundamental na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. Essa incorporação parece apontar para um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, e que na atualidade os evoca para constituírem resistência, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo de forma (re)significada ao novo tempo-espço. Assim, podem-se pensar as identidades não como fixas, mas de conformidade com Boaventura Souza Santos, apud Schmitt et alli (2006), identificações em curso, integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades.

## Capítulo I:

---

### ***Trilhas – tribo - trilhos: os ditados na itinerância sócio histórica da população afrodescendente de Helvécia.***

*Embora possamos por um momento entrar na alma de um “selvagem” e através de seus olhos ver o mundo exterior e sentir como ele deve sentir-se ao sentir-se ele mesmo... Nosso objetivo final ainda é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la intelectualmente e artisticamente.*  
Malinowski, 1976.

#### **1.1. Memorial: um estranho caminho construindo conhecimentos de si a partir dos Outros.**

Versar sobre o fazer-viver experiência<sup>9</sup> a partir de um olhar “próximo - distante” que, no imergir sócio-espacial, privilegiou recortes e que, pelo próprio limite estabelecido nas fronteiras, faz-se amplamente complexo é ponto de “uni-versos” que corroboram ou não olhares e conceitos previamente estabelecidos e/ou constituídos na inter-relação e que, por isso mesmo, ampliam e aprofundam concepções de homem, de sociedade e de mundo. Este capítulo recupera as primeiras experiências vividas por mim, enquanto pesquisador, em Helvécia. O viver dessas experiências é a porta de entrada para um olhar mais próximo, capaz de compreender as vivências dos outros.

---

<sup>9</sup> Experiência é uma palavra composta da preposição ex com um verbo de uso antigo – Peri -, que significa tentar, experimentar, correr perigo. Explicitando mais os componentes desta palavra transliterada encontramos os seguintes significados: “EX”: esta preposição latina significa sair de, estar fora de, de dentro para fora, além de outros sentidos. “PERI”: tem um sentido de ao redor de, em torno de, isto é, conhecer, ver o mundo e a vida por todos os lados, dos diversos ângulos e “ÊNCIA”: do latim “scientia”, significa ciência, conhecimento, saber. Um conhecimento que o ser humano adquire quando sai de si – ex – e se confronta com o mundo, com as pessoas, com as coisas e com a realidade – Peri. Experiência não significa apenas ciências, mas é também consciência. (RECH, 1998, pp.21-22).

### 1.1.1- Colocando os pés no “Terreiro” <sup>10</sup>.

Nas rodas de história oral comuns nos fins de tarde em Helvécia, sejam nas calçadas, debruçados sobre as janelas ou nos “butecos” - pequenos bares espalhados pelas esquinas, becos e ruelas - muitas vezes se ouve dizer que caminho novo se faz na caminhada e que, por isso, estar atento ao imprevisto e às surpresas são elementos importantes àqueles que desejam colocar-se a caminho. No entanto, nesse mesmo discurso também se escuta: “quem não tem um caminho certo qualquer caminho serve”; desse modo, explicam os contadores de história oral que sempre é importante ter um ponto de partida e uma pretensa disponibilidade em escutar o caminho para melhor ver as aparências, essências e estruturas que muitas vezes não se apresentam em fotografias do mesmo, mas no colocar de pés no chão, uma metáfora que pouco a pouco denota os contextos, textos e pretexto do caminho e do caminhar; *“nesses caminhos em Helvécia tanto as cobras como as caças muitas vezes estão sob o mato e quase nunca sobre.”*<sup>11</sup>

Chegar a Helvécia e fixar moradia provocou ruídos internos que ainda são passíveis de interpretações, mas que necessitam de tempo para configurarem sentidos e sentenças estabelecidas pelas sensações intra e interpessoais. Estar desprovido do familiar e da habitual rotina, a princípio, causou medo, insegurança, mas, ao mesmo tempo, curiosidade para decifrar os “enigmas” antes que eles me devorassem ou que eu me deixasse ser devorado. Pouco a pouco fui devorado-devorador da geografia espacial e humana, seus córregos, corredores e, sobretudo, suas bicas, localizadas fora do perímetro urbano, imprescindíveis por oferecerem água de qualidade, isto

---

<sup>10</sup> O termo terreiro é a forma como os moradores se referem à Helvécia.

<sup>11</sup> Registro do caderno de campo: conversas com moradores idosos no abrigo, ponto de ônibus no centro do povoado.

até que os agrotóxicos das grandes plantações de eucaliptos que circundam o povoado, hoje, quase dentro dos quintais da população e que já se enraizaram aos túmulos do antigo cemitério São Pedro, resquício da Colônia Leopoldina, não as contaminem. Impressiona a trajetória que os moradores menos favorecidos, seja pelo capital econômico ou cultural, fazem para buscarem água na bica: amontoam grandes quantidades de garrafas “peti” em um saco plástico de 100 litros e, colocando-o sobre os ombros, sejam homens ou mulheres, jovens e velhos transportam-no com muita facilidade e por necessidade, pois ganham um dinheiro extra dos cidadãos que já podem pagar por esse “ritual de cangalha”. A água do sistema público não oferece boa qualidade, quase sempre escura e de cheiro forte.



Devoraram-me e também me fiz devorador por querer aprofundar conhecimentos sobre os movimentos rítmicos dos corpos nas manifestações do Bate-barriga, capoeira, maculelê, samba de roda, mouros e cristãos, dos discursos proferidos pelas lideranças e pelo padre nas celebrações litúrgicas

na Igreja Nossa Senhora da Piedade. Este último, mesmo não residindo no espaço, é parte integrante, pela autoridade que representa, da comunidade, evidenciando, com seu declarar eclesial e com sua prática, a sua opção preferencial pelos pobres e oprimidos, vítimas do sistema neoliberal. Esse discurso que retoma um dos fundamentos do CELAM<sup>12</sup>, em Puebla, tem incomodado parte das lideranças que não comungam com a idéia fé – política e, sobretudo, com a valoração das manifestações de origem africana. No entanto, sua postura tem agradado e fortalecido os discursos dos grupos minoritários, como exemplo aqueles proferidos pelos membros da Associação Quilombola de Helvécia e de outros que cultuam manifestações e representações afrodescendentes. Declara emocionada uma liderança negra da igreja que pela primeira vez foi possível apresentar, com seu grupo, as cantigas nagôs do bate-barriga, referindo-se à celebração que se realizou na Igreja católica no dia 20 de novembro, dia da consciência negra, em que entraram cantando e dançando com a ginga própria dos ritmos africanos. A caracterização dessa mulher faz pensar como os ambientes castram ou libertam, isso porque nas celebrações e nas rodas de bate-barriga parece ser duas pessoas extremamente distintas: na primeira toda maquiada, de peruca, movimentos leves e normalmente encostada à parede, enquanto que na segunda ocupa o centro, movimentos rápidos, voz altiva e de comando.

---

<sup>12</sup> Conferência Episcopal Latino Americana é uma assembléia de bispos que representam as diversas Conferências Episcopais dos vários países que compunha a America Latina e Caribe e que tem como objetivo proporcionar maior cooperação ministerial do Episcopado e maior unidade da Igreja. A 1ª. Ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, Convocada pelo Papa Pio XII, a 2ª. Em Medellin, Colômbia, de 26 de agosto a 4 de setembro de 1968, Convocada pelo Papa Paulo VI, a 3ª. Puebla de los Angeles, México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, Convocada pelo Papa Paulo VI, a 4ª em Santo Domingo, República Dominicana, 12 a 28 de outubro de 1992, Convocada pelo Papa João Paulo II e a 5ª CELAM, em Aparecida, Brasil, 13 a 31 de maio de 2007, Convocada pelo Papa Bento XVI.



Ao participar das ladainhas em latim em memória dos mortos, movimento litúrgico que ocorre nas casas e não na Igreja após 7 (sete) dias de falecimento, seis meses, um ano e termina o ciclo com 7(sete) anos, chama-me atenção a extrema concentração de alguns participantes que, em determinado momento, parecem estar em êxtase espiritual. Mesmo que a pronúncia não corresponda de fato aos vocábulos, fazem-na com a profunda certeza de quem sabe o que se está fazendo e de fato o sabem dentro do rito popular, onde o direito de voz é dado àquele que na vivência cotidiana faz experiência. Vale ressaltar que a presença dos muitos moradores que participam desse ritual nas igrejas domésticas não é a mesma quando esse ocorre na Igreja Matriz, ou seja, ali, nas pequenas taperas, o fluxo familiar é mais intenso.

Também me comportei como “esfinge” diante das práticas e discursos pedagógicos na única escola disponível à população e que oferece apenas o ensino fundamental; hoje, uma escola que comporta em sua maioria negros, dirigida por negras, as quais têm feito diferença em provocar na comunidade docente, seja pela postura discursiva ou pela autoridade e notoriedade adquiridas dentro e fora da comunidade, o desejo em buscar o conhecimento acadêmico. Quase 90% dos professores estão inseridos no espaço universitário, uns com os cursos já concluídos e outros em conclusão.

Mesmo com o avanço das grandes urbanizações no extremo sul da Bahia, provocado pelo excesso de migração de trabalhadores à procura de emprego na Indústria de celulose ou pela aparente oferta de emprego em Teixeira de Freitas, Itabatan, Posto da Mata cidades situadas as margens da BR 101, sendo que as duas últimas são distritos de Mucuri e Nova Viçosa, respectivamente, os grandes quintais ainda hoje se estendem ao longo do

grande paralelo e meridiano que divide Helvécia. Um traçado–divisor espacial como cruz do/no espaço. Ao leste, resquícios dos colonizadores, onde habitam núcleos familiares que carregam sobrenomes de origem suíço-alemã, Krygsman, Meztkar, Sutz, Krull; os “brancos”<sup>13</sup> do espaço; todos voltados para o sol nascente. Nas demais partes do quadrante, em quase sua totalidade, a maioria de famílias afrodescendentes, os negros do espaço que, com o abandono das fazendas de café das muitas famílias colonizadoras pós-abolição, tomaram posse da terra que antes apenas servia como mortalha ou para enriquecimento dos senhores, seus donos “legais”, assim constituídos pelas Leis que regiam o Império e se estenderam a 1888 e que, de certa forma, estigmatizaram esse povo ao longo desses centenários, chegando à atualidade com marcas forjadas pelo tempo, pelo espaço e pelos discursos. No entanto, a partir do sol poente, as famílias negras se firmaram e resistiram no tempo-espaço à espera do deslocamento, não só geográfico, mas humano-político-social; como dizem os contadores de histórias orais, o sol nasce para todos os que acreditam e, em Helvécia, para os que lutam e ocupam espaços constituintes de poder: Escola, Igreja e grandes propriedades de terras. Mas, considerando uma população estimada em torno de 3.000 (três mil) pessoas, é muito pouco os que fazem e tem uso do poder, sobretudo quando a estatística refere-se aos negros.

Ser morador e não mais um visitante em Helvécia constituiu em mim um sentimento novo, desconhecido e, ao mesmo tempo, antigo e parte de um todo em mim circunstanciado pela identificação histórica vivenciada nos movimentos

---

<sup>13</sup> O termo branco encontra-se entre aspas, pois as famílias descendentes dos colonizadores europeus constituíram matrimônio com outras descendências: negra e indígena.

eclesiais de base - Ceb's<sup>14</sup>. Ao conviver com a estrutura política, social e eclesial, podemos perceber que, em Helvécia, há uma forte tendência ao faccionismo, que vem, desde 1818, quando da sua fundação, segundo relatos dos antigos moradores, promovendo intrigas, conflitos e tensões: possuidores de grandes extensões de terras e os de quintais, agricultura de expansão e de sobrevivência, escolarizados e analfabetos, os ministros eclesiais da palavra e os que ouvem apenas, os que celebram a liturgia na Igreja e os que assistem à celebração, os colonizadores e os colonizados, os senhores e os escravos, os brancos e os negros. Um dualismo impregnado de avanços e retrocessos, de gritos e silêncios, afirmações e negações em relação ao modelo de homem, sociedade e de mundo nesses uni-versos tão distantes e próximos pela história comungada e que hoje refletem deslocamentos de poder nesse espaço dicotomizado pela história.

À medida que meus pés se fincavam nesse terreiro, mais nítidas e ao mesmo tempo distantes ficavam as representações das autoridades reconhecidas e em construção ao longo desse caminho histórico, de Colônia ao distrito de Helvécia, uma comunidade de remanescência quilombola.

Nas inter-relações provocadas pelas entrevistas elaboradas e/ou improvisadas pelas circunstâncias da dinâmica cotidiana, observei famílias afrodescendentes autorizadas a pronunciar-se, em sua maioria possuidoras não apenas de quintais, mas de grandes extensões territoriais, e muitas outras a continuarem silenciadas apenas com os seus quintais e/ou mesmo pela perda dessa posse. Os primeiros são motorizados, enquanto que os demais, acumulam-se nos finais de semana em abrigos ou às margens da estrada com

---

<sup>14</sup> Ceb's- Comunidades Eclesiais de Base são núcleos da igreja católica e que têm como fundamento a teologia da libertação defendida por Leonardo Boff e que gradativamente foi substituída pelos movimentos pentecostais – Carismática.

seus burros e cangalhas, à espera dos transportes coletivos que os levam às feiras das cidades circunvizinhas para comercializarem produtos cultivados nas pequenas porções de terras: milhos, mandioca, feijão de corda, coco, beiju, óleo de dendê. Durante a semana, estes mesmos ficam à espera dos transportes que os levam para a escola de ensino médio no distrito de Posto da Mata, visto que, em Helvécia, tal ensino não é oferecido. Estão estes também sujeitos às intempéries físicas, enquanto que os primeiros, às intempéries do mercado econômico e político. Esse deslocamento socioeconômico subcategorizou a população negra imprimindo legitimidade no uso do discurso e das ações políticas a um pequeno grupo de negros enquanto que a maioria continuou silenciada pela ausência do poder econômico. Neste contexto, agrega-se à estrutura social a seguinte configuração: os “brancos”; os negros providos econômica e culturalmente; os negros personagens presentes nas feiras semanais – trabalhadores diaristas dos primeiros e dos segundos. E assim, nas rodas de conversas dos segundos, detentores oficializados pelo poder econômico, quando perguntados sobre remanescentes de quilombo, também se ouve dizer: “ah aqueles negros aqui não têm mais não... aqueles do lábio grande, olhos vermelhos... vejam! eu mesmo não sou assim,”<sup>15</sup>. Discursos como esse abrem precedência para um possível raciocínio, - “não sendo assim, logo não sou mais... o que dizem que sou”. Como negar uma marca tão evidente ou tentar mascarar uma realidade visível, tanto nos aspectos histórico como culturais e corporais? A princípio me incomodava tal discurso, mas perceber que tal mecanismo acenava para uma possível “sobrevivência” diante

---

<sup>15</sup> Registro de entrevista informal anotada no caderno de campo: conversas com moradores idosos no abrigo, ponto de ônibus do povoado.

dos outros, oportunizou-me reflexões quanto aos novos entendimentos sobre o que se diz e o que se é em Helvécia.

A negação em torno da semântica ser negro é igual para o termo quilombo para uma grande maioria dos habitantes de Helvécia, sejam os brancos ou os negros. Ao indagar um morador negro, antigo funcionário da Ferrovia Bahia - Minas, economicamente privilegiado, sobre o termo quilombo, imediatamente proferiu o discurso que denotava claramente o desconhecimento em torno do tema ou a resistência a conhecê-lo: “ *quilomo! Quilomo? Tão dizendo que aqui é quilomo, mas aqui não é isso não! Quilomo que eu sei é o 103 que hoje é Posto da Mata, 58 esse povoadinho aqui perto. Aqui mesmo, parece que era o 70 e alguma coisa, isso na época da Ferrovia...*”. A confusão entre os termos quilombo e quilômetro pode ser lida como resistência, gerada pelos estigmas que se agregaram ao mesmo durante uma narrativa escolar que se referia apenas a espaço de negros fugitivos e, também, porque em Helvécia, tão logo souberam do pedido de reconhecimento, algumas famílias privilegiadas economicamente, contrárias a tal procedimento por temerem a perdas das terras, organizaram um abaixo assinado dizendo que, caso viesse a se tornar um quilombo, Helvécia ia voltar há 100 anos, e assim, voltariam à escravidão, não teriam mais escola e os que tinham alguma posse de terra acabariam perdendo-a.

Na época, quando nós pedimos o reconhecimento era trabalhar a questão social e a territorialidade. Aí, como você fala, veio o conflito, porque a comunidade não aceitou... surgiu um grupo que rapidamente dominou a comunidade com mentiras. Diziam... fizeram assim: teve ... houve um grupo mesmo que ia nas casas das pessoas e sentavam com as pessoas e falavam: olha, Helvécia hoje é uma comunidade de remanescente de quilombo; nós vamos voltar ao tempo do cativo; Helvécia não vai ter mais escolas, justamente assim como eu tô lhe falando; Helvécia não vai ter mais escolas, Helvécia não vai ter mais energia, Helvécia vai voltar a 100 anos atrás ( M.A.S, membro da AQH e diretora da Escola em Helvécia).

Andar pelas ruas de Helvécia depois das três primeiras semanas já não era tão impactante. O ritual de passagem havia estabelecido trocas sócio-afetivas e com isso eu havia me embebido das muitas relações interpessoais, de modo que o trânsito entre as ruas e as casas já era quase despercebido. Mesmo com o esforço em ser um de tantos, meus olhos e ouvidos buscavam ruídos e comportamentos que a eles eram aparentemente normais e que para mim se apresentavam como elementos exóticos.

Nesse ir e vir pelas bifurcações e retas, ruelas e becos, entre o amanhecer e o anoitecer, e nas rodas de conversas, muitas coisas entreditas começaram a sobressair. As maiores lutas em questão nesse espaço certificado pelo Estado como Comunidade quilombola não estavam simplesmente fecundadas na problemática identitária, de onde aparentemente tudo começou com o pedido de reconhecimento quilombola, mas nos mecanismos de poder absorvidos e autorizados àqueles que despontavam como agentes de promoção e integração do auto-reconhecimento e do reconhecimento quilombola nas instâncias municipal, estadual e federal. O poder descentralizado tornou-se ameaça à hegemonia há muito constituída. Os donos da voz não são apenas os detentores do poder econômico, mas também os que detêm o poder cultural, o saber universitário – acadêmico, e o fizeram driblando as dificuldades, mesmo porque, a igualdade de oportunidades, oferecida pelo aparelho de poder público constituído, não significou igualdade de condições.

Retomando a metáfora do sol, veiculada nas rodas dos historiadores orais, é possível, nestas circunstâncias, dizer que estes últimos lutaram e ocuparam os espaços que também a eles pertenciam há muito tempo,

sobretudo pós Constituição de 1988. As protagonistas desse deslocamento sócio-político-econômico e identitário são cinco mulheres negras, professoras com formação em Pedagogia, responsáveis pelo despertar de um propenso pesquisador sobre a problemática identitária, seus conflitos e tensões no extremo sul da Bahia, Helvécia, sesmaria ao longo do Rio Peruípe. À revelia da comunidade, essas mulheres enviaram pedido à Fundação Palmares para constituir Helvécia como um espaço quilombola.

Convivi inicialmente com essas mulheres na condição de professor \_ algumas delas eram discentes do curso de Pedagogia onde atuei como professor durante três anos \_ e, posteriormente, como co-cidadino. Morando em Helvécia, vi-me absorvido pelo impacto cotidiano que me fazia estranho e familiar, condição que oscilava de acordo com a própria reação da comunidade: às vezes visto como membro, às vezes como um distante à procura de proximidade.

### **1.1.2 - Raízes e razões - protagonismo feminino em Helvécia**

Não são todas Marias, Antônias, Beneditas e Biancas, mas, com certeza, são todas elas ao mesmo tempo. Mulheres silenciadas que levantam a voz para proclamarem: “somos herdeiras e herdeiros de uma história, não apenas a que nos contaram, mas muitas outras que os outros precisam saber.” (M.C., *professora-pedagoga e uma das fundadoras da AQH*<sup>16</sup>).

O grito que se escuta em Helvécia é o grito que nós estamos aqui; somos realmente uma comunidade de remanescentes de quilombo e, que a gente quer realmente manter a história, mas de forma

---

<sup>16</sup> Associação Quilombola de Helvécia, registrada sob nº. 215, Livro A, folhas 258 em 01 de novembro de 2006, cidade e Comarca de Nova Viçosa-Bahia, Cart. de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

verdadeira, porque o reconhecimento veio para isso, para que Helvécia não se perca em meio há tantas comunidades com histórias belíssimas, mas que infelizmente com o intuito de querer, de querer... Como se diz, imitar valores, sei lá, costumes de outros lugares acabou perdendo um pouquinho a essência, né! (R.C, professora-pedagoga e uma das fundadoras da AQH).

Conviver diariamente e, sobretudo, observar o labor sócio-político e o sabor da culinária dessas negras me fez pensar nas modalidades da “festa de Babete”<sup>17</sup>, um saber em aquisição e ao mesmo tempo inato, como elas mesmas costumam dizer, próprio das matrizes fecundas da humanidade, geradoras de embriões, de amamentações – guardiãs de vida. Aparentemente uma linguagem figurativa, no entanto, denota e sinaliza a força e a coragem que tiveram em romper com um “status” de poder até então centrado na figura masculina em Helvécia ou nas ditas mulheres “brancas” economicamente providas e detentoras dos saberes escolares.

A cumplicidade feminina pouco a pouco foi se delimitando e se estendendo com o anseio em querer saber mais, um sair da caverna e descobrir outras possibilidades para o exercício da cidadania fora do “Escondido”<sup>18</sup>. Segundo relato das mulheres, esse despertar inicia-se ao participarem de um curso intitulado: “Tecendo Leitura”. Outras tantas leituras foram se agregando, ocasionando o ingresso na Universidade. O diálogo constante com um professor, monitor do curso, e a exposição sobre a organização histórica em Helvécia funcionou como confessionário e ainda o é quando retomam os discursos iniciais, seja nas palestras e/ou nos encaminhamentos políticos, administrativo, religiosos e pedagógicos. Durante o

---

<sup>17</sup> Referência ao sabor-saber metáfora construída por Rubem Alves no texto “qualidade total em educação”.

<sup>18</sup> Metáfora utilizada em referência a própria situação geográfica de Helvécia, povoado escondido, a princípio em meio à floresta tropical e na atualidade em meio grandes plantações de eucalipto, distante quase um quilômetro da BR 418, também denominada Estrada do Boi.



curso, os silêncios começaram a adquirir som, ecoando reflexões sobre posturas e práticas sócio-político-pedagógicas no cenário de e sobre Helvécia, de modo que o professor de linguagem chamasse atenção para o ingresso na Universidade, isso porque, segundo relatam, dizia o professor: *“Não basta falar, é preciso ter autoridade para fazê-lo e a Universidade é um caminho para vocês adquirirem tal reconhecimento”*.

Novas leituras, novos posicionamentos, de maneira que, o que antes era silenciado, tomava corpo e voz nas reivindicações no campo político educacional. As mulheres começam a partir daí, por exemplo, a questionar o porquê de ser sempre alguém de fora a assumir a direção escolar; por que as negras não podiam assumir cargos diretivos e de coordenação; quais os critérios utilizados na escolha uma vez que as qualificações dos que chegavam a Helvécia para assumirem os cargos diretivos não se diferenciavam dos cidadãos locais. Ao (re)memorarem esses acontecimentos, é evidente o brilho nos olhos das interlocutoras, o riso largo nas faces e diante das facetas por elas empreendidas. Organizaram-se e impuseram-se com força política. Ao contarem a história do passado tão presente, fazem memória do que foram e do que querem: ter voz e vez. Por fim, em 2004, quase quarenta anos de existência da Escola pública João Martins Peixoto, provocam um ato histórico em Helvécia: assume o cargo de Direção uma negra, filha e moradora do povoado. Ainda que a escolha tenha sido por questões partidárias, o fato se deu por uma paralisação mobilizada por um grupo de professores, do qual participaram as negras mulheres que, a posterior, desencadeariam um grande levante em Helvécia em torno do reconhecimento quilombola. A greve tinha como princípio fazer com que os representantes legais da Secretaria de

Educação Municipal e o Prefeito viessem a Helvécia para discutir a problemática. Agora o que fazer com o poder de decisão? Grande impasse e, por isso mesmo, o medo de perdê-lo impediu posicionamentos originais e de interesse de um público que há muito esperava por práticas político-pedagógicas diferentes das habituais - previsíveis. Questões como essas pouco a pouco me foram apresentadas. Hoje, por questões políticas, mas também de liderança, diferente do primeiro momento, a Escola da Comunidade é dirigida pela segunda Diretora negra, também presidente da Associação Quilombola, organismo importante na consolidação dos mecanismos jurídicos estatais ligados ao reconhecimento e instituição categórica de Helvécia como quilombo, uma líder que não apresenta dificuldade em assumir-se como negra, sobretudo, reafirmando o seu passado e adquirindo, em função do saber acadêmico, um deslocamento de poder sócio político.

A ajuda das mulheres à minha pesquisa foi de extrema importância. Estar junto, trafegar pelas ruas e reuniões com as mesmas favoreceu o ver de perto as reações e contra-reações que a presença e os posicionamentos dessas figuras provocavam na comunidade. Olhares altos e baixos direcionados desenhavam símbolos no meu imaginário; como elas mesmas dizem: “se fossem eles a terem feito o pedido de reconhecimento, será que a comunidade reagira assim?”. Isso porque, era de conhecimento das lideranças da comunidade e do poder público, representado pelo vereador local, as possibilidades do reconhecimento de Helvécia como comunidade de remanescência quilombola, informação que receberam através de reunião pública promovida pelo deputado estadual Luis Alberto, hoje deputado federal. O não encaminhamento às instâncias legais do pedido de reconhecimento pode

estar pautado nas circunstâncias políticas e empresariais a que tais personalidades devotavam interesses.

Escolhi essas mulheres como sujeitos de minha pesquisa porque o levante do reconhecimento da comunidade quilombola e os conflitos que emergiram foram justamente protagonizados por elas. Para sustentar tal empreendimento, essas mulheres criaram a AQH, uma instância legal para amparar os encaminhamentos jurídico-culturais que se tornou causa e conseqüências das tensões extra e inter-comunitária e que, pela notoriedade, hoje é pauta de discussões nas reuniões das grandes empresas de celulose e que tem beneficiado o povoado pelos projetos federais e privados. Os objetivos expressos no Artigo 2º<sup>19</sup> da AQH revelam a semântica em torno das necessidades estruturais e que, por isso mesmo, defendem, fortalecem e exigem estratégias de intervenção extra, intra e inter-comunitária quanto às políticas públicas e privadas a nível local, estadual e federal, e se os

---

<sup>19</sup> Tem como objetivos permanentes: a) Defender o reconhecimento de Helvécia como comunidade de remanescente de quilombo, conforme assegura a portaria n. 7 do dia 6 de abril de 2005, da Fundação Cultural Palmares e publicado em Diário Oficial da União, n. 74, seção 1, no dia 19 de abril de 2005.

b) Lutar, defender e trabalhar em favor da regularização do título da terra remanescente de quilombo em Helvécia.

c) Após titulação, administrar a terra remanescente de quilombo de Helvécia, reverenciando e defendendo a inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade das nossas terras.

d) Representar os interesses da comunidade remanescente de quilombo de Helvécia e da AQH.

e) Incentivar o desenvolvimento da comunidade remanescente de quilombo de Helvécia, quanto aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo aqueles que dizem respeito à saúde, educação e habitação.

f) Combater a discriminação racial, promover e apoiar ações jurídicas e extrajudiciais na defesa dos direitos humanos e fundamentais na comunidade remanescente de quilombo de Helvécia.

g) Defender e incentivar os pequenos agricultores familiares da comunidade remanescente de quilombo de Helvécia.

h) Promover e apoiar as festas tradicionais, religiosas e comunitárias, eventos culturais e sociais na comunidade remanescente de quilombo de Helvécia.

i) Organizar e estimular cursos, debates, conferências, seminários, pesquisas e publicações em prol do desenvolvimento da comunidade remanescente de quilombo de Helvécia.

expressam no Estatuto é porque se observa a ausência dessas metas e procedimentos na comunidade.

O evento do levante de mulheres em Helvécia e sua capacidade de mobilização desestruturam e provocaram novas formulações hipotéticas em meu trabalho. Onde estão os homens em meio a essa guerra política ideológica? Pouco ou quase nada se percebe em relação aos homens. Como dizem, estão dormindo, nem nas roças querem trabalhar, estão emudecidos, silenciados pela aparente oferta do fomento de eucalipto ou pela agilidade estratégica desenvolvida pelas mulheres da Associação, seus contatos e saberes, agora não só locais, mas globalizados pela inserção na Academia.

“Em Helvécia as mulheres são um pouco mais forte que os homens, né. Eu acho que é a educação que fez com que em Helvécia as mulheres fortalecessem também um pouco... porque para os homens ficou aquela tarefa de lidar com a terra e com a roça, por dar muita importância essas questões de terra, de cultivar coisas eles ficaram um pouquinho que na deles, não procuraram muito a questão de escola, de movimentos e tal, e aí as mulheres foram se fortalecendo mesmo e também muito trabalhadeiras. Eu acho que as mulheres de Helvécia são mais trabalhadeiras que os homens” (Entrevista com R.C, uma das fundadoras da AQH).

Questionadas pelos mais velhos, que, na maioria das vezes, tentam calar o discurso, reafirmam posicionamentos e assumem espaços políticos de poder que corroboram o *status* adquirido, representantes legais da comunidade – conquista de uma “ousadia”, assim conceitualizada pela comunidade. No entanto, o termo mulheres ousadas, empregado pelos mais velhos na comunidade, apresenta um tom pejorativo, “*muito ousadas, não tinham nada que fazer isso, nova e... querendo passar por cima dos mais velhos; decidir as coisas sem falar com a gente!*”. (Entrevista com R.C, uma das fundadoras da AQH, referindo-se aos discursos que ouviu dos mais velhos quando do pedido de reconhecimento).

Eu creio que foi essa ousadia nossa que fez que a gente chegasse onde nós chegamos! (*M. A.S, presidente da AQH*).

É visível a melhoria no cenário helveciano com a intervenção dessas mulheres. A luta, que a princípio estava pautada na segurança da comunidade e dos pequenos proprietários em função do avanço de poder das empresas de agronegócio e seus agentes policiais, adquire uma proporção que, como dizem em entrevista, nem sequer imaginavam.

A escola administrada pela presidente da AQH discute questões raciais no cotidiano pedagógico, mesmo que à revelia de alguns professores que resistem e ainda são capazes de dizer que “racismo é coisa da cabeça delas”; as representações culturais pouco a pouco saem do aspecto folclórico distante e aproximam-se da vivência cotidiana, como parte do currículo informal articulado na escola, seja a dança bate-barriga e a bate-barriguinha, a luta dos mouros e cristãos, capoeira e o maculelê.

A concepção de ser negro quilombola não representa tanto temor às crianças da escola João Martins Peixoto, visto que na atualidade observam que também os negros têm força política e social na comunidade e, fora das suas jurisdições, podem assumir cargos importantes, seja na escola, ser diretora, coordenadora, seja na Igreja, por exemplo, ser anjo nas coroações de Nossa Senhora ou mesmo assumir a coordenação das pastorais. Algo que antes não existia e que causava certo desconforto e insegurança em assumir-se como tal, por isso eram pardos, mulatos, cafezinho, moreno, cor de chocolate e, quase nunca, negro.

A força instituída pelo Estado à categoria de remanescente quilombola forçou a (des) hierarquização no processo de negociação entre empresas de eucalipto e a comunidade. Nas reuniões, fica evidente a preocupação dos

representantes, gerentes-empresariais, em atender às reivindicações da comunidade, de modo que o reconhecimento imprimiu um caráter de autoridade ao discurso das Líderes da AQH em relação ao poder público – privado, bem como aos membros da comunidade. Quase semanalmente um gerente das empresas de agronegócio visita a comunidade para sentir os anseios. Essa preocupação não se encontra distante das fecundadas no seio da comunidade: a titulação de terras, segundo passo após o reconhecimento já oficializado em 2005.

Enfim, essa experiência era o momento que tanto desejei para escutar dos próprios autores helvecianos: o dito ser quilombola, uma terra de posse e de uso comum por negros rurais, assim denominados até a Certidão de auto-reconhecimento como comunidade de remanescente quilombola, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 002, Registro n. 129, fl. 34, nos termos do Decreto 4887/2003 e da Portaria Interna da Fundação Cultural Palmares n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, fl. 07.

## **1.2. Transição: de Colônia Leopoldina a Helvécia.**

E como os Areaes eternos sentissem fome e sentissem sede de flagelar,  
devorando com as suas mil boccas tórridas todas as rosas  
da maldição e do Esquecimento infinito, lembraram-se,  
então, simbolicamente, da Africa!  
(CRUZ E SOUZA, 1924)

Às margens do Rio Peruípe, o Dr. José Xavier Machado Monteiro, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Capitania de Porto Seguro, do Desembargo de Sua Majestade D. José I, em 1768, convoca os moradores de Campinho, pequena povoação ao longo do Peruípe, no intuito de

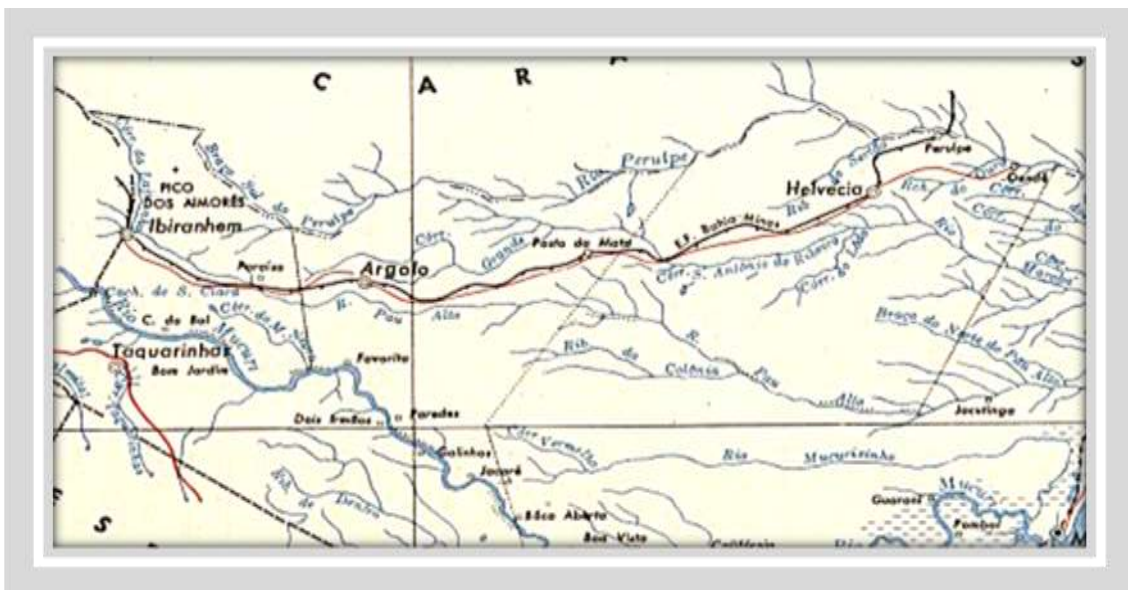
comunicar-lhes a transformação do povoado em Vila, já pleiteado por eles, uma vez que os que lá exerciam a função de juiz ou vereador permaneciam longos períodos em Vila de Caravelas, dificultando o desenvolvimento de ações necessárias à administração dos bens patrimoniais naquele povoado. Posterior estudo e avaliação, salvaguardando o equilíbrio e desenvolvimento de Caravelas, o Ouvidor, de próprio punho, elabora a planta do que seria a Vila Viçosa. E, aos dezesseis de outubro de 1768, José da Costa e Silva Pinto, escrivão da correção, certifica o Edital de Fundação da Vila Viçosa em homenagem à histórica Vila do Distrito de Évora, Alto Alentejo em Portugal.

A guerra napoleônica influenciará sobremaneira esse pequeno espaço, distinto e distante da sede do Império. Em meio a esse fato, a família real é obrigada a fugir para o Brasil e com ela, botânicos, zoólogos, artistas europeus desembarcam nas terras tupiniquim, pataxó, machacali e outros, por incentivo e até mesmo por subsídios financeiros. Em 1808, ocorre a promulgação do Decreto de cessão de terras a estrangeiros, uma política estabelecida por D. João VI, marcada por modificações legais, acontecimentos políticos e econômicos que influenciaram direta ou indiretamente os rumos dessa política. (LYRE,1982). Nesse cenário de abertura e desenvolvimento, chega ao Brasil, e permanece entre 1815 a 1817, conforme descreve Luis Câmara Cascudo apud Jean Albuquerque (2006), a primeira expedição científica preparada e comandada pelo príncipe alemão Maximiliano de Weid, que descreve a região em seu relato:

A cinco léguas do Mucuri fica o rio Peruípe; antes de se atingir a ponta formada pela costa, a estrada se dirige para Vila Viçosa. Aí perdemos o caminho, e fomos parar na boca do Peruípe, onde encontramos esparsas cabanas de pescadores. Tivemos que voltar: era pleno dia, quando, saindo das capoeiras, entramos num campo verdejante à margem do Rio, e vimos sob um encantador coqueiral, a Vila Viçosa, formada por cerca de 100 casas. (...) o Rio Peruípe, regularmente largo, forma, antes de desaguar no oceano, dois

braços, dos quais a Barra Velha se considera situada a 18° de latitude. ... Nas cercanias de Viçosas há matas de primeira ordem, a esse tempo parcialmente inundadas. (ALBUQUERQUE, 2006, pp.17-18).

A essa expedição se junta o zoólogo, botânico e naturalista alemão Georg Wilhem Freireyss, nascido em Frankfurt, e que havia chegado ao Brasil em 1813. Posterior à expedição, Freireyss, o Cônsul de Hamburgo na Bahia Peter Peycke e o naturalista Morhadt são encarregados por D. João VI para fundar uma colônia estrangeira na região que havia percorrido com o príncipe alemão. Em 1818, à margem do rio Peruípe, no sul da Bahia<sup>20</sup>, na Comarca de Caravelas, inicia-se o processo de colonização com o intuito de povoamento da Colônia Leopoldina, assim nomeada em homenagem a Imperatriz austríaca D. Leopoldina que muito contribuiu no favorecimento das terras doadas.



<sup>20</sup> Na Bahia, apenas por iniciativa oficial, foram criadas cinco colônias agrícolas de povoamento, sendo três formadas por estrangeiros, uma por nacionais e uma mista (estrangeiros e nacionais); sendo, em 1818: Colônia do Rio Salsa (mista), 1818: Colônia Leopoldina (estrangeira), 1822: Colônia São Jorge da Cachoeira de Itabuna (estrangeira), 1828: Colônia Santa Januária (estrangeira) e 1840: Colônia Mucury (nacional).



De acordo com Henrique J. Buckingham Lyre (1982), os principais objetivos a serem alcançados com a criação desses núcleos coloniais eram: povoamento de áreas virgens, aumento da produção de alimentos, ocupação territorial e garantia de fronteiras, entre outros, de modo que o processo de colonização não perdesse de vista os compromissos assumidos pelo Império com a Inglaterra a partir de 1810, que restringia o tráfico de escravo às possessões portuguesas, com promessa gradual de abolição. Por isso, a implementação de uma nova ordem de produção nas Terras Brasileiras precisava ser implantada, ou seja, incrementada diante do quadro de exigências internacionais.

Thales de Azevedo considera a colonização brasileira do século XIX, uma política revolucionária, pois o Governo imperial responsabilizava-se “por abrir uma brecha na estrutura paternalista e escravocrata da nascente sociedade brasileira, com a criação de colônias povoadas exclusivamente por homens livres, brancos, não apenas portugueses, explorando com a agricultura de subsistência, a pequena propriedade. (LYRE, 1982).

No entanto, segundo relato de Dante Lucchesi e Alan Baxter<sup>21</sup>, a colônia Leopoldina foi um dos últimos empreendimentos agrícolas no Brasil a utilizar o trabalho escravo em larga escala e acrescentam os pesquisadores que tal procedimento ocorrera em um tempo em que a instituição da escravatura sofria uma forte pressão externa. Conforme Lyre (1982), esta Colônia foi a única a utilizar mão de obra escrava em todo o processo de colonização ocorrido na Bahia no século XIX.

---

<sup>21</sup> Texto publicado no site: [WWW.vertentes.ufba.br/helvecia.htm](http://WWW.vertentes.ufba.br/helvecia.htm), parte da pesquisa do Projeto Vertente do Português Rural do Estado da Bahia, coordenado pelo prof. Dr. Dante Lucchesi no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Colônia Leopoldina, desde a sua gênese, dedicou-se ao cultivo de café; chegou a contribuir em 1842 com 60% da produção cafeeira da Província da Bahia e em 1853 em mais de 90%. A sua extensão geográfica compreendia 38 fazendas particulares. Vale lembrar que, em 1842, na jurisdição dessas fazendas, havia 1.267 escravos e 130 brancos que trabalhavam nas plantações e manutenção das mesmas, além de 40 proprietários, perfazendo um total de 1.437 pessoas (LYRE,1982). Grande parte da produção de café da Província originava-se da Colônia Leopoldina que crescia e prosperava. Esse crescimento ocorreu mesmo com a promulgação da Lei Queiroz (1850)<sup>22</sup>, pois os senhores - colonizadores partiram para a produção de escravos nas fazendas. Segundo relato de uma das moradoras de Helvécia, “as negras, a partir dos 13 anos, eram levadas para a senzala em um cômodo especial onde cabia apenas uma esteira. Ali permaneciam quinze dias, tendo relações sexuais com o negro reprodutor; este recebia alimentação especial e era escolhido por ser fisicamente e geneticamente forte e, não obstante, fecundava apenas bebês de sexo masculino e se, porventura, nascesse alguma criança de sexo feminino, o negro era levado ao tranco para ser castigado”. Ao longo desse fiar – desfiar, muitas histórias étnicas se agregaram. O fato é que:

Embora essa colônia utilizasse basicamente o trabalho escravo, tudo indica, que mesmo após extinção do tráfico de escravo, em 1850, ela continuou a manter um certo processo de desenvolvimento, sem que a “raridade” ou o alto preço dos escravos tivessem agido de forma a diminuir a sua produtividade. (LYRE, 1982).

---

<sup>22</sup> A câmara dos deputados, reformando e emendando em julho de 1850 o projeto do senado nº113 de 1837 sobre repressão do tráfico de africanos votou, em 04 de setembro, a lei nº581. Por essa lei foi determinado que as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras entradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos ou havendo-os desembarcados, seriam apreendidos pelas autoridades ou pelos navios de guerra e seriam considerados autores de crime. A partir de então, considerava-se a importação de escravos ato de pirataria e como tal era punido.

Observando as tabelas<sup>23</sup>, percebe-se um significativo aumento tanto em relação ao número de escravos e de produção.

<b>Produção de Café</b>	
Ano	Sacas de 60Kg
1836	6.610
1842	8.570
1848	16.158
1851	17.138
1853	24.483

<b>População Escrava</b>	
Ano	Quantidade
1818	?
1848	1.267
1858	2.000

Diante do quadro estatístico de produção e da população escrava na Colônia Leopoldina, percebe-se que o intuito de imigração estrangeira, promovendo o povoamento de áreas isoladas, tinha fracassado, pois se descaracteriza como colônia de povoamento e efetiva-se como uma colônia agrícola. Costa (1998) diz que isso se deu em função de que os imigrantes não vinham espontaneamente para o Brasil, como iam para os Estados Unidos. Era preciso provocar, organizar, conduzir a imigração. As dificuldades para a utilização de mão de obra estrangeira desencorajavam, nessa época, tais iniciativas. Segundo relato de Dr. Carlos Augusto Toelsner, proprietário da fazenda Melusina e também médico da Colônia, o governo brasileiro nunca contribuiu com o auxílio ou sustento para os colonos, de modo que a solução parecia clara e única: utilizar o escravo, pois este ia para onde seu senhor quisesse, ocupava-se das atividades que lhe fossem atribuídas, morava onde o senhor mandasse, comia o que ele lhe desse, e o que era mais importante: oferecia uma continuidade, uma permanência, o que não se podia esperar de

---

<sup>23</sup> Fonte: SEPLANTEC –CPE : A inserção da Bahia na evolução nacional, 1ª. Etapa, 1850-1889, Salvador, 1978.v.2 p.139.

um trabalhador livre que a qualquer momento poderia abandonar a fazenda e deixar a safra por colher (COSTA, 1998).

O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo assim, um valor duplo: valia o que produzia e valia como mercadoria. (COSTA, 1998).

Diante dessa conjuntura e observando o aumento de 63.35% da população escrava na Colônia Leopoldina, percebe-se a ineficiência de aplicabilidade da Lei (1850), visto que, sendo uma colônia agrícola, a maioria da mão de obra era formada por escravos, como era habitual para a época, o que não justifica o elevado índice estatístico da população escrava em um espaço de 10 anos ocasionado apenas por natividades. O contrabando continuou, mesmo com as ordens severas aos oficiais e da ação dos navios ingleses que desrespeitaram o domínio das águas brasileiras, isso em função do Bil Aberdeen, tão desfavorável à nação brasileira; um ato aprovado pelo parlamento inglês, em 8 de agosto de 1845, que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico de escravos. A colônia Leopoldina prospera em produção e aumento vegetativo e/ou pelo tráfico intraprovincial e interprovincial, no caso, oriundo de zonas urbanas ou rurais em decadência, uma possível hipótese: oriundo, também, de São Mateus, província do Espírito Santo.

Outro aspecto registrado por Henrique J. Buckingham Lyre (1982) diz que esse aumento da população parece estar relacionado muito mais a uma elevada taxa do seu crescimento vegetativo do que à incorporação de mão de obra por compra; isso porque Dr. Augusto Toelsner, médico da colônia, afirma em carta que os escravos existentes na colônia no ano de 1858, em número de

2000, eram quase todos nascidos e criados ali, recebendo tratamento humanitário e vivendo em decentes e respeitáveis núcleos familiares.

Todos são batizados, educados como cristãos e bem tratados. A maioria dos rapazes é admitida ao estudo de um ofício, as meninas são instruídas em trabalhos caseiros. (carta de Dr. Augusto Toelsner).

Entretanto, relativamente ao período anterior a 1850, ano marcado pela Lei Queiroz, que proibiu definitivamente a importação de escravos, a proporção de escravos para livres na fazenda de João Martinus Flach, um dos proprietários do conjunto de fazendas que fazia parte da Colônia Leopoldina, era de 24 para 01 no montante de 108 (registrados); e, segundo relato dos moradores, era um lugar de maior atrocidade à vida dos escravos. *“Barbaridades se cometiam em prol da produção”<sup>24</sup>*. Este proprietário, por ser de origem suíça, cognominou a sua fazenda de Helvethia, espaço que posteriormente agregará escravos e colonos de outras fazendas, tornando-se um vilarejo e, na atualidade o distrito de Helvécia.

Afastando-se progressivamente do objetivo inicial, a Colônia Leopoldina no sul da Bahia, conforme anúncio do Presidente da Província, em 1861, já não mais existia como colônia e sim como um conjunto de fazendas de ricos proprietários estrangeiros, destinadas à plantação de café (LYRE, 1982).

Assim como a fazenda de Flack, todo sistema produtivo na antiga Colônia baseado na mão de obra escrava entra em decadência com a Lei de Abolição da escravatura no Brasil, de 1888. A partir dessa data, muitas histórias surgiram. Os moradores da atual Helvécia contam que, nesse período,

---

<sup>24</sup> Registro de entrevista informal anotada no caderno de campo: conversas com moradores idosos do povoado.

Helvécia viveu uma forte manifestação de luta, liberdade e decadência. Muitos negros revoltados depredaram as fazendas, incendiaram as plantações de café e milho. Relatos orais afirmam que a notícia da Lei de “liberdade” tardara a chegar, inflamando ainda mais o sentimento de revolta e liberdade aos viventes das terras do baixo sul da Bahia, Colônia Leopoldina. A terra exuberante é abandonada por não existirem braços para colherem os frutos (LYRE, 1982). Com isso, muitos colonizadores suíço-alemães retornaram para seus países de origem e os menos afortunados emigram para as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro. Outro fato é que, no final da década de 1880, o Recôncavo já havia se tornado o maior centro cafeeiro da Bahia.

Helvécia resiste ao tempo e constitui-se em novo espaço. Os escravos que dantes estavam nas terras do meio ou como elementos produtivos nas zonas cafeeiras ocuparam os espaços oportunizados pelas circunstâncias históricas que vivenciaram. Alguns europeus permanecem no povoado de Helvéthia comercializando, ou mesmo ditando novos rumos à história em construção, conforme livro de registro de nascimento, datado de 28 de agosto de 1889, e as lápides do cemitério de São Pedro, abandonado em meio às plantações de eucaliptos e mesmo as que se encontram no atual cemitério.

A configuração da geografia em Helvécia pouco a pouco fora sendo ressignificada. A Avenida principal recebe em suas extremidades a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, sentido leste e a Estação da estrada de ferro Bahia - Minas e, em suas laterais, os detentores do poder: econômico, cultural e eclesial. As ramificações em direção à periferia são compostas pelos menos privilegiados socialmente; à medida que se afasta do centro, paulatinamente, nota-se a mudança na gramática geográfica do espaço: os que têm voz e os

que escutam as vozes do “centro”. O centro é assumido pelos Metzker, Krygsman (...) e os Constantinos. Os primeiros descendendo dos europeus e o segundo dos africanos, trabalhadores – mã de obra escrava nas grandes plantações de café.



Centro e periferia continuam acentuando as diferenças em Helvécia, mesmo com a denominação “Quilombo”, espaço de caráter coletivo - comunitário.

As estatísticas do Censo 2000 apresentam Helvécia com uma população de 3.349 habitantes. Do total, 1.746 pertenciam ao sexo masculino, uma soma equivalente a 52,1% enquanto que 1.603 integravam a população feminina, perfazendo 47,9% da população total.

Mesmo com o avanço das atividades relacionadas à silvicultura para a produção de celulose, ainda se observa forte influência da agricultura de subsistência, quiçá uma forma de resistência ao crescente predomínio de eucalipto. Grandes quintais se estendem em Helvécia: coco, mandioca, batata-doce, feijão-andu, feijão de corda compõem os “tabuleiros” das negras e dos negros que migram nos finais de semana para venderem seus produtos nas

idades circunvizinhas (Posto da Mata, Itabatan, Teixeira de Freitas, Caravelas, etc.)

Muitos dos filhos, desejosos por uma outra realidade, migram definitivamente para essas cidades em busca de emprego, escola: melhores condições de sobrevivência, uma vez que os empregos disponibilizados pelas empresas de agronegócio e suas empreiteiras cada vez mais tornam-se escassos em função da não qualificação e das exigências que aumentam a cada “maquina” adquirida. É evidente nos jovens o desejo em “sair” de Helvécia, mesmo que isso custe a ausência do espaço que tem muito a dizer, social, cultural e afetivamente, mas a permanência pode gerar uma efetiva ausência, enquanto que a saída em busca de reais condições instrumentais ao mundo do trabalho pode gerar um possível retorno de efetiva permanência.

Na Colônia Leopoldina os escravos trabalhavam pela sobrevivência: alimento e moradia. Não obstante, segundo dados do Censo (2000), o distrito de Helvécia, do contingente de 900 trabalhadores, 471 trabalhavam no setor da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, e os serviços domésticos absorviam cerca de 102 pessoas. Os responsáveis pelos domicílios obtinham um rendimento médio de R\$-278,26. E, o rendimento mediano um equivalente a R\$ 151,00 mensalmente. A remuneração inerente ao labor do homem livre em Helvécia, na atualidade, faz pensar que o trabalho a que são submetidos é para manter uma precária sobrevivência por alimento e moradia. E como há poucos patrões e muitos empregados, sujeitam-se às condições empregatícias: saem de casa às madrugadas e retornam quase sempre muito tarde da noite. Exemplo desse procedimento: muitos trabalhadores acordam às quatro horas, preparam-se e imediatamente dirigem-se aos pontos de ônibus



que saem como comboio. Retornam quando muito às 19 horas e 30 minutos; caso haja queimada, avançam noite adentro. Essa realidade torna a Colônia Leopoldina ainda muito presente em Helvécia. Estes trabalhadores vivem em função da aquisição de alimento e moradia e, quase nunca, têm tempo para o descanso e para o estudo.

### **1.2.1- Helvécia recortada: Estrada de ferro Bahia - Minas.**

*Ponta de areia ponto final  
Da Bahia-Minas estrada natural  
Que ligava Minas ao porto do mar  
Caminho de ferro mandaram arrancar  
Velho maquinista com seu boné  
Lembra do povo alegre que vinha cortejar  
Maria fumaça não canta mais  
Para moças flores janelas e quintais  
Na praça vazia um grito um oi  
Casas esquecidas viúvas nos portais*

*Milton Nascimento & Fernando Brant*

Distante quase um quilômetro da atual BR 418, ou popularmente denominada Estrada do Boi, Helvécia encontra-se no “escondido”, diferente dos outros distritos circunvizinhos, e assim permaneceu até 1881, quando a estrada de ferro Bahia-Minas deu início à montagem dos Trilhos, ligando Caravelas, no litoral baiano, a Serra dos Aimorés, na divisa com Minas Gerais. Em 1898 a ferrovia alcançou Teófilo Otoni e, em 1918, Ladainha e, por fim, em 1942, chegou a Arassuaí, seu ponto final definitivo.



A estrada de ferro fomenta novas categorias no cenário de Helvécia. Segundo relato dos moradores, grande parte dos homens, em sua maioria negros, assumiu o destacamento para a construção da estrada de ferro. À medida que a obra avançava, novas mentalidades começavam a ser construídas. Alguns, muito poucos, foram oficializados como funcionários da EFBM – Estrada de Ferro Bahia-Minas, recebendo salários programados: acesso a bens de consumo com maior facilidade; um ir e vir transportando informações e, por isso, um nicho propício à formatação de novas perspectivas – novamente, um “divisor de espaço”. Isso porque, o “status” em trabalhar na ferrovia crescia à medida que se descobriam as “vantagens” em ser assalariado. O fato é que pouco a pouco alguns homens do ofício ferroviário começam a se projetar sócio-economicamente, e assim o é, ainda hoje, quase meio século depois, seja com as aposentadorias, ou os benefícios aos filhos menores e, no caso das mulheres, enquanto não constituírem matrimônio oficial. Não era mais só “gente de...”, mas “gente da EFBM”. Agora não só pela etnia, mas por padrões sócio-espaciais. Mais uma vez Helvécia recortada. As

marcas deixadas pelos trilhos avançam, social e economicamente, na mentalidade da população em Helvécia.

Com a Estrada de Ferro Bahia-Minas, o transporte de “grãos e gente” não mais se sujeitava às intempéries do tempo sobre o rio Peruípe, que durante muito tempo servira como única via de escoamento, mas às “intempéries” da política de transporte e das outras tantas, travadas a partir dos círculos de café, cana de açúcar, peixes e madeira de lei, retirada da mata atlântica, hoje, praticamente quase inexistente em função da “política” de incentivo ao plantio de eucalipto e cana de açúcar no extremo sul baiano.

## Capítulo II:

---

### ***Ser Quilombo-Quilombola e a Política de reconhecimento dos remanescentes as comunidades quilombolas – acesso à justiça.***

Há revoada de pássaros  
Sussurro, sussurro:  
“- é amanhã, é amanhã  
Mahin falou, é amanhã  
A cidade toda se prepara  
Malês  
Bantus  
Geges  
Nagôs  
Vestes coloridas resguardam esperança  
Aguardam a luta  
Arma-se a grande derrubada branca  
A luta é tramada na língua dos Orixás.  
Mirian Alves

#### **2.1- Problematizando a identidade étnica quilombola e a Política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades quilombolas: Artigo 68 (Art. 68/ADCT/CF 1988) e o Decreto 4887/2003.**

É reconhecidamente difícil a tarefa de conceituar, principalmente em se tratando de termos tão complexos como “Quilombo – Quilombola”, e o é, sobretudo, a partir do Artigo 68 (Atos dos Dispositivos Constitucionais Transitórios – Constituição de 1988) e do Decreto 4887/2003. A expressa legalidade em torno destes termos tem ocasionado conflitos externos e internos nas comunidades que reivindicam a identificação de remanescentes de quilombo. Contudo, sabe-se que desde sempre os conflitos externos têm um efeito integrador sobre uma das partes rivais e tais mecanismos podem reforçar sua coesão interna (LABURTHE-TOLRA, 1997). Dessa forma, a fim de tentar aproximar-se da experiência nativa do outro e, assim, captar vivências e experiências com o objetivo de apropriar-se das categorias de sentido mais

particulares de uma 'comunidade', torna-se necessário um mergulho em profundidade, difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo e espaço. Isso porque existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado.

A ressemantização do termo *quilombo* estabelece o surgimento de uma nova categoria por meio da qual se operará o reconhecimento e a identificação. Essa relação é, simultaneamente, uma resposta e uma imposição, e o reconhecimento de uma singularidade e sua captura por uma gramática generalizante e homogeneizante é que faz com que um grupo étnico singular seja apreendido como indígena ou quilombola genérico (ARRUTI, 2006).

Em 2003, ano da aprovação do Decreto 4887, acentuam-se as ações de resistência e enfrentamento em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo, sobretudo, a luta pela terra, através dos Movimentos socioterritoriais<sup>25</sup>, dentre eles a ACRQ - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo e demais movimentos<sup>26</sup>, que se inserem de forma significativa, na luta pela terra, a partir de 2004, conforme catalogação da CPT- Comissão Pastoral da Terra<sup>27</sup>. Os conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo

<sup>25</sup> Conflitos no Campo-Brasil 2005. Coord. Antonio Canuto, Cassia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2004.pp.96-108.

<sup>26</sup> Refiro-me aqui aos movimentos: MST ( movimento dos Sem Terra), ARST(Associação Renovação dos Sem Terra),CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, MLT ( Movimento de Luta pela Terra), MTV ( Movimento Terra Viva) etc.

<sup>27</sup> A Comissão Pastoral da Terra é um organismo da Igreja Católica ligado a Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, é parte das Pastorais Sociais da Conferência Nacional do Bispo do Brasil - CNBB, é membro da Pax Christ Internacional e da Right Livelihood Foundation.

<b>Conflitos de terra.</b>	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	<b>653</b>	<b>658</b>	<b>751</b>	<b>870</b>	<b>564</b>	<b>625</b>	<b>743</b>	<b>1.335</b>	<b>1.398</b>	<b>1.304</b>

acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos. Compreende-se então que a política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades quilombolas oportuniza e coloca em discussão, como resultado da ação de uma causa, a criação e nomeação dos termos quilombo-quilombola exercidos pelo Direito e garantidos pelo Estado conforme Artigo 215 da CF de 1988, detentor da palavra autorizada por excelência.

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso a fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º. A lei disporá sobre fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Assim, Mirian de Fátima Chagas (2001), em seu artigo “A política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos”, citando Dimas Salustiano Silva (1994), diz que no entender deste e conforme Art. 216 da CF de 1988, o direito, enquanto uma ciência historicamente constituída, procura apresentar o que está sendo introduzido através do dispositivo jurídico e ao que ele responde, considerando que os direitos dos “remanescentes das comunidades de quilombo” referem-se a direitos culturais, na medida em que constituem um tipo de patrimônio cultural brasileiro, a direitos econômicos e sociais de democratização fundiária, porque concede propriedade e a direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

manifestações artístico-culturais;V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Arruti (2006, pp.44-45), o reconhecimento étnico identitário, nos casos indígena e quilombola, mas não apenas nesses, implica a apropriação dessas mesmas categorias políticas, jurídicas e administrativas genéricas e generalizáveis. Assim, segundo o autor, a criação da categoria por meio do qual se operará o reconhecimento e a identificação não implica, por sua vez, o simples transporte semântico do vocábulo de um universo semântico ao outro, na medida em que, ao ser absorvido por esse novo campo discursivo, entra em uma estrutura de significação que lhe atribui significados particulares. Uma vez que o reconhecimento coloca em discussão o efeito de criação do nome – a nominação, assim, por meio da territorialização, Arruti (2006) propõem um modelo descritivo de etnogêneses – ou a busca de outro quadro de referência de formação quilombola – segundo o autor, um “modelo processual quadripartido”<sup>28</sup> de modo que, um esteja imbricado aos outros e que podem ser autônomos para efeito de análise (ARRUTI, 2006, p.45).

A rede semântica em torno da legalidade permeada de fios condutores não se configura apenas em torno das classificações, e sim na forma de (re) definição da alteridade, cuja força não está apenas na capacidade de

---

<sup>28</sup> a) Processo de nominação: movimento de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como um sujeito de direitos e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado; b) processo de identificação: movimento de passagem do desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo assim, tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeito de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito; c) processo de reconhecimento: movimento de passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado; d) processo de territorialização: movimento de reorganização social, política, ecológica e cultural de uma coletividade que está em processo de fixação e delimitação espacial por meio da sua objetificação jurídico-administrativa.

representar e simbolizar o mundo, mas de transformá-lo, justamente, pelo poder oficial de reconhecimento. Não se trata mais, portanto, de partir das alteridades dadas, e sim de investigar como a alteridade torna-se um dado, como ela é feita um fato, como ela é discursiva e praticamente construída por meio de linhas, cortes, nervuras, dobras, diferenças e identidades. (ARRUTI, 2006, p.26).

Nesta perspectiva, e no intuito de uma pretensa reflexão conceitual em torno da noção de quilombo-quilombola, cabe a afirmativa de Benjamim (1987) quando diz ser necessário articular, conhecer e apropriar das reminiscências não como foram, mas como se apresentam diante dos conflitos e tensões no conjunto dos contextos atuais. Isso porque os termos quilombo e quilombola, diante do contexto jurídico-social, assumem novo significado, não mais atrelado ao conceito histórico. Os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

Com o Decreto 4887/2003 em seu Art. 2º<sup>29</sup>, foi concedido a essas populações o direito a auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo como fundamentação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de

---

<sup>29</sup> Decreto 4887/2003. Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. 'Par' 1º. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. 'Par'2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. 'Par'3º Para medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução.



autodeterminação dos povos indígenas e tribais. Em relação aos povos quilombolas, o direito à auto-atribuição agregado a proposições jurídicas apontam que a presença da dimensão histórica deve ser valorizada na sua inter-relação com a condição social ocupada pelos próprios (ANDRADE; TUCCANI, 1999, apud CHAGAS, 2001). A restituição do aspecto quilombola residiria na transição da condição de escravo para a de camponês livre, independentemente das estratégias utilizadas para alcançar tal condição. Segundo Miriam de Fátima Chagas (2001), é de se notar que a ligação destes casos com a história quilombola é restituída enquanto vínculo sócio-cultural e histórico com o tipo e qualidade de organização social, mais do que um estrito traçado datado de ligações lineares com o passado. A ressemantização dos termos quilombo - quilombola permite outros entendimentos que apontem menos para um quadro estereotipado e mais para um particular modo de vida. Assim, o atributo de resistência, que até então tem deixado as comunidades excessivamente reféns do modelo Palmarino, pode ser acessado por outros canais como a religiosidade, o parentesco e o trabalho familiar na terra, considerados igualmente formas contundentes de lutar por um lugar social no horizonte da liberdade – quilombo/ quilombola.

Outro fator importante desenvolvido por Arruti (1997) diz respeito a referenciais analíticos repensados sob o modelo da etnicidade. Segundo o autor, nas situações de “emergências étnicas” de grupos indígenas do Nordeste, o processo de “descobertas dos direitos”, as fronteiras, atravessadas pela “mistura” e pelo “sincretismo”, mudam de consistência, produzindo profundas transformações no arranjo político interno às comunidades, na sua relação com a memória e com as tradições.

Diante da complexidade em torno da etnicidade, Oliveira (2006, p.23) apropriando-se das idéias de Abner Cohen, cita que o termo etnicidade seria de escassa serventia se fosse entendido para significar diferenças culturais entre sociedade isoladas, regiões autônomas, ou stoks independentes de populações tais como nações em suas próprias fronteiras nacionais. Pontua ainda que etnicidade é essencialmente a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos sociais comuns. Assim, segundo o autor,

A questão étnica, na medida em que envolve interrogações sobre identidades assumidas enquanto fenômeno de etnicidade, guarda íntima relação com o contexto sobre o qual os povos e os indivíduos que os constituem se movimentam: se for no interior de seu próprio território – de um povo determinado -, a noção de etnicidade (nele) não se aplicaria, ainda que a etnia poderia ser tolerada, se bem que pouco precisa. A ênfase no território explica sua importância na configuração da etnicidade e, por via de consequência, a fecundidade do uso analítico do conceito. (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

As comunidades negras que reivindicam a remanescência de quilombo o fazem por constituírem-se de grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a posse da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo), que expressa uma identidade coletiva com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhada, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros (ARRUTI, 2006). Segundo o autor (2006), nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas. Para tanto, considera que a noção de grupo étnico, mesmo em sua definição weberiana, tornou-se a melhor ferramenta de descrição do fenômeno, isso porque o sociologicamente relevante no uso da categoria de grupo étnico

seria sua remissão ao movimento de um determinado agregado no sentido da constituição de uma unidade política. Muito embora, os aspectos culturais, em Helvécia, tornaram-se de suma importância em fomentar na atualidade, a busca por uma reminiscência africana.

No cerne da institucionalização de um nós remanescente de quilombo, as comunidades negras têm operado transformações no modo como se relacionam com as suas tradições, de modo que essa situação implica, ao mesmo tempo, em uma desconsideração das diferenças que compõem o grupo e a possibilidade de que a apropriação de uma identidade legalizada passe a redefinir sua própria condição em face de um universo formal-legal (CHAGAS, 2001). E, essas transformações vão depender da maneira com que as comunidades irão lidar com o estatuto do sujeito político, diante de seus próprios modos de interação. Essas exigências, de participação, de conversão política, encarnadas na figura do sujeito político único, muitas vezes entram em contradição com a própria dinâmica que põe em movimento as relações internas nas comunidades.

Por sua vez, a definição mais favorável daquilo que devam ser não depende apenas deles, ou de seus opositores, mas também do estado de relações de forças em que aquelas comunidades e seus mediadores e concorrentes a mediadores estão inseridos e na qual o papel interpretativo do antropólogo e do historiador parece destaque. Reconhecer a sua construtividade, ligada à plasticidade identitária que marca boa parte destas comunidades, antes de vir a deslegitimar o lugar dos pretendentes, serve como um sinal de alerta para aqueles que operam na correlação de forças que definirá qual é este lugar e quais as formas de acesso a ele (ARRUTI, 1997).

Num artigo intitulado: “*A atualização do conceito de quilombo*”, Alessandra Schmitt (2006) afirma que os elementos parentesco e território constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que também o território constitui identidade de uma forma bastante fluída. Para a autora, se levarmos em consideração a concepção de Barth de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevante em tal ocasião, pode-se deduzir que a identidade quilombola construiu-se a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas.

Está-se, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. Assim, pode-se pensar as identidades não como fixas, mas de conformidade com Boaventura Souza Santos apud Schmitt et alli (2006), identificações em curso, integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e, ao relacionar

identidade e questões de poder, Boaventura S. Santos apud Schmitt et alli (2006), lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação.

E é a partir dessa posição historicamente desfavorável, no que se diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustarem-se às pressões sofridas. É neste contexto social que são construídas suas relações com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, recriaram uma auto-estima mobilizadora. (SCHMITT, 2006).

Os caminhos históricos em Helvécia conduzem a uma infinidade de possibilidades semânticas, visto que, segundo Lyre (1982), pouco ou quase nada ficou no registro escrito. Assim, os fatos, percebíveis como eventos ou como acontecimento, em sua maioria, ficaram registrados na percepção dos envolvidos, colonos e colonizados, transmitindo-os às gerações futuras, conforme suas visões, de homem, de sociedade e de mundo. Numa perspectiva diacrônica, percebe-se que os mecanismos de resistência apontam os diversos jogos de poder estabelecidos nos limites fronteiros a níveis sócio-espaciais e culturais. Percebe-se assim, que, no tempo, as negociações em torno do uso do poder econômico e discursivo, implícitas e explícitas, corroboraram as dicotomias estabelecidas pelos choques das identidades em construção permanentes. Com isso, as relações interpessoais desdobraram-se

em conflitos e tensões, estabelecendo novas prerrogativas aos enfrentamentos sociais na atualidade. E, com a aquisição de novos rótulos identitários, institucionalizados pelo Estado e a sistemática desses por um pequeno grupo de mulheres aferiram uma acentuada (des)hierarquização no conjunto sócio-espacial e cultural, provocando novos sentidos e sentenças à categoria: de negros rurais a negros quilombolas em Helvécia. Daí, pensar e pesquisar a trajetória da Colônia Leopoldina, matriz formadora de Helvécia, revela nos escombros dos discursos entreditos estruturas sociais que denotam uma arquitetura permeada de interesses políticos e econômicos ao longo de sua existência. Para tanto, os mecanismos de sustentação de tal empreendimento renderam posicionamentos de silêncios e vários discursos no tempo e no espaço, que colaboraram por negar e/ou afirmarem os jogos de poder diluídos nos estigmas sentenciosos e silenciados em Helvécia.

Entretanto, o posicionamento das mulheres, ao se auto-reconhecerem como quilombolas, ampliaram a compreensão e concepção de patrimônio material e imaterial que, pelas circunstâncias político-históricas, havia sido relegado a um conjunto folclorizado e que com a propensa (re) fundação semântico-territorial evidencia novas sínteses identitárias em um todo de construção permanente no cotidiano de Helvécia. Anunciam, com isso, novos posicionamentos discursivos pautados na reflexão - igualdade de oportunidades vinculada à igualdade de condições – utopia presente a partir de um saber jurídico e seus condicionantes legais e sociais: um percurso construindo saberes e cidadania.

## **2.2 - Cidadania – emancipação e utopia.**

A tensão e a extensão na busca de um caminho em que se possa vislumbrar o que aparentemente é familiar, entre o dito e o não dito, entre a legalidade e a nominação em tornar-se quilombo, apresentam elementos tão complexos como as conotações sobre os “gritos e silenciamentos” percebíveis em Helvécia. Muitas lacunas se formam, outras tantas são preenchidas e muitas, à revelia do tempo, poderão se perder nos escombros que encobrem os vestígios, até mesmo, quando se trata de parentesco-proximidade, em relação à nominação ser quilombola ocasionada pelo Decreto 4887/2003.

No entanto, a organicidade e a crença de que é possível uma re-fundação territorial pautada no diálogo passado–presente alimenta a utopia em constituírem-se como novos sujeitos, a partir das experiências vividas no tempo-espço ou por representação do imaginário coletivo. Desse modo, evocar o passado no presente, tão presente, em função das portarias e decretos, torna-se pertinente, pois, de acordo com Pollak (1992), os monumentos dos mortos podem servir de base a uma relembração de um período em que a pessoa viveu por ela mesma, seja de um período vivido por tabela, seja por pertencimento à pauta de uma nova unidade social. Ser Outro, colocar-se ou constituir-se como Outro (ABBAGNANO, 1999), revela parte do penetrar/participar do/no caminho/espço, em busca do olhar estranho, capaz de perceber os resquícios presentes no cotidiano, ou seja, memorial de luta em prol do reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo investigado. Segundo Abbagnano (1999), a alteridade é um conceito mais restrito do que a diversidade e mais extenso do que a diferença. Em Almeida (1999), as reflexões semânticas ampliam o senso das afirmações étnicas, pois

com o avançar do tempo novas formas de resistência se agregaram às unidades sociais étnicas e que são merecedoras de atenção no processo de reparação e efetivação de políticas afirmativas equalizadoras.

O que está em jogo são as revisões dos esquemas interpretativos, em que um critério como “raça” não é mais essencial. A mobilização transformadora e de afirmação étnica não está passando por consangüinidade, por pertencimento à tribo, por características de língua, de povo de sinais exteriores que tradicionalmente marcaram diferenças. Não é isso que está em pauta; está em pauta uma nova unidade social, que está sendo forjada numa forma de resistência que se consolidou historicamente, e que exige um novo conceito de etnia, um novo conceito de mediação, um novo conceito de mobilização (ALMEIDA, 1999, p.18).

Dentro dessa complexa rede analítica, Arruti (2006), citando Fredrik Barth e sua definição de “grupo étnico”, uma construção, segundo o autor, essencialmente política e relacional, diz concordar com tal contribuição. Também afirma que a ênfase depositada na “auto-atribuição e atribuição pelo outros” foi fundamental no embate político em defesa dos direitos quilombolas, por não categorizá-los sempre tendo apenas como base os estereótipos culturais e históricos. Por outro lado, diz ser preciso reconhecer a pertinência das críticas, quanto ao aspecto essencialmente político, dentre elas, o problema levantado por Pacheco de Oliveira (1999) apud Arruti (2006) quando diz que o contexto intersocietário no qual se constituem os grupos étnicos não é um contexto abstrato e genérico. Daí, segundo, José Maurício Arruti, torna-se importante tomar o território como dimensão estratégica para pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas nesse contexto.

A atenção na auto-atribuição, nas fronteiras interétnicas, na contrastividade ou mesmo na situacionalidade identitária não dá conta da passagem entre o fenômeno de adscrição étnica (necessariamente local) do grupo (o etnônimo) e sua adesão à categoria genérica e englobante de “indígena” (ou de “quilombola), de caráter jurídico-administrativo... a noção de “territorialização” indicaria, portanto, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo se transforma em uma coletividade organizada, implicando: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, a constituição de mecanismos



políticos especializados, a redefinição do controle social sobre recursos ambientais e reelaborarão da cultura e da relação com o passado. (ARRUTI, 2006, pp.40-41).

Um movimento emancipatório, que a princípio consistia na luta pela liberdade, isto é, abertura das senzalas e, hoje, a luta pela existência, significa uma luta pelo espaço - território (BAUMAN, 2001) em prol de reconhecimento, enquanto comunidade que resiste ao “modelo neoliberal”<sup>30</sup> de sobrevivência. Um sonho que adquire, a cada semana Zumbi<sup>31</sup>, novos entendimentos e aproximações ao desejo de fortalecer os ideais coletivos pelo bem comum a favor da comunidade. Um reinterpretar espaço quilombola, (re)fundação de lugar onde exista autonomia social, econômica, política e religiosa, não mais mediada pelos grandes proprietários, latifundiários, empresas de agronegócio, mas pela comunidade que protagoniza decisões e acordos.

Em Helvécia, a ação emancipatória, uma utopia presente na realidade ao fazer memória, entrelaça os novos sujeitos históricos e que na contemporaneidade significa reconstrução da identidade e do espaço.

---

<sup>30</sup> Segundo Gregório Iriarte (1995, pp.53 e 63-65.) uma olhada no panorama econômico mostra-nos de forma clara e convincente que a “era neoliberal” produziu desequilíbrios e desigualdades até então nunca vistos, tanto em países ricos e pobres, quanto entre os setores sociais desses mesmos países. De acordo com o autor, no modelo neoliberal: a) o mercado funciona sempre a “curto prazo”, não levando em conta as conseqüências que a atividade econômica atual pode trazer para as gerações futuras. Menos ainda se preocupa com a proteção do meio ambiente ou com a biodiversidade; b) as razões que impulsionam o mercado são sempre utilitaristas, jamais altruístas; suas leis se regem pela competência e pela busca da consecução do maior benefício econômico, na maioria das vezes com sacrifício de outros valores; c) sem o grande número de restrições impostas pelo Estado, as forças do mercado, entregues a si mesmas, levam fatalmente ao esquecimento e à violação das leis e valores sociais, assim como a excessiva exploração de recursos naturais essenciais para o futuro; d) como resultado do menor crescimento das economias, aumenta de forma alarmante a taxa de desemprego, concomitantemente ao desenvolvimento da economia informal em total confusão, com produtividade e rentabilidade baixíssimas; e) a evolução desfavorável do emprego foi seguida de uma diminuição paulatina do salário real; f) o modelo neoliberal sempre fiel à sua lógica antipopular e antiestatal, conseguiu a proeza de minar o sistema escolar como função prioritária do Estado, contribuindo em um acelerado processo de privatização.

<sup>31</sup> A Comunidade de Helvécia, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, promove diversos eventos de cunho cultural e religioso. Nesta ocasião, busca-se rememorar o passado através de celebrações na Matriz e através de apresentações públicas da dança bate-barriga, do maculelê, da capoeira.

Conforme Le Goff (2003), a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente. Segundo o autor, deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Essa reflexão torna-se importante, uma vez que as terras que no passado trouxeram povos do além-mar continuam despertando interesses econômicos. Cresce a cada dia, em torno de Helvécia, a monocultura de eucalipto que, forçosamente, faz com que haja um acelerado processo migratório dos mais jovens em busca de trabalho/sobrevivência. É de fato um sistema de desencaixe dos sujeitos no tempo e no espaço em virtude das marcas da modernidade.

Ao autodefinirem-se como remanescentes de quilombo, de conformidade com o pedido de reconhecimento, datado em 23 de outubro de 2004, os habitantes de Helvécia constituem-se como novos sujeitos de direito ao exercício de cidadania. Esse procedimento entra pela via da contramão, pois, segundo Giddens (1991), a modernidade, como ruptura com a tradição, apresenta-se dinâmica, onde tudo é semovente e mutável. O sólido se desfaz. O uno se diversifica. O eterno é passageiro. A movimentação econômica na modernidade, operada pela tecnologia e tecnologizada, suprime o espaço e o tempo, e o lugar torna-se cada vez mais fantasmagórico, isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distintas deles (GIDDENS, 1991).

A grande utopia, sonho possível acionado pelo processo de reconhecimento, está na posse da terra, na liberdade em transitar, direito há muito garantido pela Constituição Brasileira, e o favorecimento da agricultura

familiar, perdido com a invasão das grandes empresas de agronegócio no extremo sul da Bahia.

Refletir sobre esses aspectos sociais e políticos, sua envergadura aos modos capitalistas e o impacto destes na vida cotidiana de Helvécia é um convite a (re) memorar a natureza do poder econômico denominado de “ficha simbólica” por Giddens (1991), um dos elementos fundamentais para o “desencaixe” dos remanescentes de Helvécia. Para o autor, todos os mecanismos de desencaixe tiram as coisas das mãos de quaisquer indivíduos ou grupos específicos.

Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço. (GIDDENS, 1991, p.29).

Diante desse cenário, surge o grande chamamento aos Homens em favor da ética da vida (GIDDENS, 1991), para assim potencializarem as grandes utopias, de sabedores não só das Ciências, mas de inúmeras possibilidades a partir do conhecimento socializado fundante de ações sociais, culturais e econômicas, efetivando novas competências em lidar com os enfrentamentos sócio-políticos que interferem no agir cotidiano; sobretudo, no mundo do trabalho, marcado pela ausência de políticas locais que resguardem o direito comum e o acesso ao exercício da cidadania.

Mesmo que com forças contrárias ao uso do direito em ser quilombo e, por conseqüência, tornar-se quilombola, a inserção de Helvécia nesse cenário político-conceitual fomenta um (re) memorar, possibilidade de integração da/na história recriando e/ou respeitando o mundo, o homem e o espaço. Assim, as

“meninas da Associação”<sup>32</sup>, com ações práticas, dessacralizaram o mito de que somente os “poderosos”, homens, políticos e de origem branca, podiam romper o laço do sacrário, ou seja, do espaço doado aos europeus com o objetivo de povoamento, e hoje, constituído como Helvécia. Essas mulheres sonharam e mobilizaram outros sujeitos como deputados, advogados, INCRA, e a própria comunidade, e, por isso, receberam outro estigma: *meninas ousadas*; o termo aqui empregado de forma pejorativa, que significa falta de decência, se relaciona pelo fato delas afirmarem um engajamento radical a favor de um espaço de todos e para todos, mesmo que isso significasse naquele momento um espaço marcado pela individualização.

Finalmente, podemos distinguir o que devo chamar de engajamento radical, pelo que me refiro a uma atitude de contestação prática para com as fontes percebidas de perigo. Aquelas que assumem uma postura de engajamento radical alegam que, embora estejamos cercados por graves problemas, podemos e devemos nos mobilizar para reduzir seu impacto ou para transcendê-los. Esta é uma perspectiva otimista, mas vinculada à ação contestatória ao invés de a uma fé na análise e discussão racional. Seu veículo principal é o movimento social. (GIDDENS, 1991, p.138).

Entretanto, Rouanet (1985), discutindo *sobre a modernidade e seu projeto inacabado*, diz que é preciso buscar a trajetória da humanidade e retomar a individualização, tão necessária à consciência crítica. É urgente, diante da modernidade sedutora, esquizofrênica, tornar-se sensível às condições sociais que moldam a vida das pessoas. Compreende-se que essa atitude radicalizada fia a tessitura da vida e propicia um atar e desatar “nós”, corrige as “miopias” sociais, políticas e ideológicas.

Segundo Joaquim B. Gomes (s.d), discutir ações afirmativas é urgente e necessário em virtude do quadro de ostracismo e violenta exclusão as quais os

---

<sup>32</sup> Denominação metonímica dada às mulheres negras que compõem a diretoria da Associação Quilombola de Helvécia – AQH.

negros brasileiros são cotidianamente relegados. O tema é de transcendental importância para o Brasil e para o Direito brasileiro. Isso, em virtude das variadas formas de discriminação, exclusão e alijamento dos negros do processo produtivo e da vida social digna, bem como, por abordar um tema nobre do Direito Constitucional Comparado e do Direito Internacional<sup>33</sup>, curiosamente, negligenciado pelas letras jurídicas nacionais, especialmente no âmbito do Direito Constitucional.

As possibilidades jurídicas e a transição da concepção estática de igualdade, extraída das revoluções francesa e americana, ao novo conceito de igualdade substancial, um produto do Estado Social de Direito, em que as situações desiguais são tratadas de maneira dessemelhante, evita o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade. Essa concepção propugna redobrada atenção por parte do legislador e dos aplicadores de Direito. Enfatiza Joaquim B. Gomes (s.d), que é a partir dessa concepção que surge a idéia de igualdade de oportunidades.

A promoção da justiça econômica e social aos mais fragilizados e desfavorecidos, consagrada na forma normativa das políticas afirmativas,

---

<sup>33</sup> A partir da Declaração de 1948, começa a desenvolver-se o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção. A Declaração de 1948 confere lastro axiológico e unidade valorativa a esse campo do Direito, com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Em 1965, as Nações Unidas aprovam a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada hoje por 167 Estados, dentre eles o Brasil (desde 1968). Desde seu preâmbulo, essa Convenção assinala que qualquer "doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificativa para a discriminação racial, em teoria ou prática, em lugar algum". Adiciona a urgência de adotar-se todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações e para prevenir e combater doutrinas e práticas racistas. O artigo 1º da Convenção define a discriminação racial como "... qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais."

representa um momento de ruptura na evolução do Estado moderno, que abandona sua tradicional posição de neutralidade e mero espectador dos embates entre os homens e passa a atuar na busca da concretização da igualdade positiva nos textos constitucionais. Desse modo, as ações afirmativas definem-se como políticas públicas, voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Tais ações visam não somente combater as manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural enraizada na sociedade. E, têm como meta, no sentido pedagógico, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, aptas a inculcar nos atores sociais a utilidade e observância dos princípios de pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas da convivência humana. (GOMES, s.d.).

Joaquim B. Gomes (s.d) pontua que as ações afirmativas em dimensão jurídica apresentam-se como um mecanismo sócio-jurídico. Dessa forma, essas ações constituem um remédio de razoável eficácia a comportamento de exclusão aberto ou dissimulado, legal ou meramente informal, em relação a uma parcela expressiva do povo. O autor constata que a resistência em torno das ações afirmativas se dá, sobretudo, da parte daqueles que historicamente se beneficiaram da exclusão dos grupos socialmente fragilizados. Assim, ao Estado competem duas posturas: manter-se firme na posição de neutralidade ou atuar ativamente no sentido da mitigação das desigualdades sociais, que têm como público alvo as minorias raciais, étnicas, sexuais e nacionais. A primeira postura é uma idéia chave da sociedade liberal-capitalista ocidental,

que tem se revelado um formidável fracasso, especialmente nas sociedades com longo passado de escravidão. Dessa forma, não basta ter proclamações jurídicas, mas um estado que renuncia a neutralidade em relação às questões sociais. A partir de posicionamento como esse é que nasceram as ações afirmativas no EUA, hoje, já adotadas em diversos países europeus, asiáticos e africanos. Em relação ao Brasil, conforme o autor, mal se começa a admitir, pelo menos em nível acadêmico, a discussão do tema. Acentua que as ações afirmativas não têm como objetivo apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo, eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado, os quais tendem a se perpetuar. E, figura também, como meta, a implantação de certa diversidade e de uma maior representatividade dos grupos minoritários, nos mais diversos domínios de atividade pública e privada.

## Capítulo III:

---

### *Entre o dito e o não dito: a palavra quilombola entre o material e o imaterial*

*(...) Bebida é água.  
Comida é pasto.  
Você tem sede de quê?  
Você tem fome de quê?  
A gente não quer só comida,  
A gente quer comida, diversão e arte (...)  
(...) a gente não quer só comida,  
a gente quer bebida, diversão, balé (...)*  
(Titãs, *Comida*, 1997)

#### **3.1- Os gritos e os silêncios- um lembrar: fluxo dos conflitos e dos impasses em torno da remanescência em Helvécia.**

*“... nossos jovens não tinham perspectiva de vida.  
Não era nem de futuro,  
era de vida mesmo.”*

*Maria Aparecida dos Santos<sup>34</sup>*

Um país marcado por tantas desigualdades sociais e por uma tradição histórica de privilégios à elite detentora de capitais culturais e econômicos, que se beneficiou da exclusão dos grupos socialmente fragilizados, provocou e ainda provoca marginalização sócio-cultural-econômica a que são relegadas as minorias, especialmente as raciais, que há muito não dispunham de políticas públicas regulamentadas e ações afirmativas que as dessem vozes no cenário sócio-histórico e educacional enquanto cidadãos. A dita legalidade das Comunidades de remanescência quilombola, na atualidade, faz perceber entre gritos e silêncios evidências desse histórico progresso de mandonismo provocado pela sociedade senhorial, pautada no “Senhor”, elemento imagético

---

<sup>34</sup> Presidente da AQH e diretora da Escola João Martins Peixoto.



desde o Império: o dono da voz e das decisões que se fez e refez durante a linha do tempo nas várias adaptações de poder, hoje, denunciado em público e não apenas silenciado pelas comunidades que almejam, afirmam sua condição de comunidades livres, efetivamente reconhecidas pelo Estado. E, mesmo que ainda não disponham de regulamentações diretivas em todas as coordenadas de reconhecimento e posse dos direitos constitucionais estabelecidos, essas comunidades avançam em organismos sócio territoriais e associações e ao mesmo tempo aumentam os embates entre as partes contrastantes: os que estavam habituados a ditarem regras, muitas vezes arbitrárias, e os que estão aprendendo que é possível reeditar posturas e conceitos a partir da condição legal aferida como direito constitucional e, sobretudo, pelo acesso a informações e formações do universo acadêmico e/ou por organismos não governamentais e/ou por intelectuais, elementos visíveis no desenvolvimento social dos membros da AQH em Helvécia.

Pra mim e para outras pessoas o reconhecimento traz para nós a força de lutar por uma história já quase perdida e o reconhecimento veio como meio de conquistar o nosso direito. E até mesmo de conquistar o respeito pelas nossas culturas que é né as nossas danças, as nossas manifestações culturais, as festas tradicionais de Helvécia...Mais eu vou dizer para você que esta luta não foi fácil esse reconhecimento trouxe sim, muitos conflitos, trouxe muita discórdia... Muitas pessoas ligadas ao poder com medo de perder o império, trouxe um monte de conflitos que eu não sei se eu estarei lembrando todos para estar falando para você. (Entrevista com M.C, membro da AQH, pedagoga, 2007)

No decurso da história foram os pretos e os mestiços aqueles que, sofrendo mais fortemente o efeito das desigualdades regionais e da inexistência de políticas nacionais equalizadoras na área sócio-educacional, tiveram menor acesso à cidadania, um fato claramente evidenciado em Helvécia. Desse modo, os poucos que usufruíram desse privilégio, receberam

uma educação essencialmente ilustrativa, servindo mais para reafirmação dos rituais de poder e legitimação da ordem social senhorial hegemônica (RIBEIRO APUD MATTA, 2002). Pretensiosamente, esse processo ideológico, ainda hoje, sustenta os mecanismos excludentes, dissolvidos nas práticas simbólicas de poder que persuadem as categorias sociais minoritárias a um constante processo de fragilidade em relação à vivência da cidadania. É como se ainda estivessem sob o julgo do SENHOR! Essa reflexão amplia-se a partir do pensamento de Cândido Grzybowski<sup>35</sup>, que diz ser importante e urgente reinventar-se e mudar o país, pois, no Brasil, o Estado se formou antes da cidadania e quase sempre contra ela.

Em Helvécia se vê não só o silêncio que por vezes diz muito, mas discursos proferidos por sujeitos antes invisíveis no panteão do poder e seus enfrentamentos com os ditos “senhores”. Quanto a esse segundo aspecto, merece destaque a manobra política do senhorio no povoado. A facilidade ou dificuldade em conseguir um emprego no setor público era proporcional à devoção que se dava ao “Senhor”, possuidor por excelência do direito de aferir ou não a tomada de posse. Vale registrar um episódio sobre a visita de autoridades políticas à região administrativa do Município de Nova Viçosa. Segundo relato, tal acontecimento era acalorado por muitos servidores públicos obrigados a comparecerem diante dos palanques e/ou nas passeatas, que amontoados em ônibus coletores destinavam-se as diversas localidades do município. Em Helvécia, esse procedimento sobrevive até que “as meninas”, posteriormente denominadas “as meninas da Associação AQH”, do silêncio fizeram um grito e se pronunciaram dizendo não ao patrão.

---

<sup>35</sup> Jornal da Cidadania, março/97.

*Loucura! - gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?  
- Mentira! - disse o operário  
Não pode me dar o que é meu.<sup>36</sup>*

Então, em Helvécia ele [prefeito e secretariado] já não fazia esse tipo de coisa que a gente não aceitava e tínhamos nosso posicionamento e isso era praticamente 100%. Então, digamos quando os ônibus vinham buscar pra comício, porque o governador vai chegar de Salvador e todos os funcionários devem estar presentes vestidos a camisa, então o ônibus vinha e ia lotado, todo mundo ia. Chegou uma certa [época] que não, a gente não fazia e isso só acontecia com Helvécia! (Entrevista com M.A.S, 2007).

Esse grito aparente de liberdade não ecoava na maioria das vozes ainda silenciadas, sobretudo, naquelas marcadas pelo estigma “gente de”, senso de propriedade; discurso que se sustentou durante a escravatura e posterior a ela, promovendo, em meio aos negros libertos, a invisibilidade do direito ao exercício da cidadania, destituída pela aparente “caridade empregatícia”, tornando-os presos ao Senhor. Mesmo que a oferta, como, no caso em Helvécia, emprego público, estivesse pautada no direito da pessoa e no dever do Estado, tal empreendimento político, a exemplo de muitas regiões brasileiras, estava centrado na pessoa do Senhor, possuidor do poder simbólico: econômico e cultural, o Doutor, a Vossa Excelência do município.

Aí chegou a época de ter uma reunião, onde veio a Coordenadora municipal e a Secretária e falar onde que nós devíamos tá dando apoio pro prefeito. Fazer a campanha pro prefeito, aí foi quando nesse momento ali, nós falamos, não só manifestava, a gente falou nosso sentimento que a gente não era obrigado a apoiar candidato de prefeito. Também já éramos concursados, que nos dava uma outra segurança. Isso partia mais dos concursados, você sabe quem não é concursado se sair fora da linha infelizmente...essa democracia entre aspas ... Acontece punições. Então, depois do concurso que nós passamos a gente teve assim, diria, poder, liberdade de expressar nossos sentimentos. Então, a gente falou que a gente não era obrigado. Se quisesse ir tudo bem, mas caso não quisesse a gente não era obrigado a ir. Então, daí pra cá eles passaram a respeitar a gente, passaram a respeitar. (Entrevista com M.A.S, 2007).

---

<sup>36</sup> Vinicius de Moraes in: operário em construção.

Uma análise desse fato permite dizer que tal procedimento avança em torno da categoria “libertos”, constituída pelos então desprovidos de direitos plenos de cidadania e que enxergam possibilidade de sobrevivência fora da “proteção divina do Senhor”. Já não mais são sujeitos de um espaço negro permitido por uns, mas instituído pelo Estado. Agora, embora sob controle policial, judicial e administrativo apresentam um (re)educar, um rebelar, um fugir daquela estrutura que, aparentemente livre, os mantinha presos ao Senhor. E, tal avanço se dá pelo acesso ao direito de voz-grito, a legitimidade aferida pelo concurso público, uma dita legalidade do Estado que tem a tutela sobre os direitos dos cidadãos e que abre espaço para novos discursos, novos processos civilizatórios quanto ao modelo de homem, de sociedade e de mundo. Quanto aos que não tiveram acesso ao direito sócio-cultural acadêmico, sujeitam-se às punições que, mesmo não estando explícitas, dizem claramente o que se deve e o que não se pode fazer.

Os conflitos oriundos do espaço escolar, onde as meninas da associação atuam como educadoras, deram forma aos desejos latentes em transformar submissão em subversão em defesa de direitos a cidadania há muito presentes na consciência desse grupo de negras mulheres, que, ao rememorarem os fatos ocorridos em Helvécia, como abuso de força policial expresso no pedido de reconhecimento; avanço das plantações de eucaliptos das empresas de celulose; ausência do ensino médio, falta de emprego, cargos diretivos e de coordenação pedagógica da única escola, direcionados apenas aos “brancos”, acionam procedimentos antes desenvolvidos apenas pelos “ditos Senhores”, e, assim, articulam, promovem e provocam o auto-reconhecimento e o reconhecimento quilombola.

Segundo Sandro José da Silva (2006), ao incluir a mediação com os fortes que não as tradicionais sob o signo da dominação simbólica destes, rompe-se com as práticas que há século persistem a despeito do seu *status* de liberdade e invade-se a estrutura senhorial impregnada na mentalidade dos irmãos que há muito suplantou qualquer possibilidade de efetivo grito de liberdade em torno da expressão cultural meramente folclorizada. Um espetáculo a ser visto, mas como parte da vida cotidiana e da expressão religiosa cultuada pelos ancestrais, hoje relegada à periferia ou agregada ao “leque” das manifestações culturais, sem a presença do “divino” e/ou incubada na memória, após tantos choques com a religiosidade católica constituída ao longo dos anos de colonização européia. Pouco a pouco, o processo “catequético” do sistema senhorial, ainda presente nas lideranças políticas, educacionais e eclesiais, pedagogicamente, usurpou direitos internacionais, ou mesmo, nem chegou a oferecer ou fazer-se conhecer, bem como os constituídos a nível nacional. Assim, ao romper com a hegemonia do poder senhorial, aumenta-se o fluxo de conflitos, agora internos, na própria categoria instituída: comunidade de remanescência quilombola, isso porque, estabelecer relações discursivas, olhar sem abaixar a cabeça e, sobretudo, tomar iniciativa, denota enfrentamento de uma realidade silenciada pelo sombreamento não só dos eucaliptos, mas dos “senhores”, possuidores da produção e das terras. Assim, para os mais velhos, habituados à subserviência ligada ao “cumpade” ou “coronel”, submeterem-se era aparentemente mais seguro que subverterem-se e assim garantirem a permanência e posse da terra.

A ousadia estigmatizada nessas mulheres uma vez veiculada nas instâncias espaciais de Helvécia evoca matizes simbólicos, colocando-as em

evidência. Mesmo que isso soe de forma pejorativa no senso das falas dos mais velhos, no senso social projeta autonomia, segurança e competência de um saber pautado em argumentos periciais garantidos pela legalidade e por pertencimento. Subvertem o esquema analítico até então preso aos donos da verdade e do saber, ou seja, às autoridades políticas e econômicas, quase sempre os brancos. Mesmo que não sendo amplamente compreendidas pela própria comunidade de comum parentesco, não temem em querer o melhor para a coletividade marginalizada e alienada pelo discurso inculcado pelos aparelhos de dominação histórico-educacional do senhor e homilias educacionais em nome do “Senhor” na igreja.

Parece que como diz M., a coisa que vem do negro, parece que não é bom, é sempre vista com desconfiança, talvez fosse o outro grupo tivesse pedido [reconhecimento] né, parece que seria verdade, mas como fomos nós, a gente que sempre ficou meio que sem voz em Helvécia, assustou mais o povo. Todo povo, negro, principalmente as pessoas negras, né! Não é comum aceitar as coisas que é do negro assim de bom agrado, vêm sempre com desconfiança. É pela história de submissão mesmo, né, principalmente aqui em Helvécia, é tudo, parece que as pessoas, tinham e tem esse domínio econômico como ...questões mesmo da oratória em Helvécia, de falar de ter voz ativa, é... sempre dominou essa outra parte da população menos instruídas, digamos em parte ...a questão da escolaridade. Pobre e também negro, sempre ouviu o outro lado, assim, parece que tinham nessas pessoas a pessoa para aconselhar e mostrar pra eles o caminho e, quando a gente fez isso, então foi um impacto muito grande, porque ...”muito ousadas, não tinham nada que fazer isso, nova e ...querendo passar por cima dos mais velhos, decidir as coisas sem falar com a gente”. E foi uma coisas que a gente ficou meio triste, né, poxa! pessoas, nossos irmãos pensando dessa maneira, desconfiando de nós! Nós que nascemos e moramos aí querendo o bem e todo mundo desconfiando. *(Entrevista de R.C, uma das fundadoras da AQH, pedagoga).*

São inversamente proporcionais os gritos e os silêncios em Helvécia e diretamente proporcionais os gritos e conflitos oriundos dessa sonoridade, ou seja, discursos em busca de consciência do que se diz, do que se vê e do que se apresenta como verdade a partir do auto-reconhecimento e do reconhecimento quilombola. Uma vez acionada a engrenagem de acesso à

liberdade, as “meninas da associação” provocam deslocamento de poder no espaço assombreado pelos eucaliptos. Parafraseando João Cabral de Melo Neto, um galo sozinho não tece uma manhã; ele precisa de outros galos que apanhem o seu canto..., assim, a tessitura do gritar subversivo gerou cumplicidade e despertou outros cantos para reforçarem o canto que ecoou em diversos cantos e níveis: municipal, estadual e federal. Os discursos incorporados pelo movimento em prol do reconhecimento quilombola foram apropriados a partir de contato com instituições, rede Uneb 2000, intelectuais, pelo legislativo Estadual, de modo a gerar discursos e práticas locais, re-apropriando temas extralocais, redefinindo e dando volume às argumentações, refazendo sentidos territoriais, espaciais e, principalmente, identidades.

Assombreados pelos eucaliptos, Helvécia nesse paradeiro, nesse marasmo, a gente pensou... E que muita esquecida, Helvécia, pelo poder público e tal, e já tinha chegado a hora da gente tomar uma decisão, uma coisa que viesse pra vê se elevasse Helvécia pelo menos à questão cultural, porque a gente sabe que, assim. Já é comum todo mundo falar (né) no município de Nova Viçosa, na região, Helvécia é o berço cultural do município, é o berço cultural da região, mas a gente não via essas coisas. Só em falas, nada de valorizar essas questões e aí nós pedimos esse reconhecimento, um grupo de mais ou menos dez pessoas, nós pedimos a assinaturas de algumas pessoas, de quatro pessoas, meu avô, dona Cocota, seu Amâncio, e seu Tito, um senhor, também, que faz parte do bate barriga (R.C, uma das fundadoras da AQH, pedagoga).

Esse pensar, segundo entrevista com R.C, fora ampliado pelo discurso de um pesquisador do Rio de Janeiro que estivera em Helvécia e que dissera das vantagens em pedir para Helvécia o reconhecimento como comunidade quilombola. Ele apresentou as vantagens e elementos visíveis em Helvécia que garantiam o reconhecimento que acabaram empolgando-as. Após essas conversas, “as futuras meninas da Associação”, partem para uma pesquisa local e constatam que era um fato, era uma realidade:

“Aí, a gente começou a conversar com as pessoas mais antigas, mais velhas, algumas pessoas, meu avô, dona Cocota, o pai de Tidinha, a ta perguntando um pouquinho mais sobre Helvécia, aí nessas conversas com essas pessoas a gente percebeu que realmente fazia sentido (né)”. (Entrevista com R.C., 2007).

Outro aspecto importante no desenvolvimento dos conflitos em Helvécia foi ocasionado pelo embate policial, isso porque o assombreamento aproximara do povoado guarnições especializadas para proteção da mata atlântica, no caso específico em Helvécia, dos eucaliptos que, além de modificarem a paisagem natural, corroboraram na continuação do silenciamento, comum à maioria da comunidade helveciana; um calar para sobreviver, ou mesmo resistir ao tempo à espera de um momento para subverter-se a ordem e reconquistar o desejo de liberdade, parte da memória coletiva ancestral diaspórica ao longo dos seus dois séculos de existência.

Uma coisa levou a gente de imediato a fazer esse reconhecimento, foi quando veio a CAEMA<sup>37</sup> para o município, ela chegou começando a oprimir as pessoas quando iam pegar lenha para cozinhar; chegava lá no mato era abordado pela CAEMA, apanhavam e começou aquela coisa de abuso de poder, ela chegava aqui em Helvécia e fechava e, sabe aquela falta de respeito ...Abordava as pessoas. todo mundo ia embora pra casa, ficavam com medo, porque as pessoas tinham medo do CAEMA, Hoje não! Porque ela impôs assim, tinha que ter medo mesmo, as pessoas já nem iam mais a suas roças com medo de encontrar a CAEMA no mato vigiando o eucalipto, e ser abordado e apanhar, até as vezes como aconteceu duas vezes baterem em pessoas, então dentro desse reconhecimento nós colocamos esse caso da CAEMA, e colocamos algumas situações que já haviam acontecido na comunidade, era um dos motivos que a gente tava pedindo o reconhecimento de Helvécia. (Entrevista com M.A.S, 2007).

Na história da humanidade, normalmente, foram questões em torno da terra, do reconhecimento identitário, ser nação-povo e a religião os elementos que mais corroboraram e colaboraram com os conflitos pela posse e uso do poder. A luta dos hebreus, descritos no livro bíblico do Êxodo, em que se narra

---

<sup>37</sup> Companhia Especial da Polícia Militar da Mata Atlântica.



o episódio de escravidão e a quebra de contrato entre as partes, provavelmente datado de 1290 a.c, governo de Ramsés, no Egito remete a Helvécia ou vice-versa, pois a quebra de contratos entre as empresas de agronegócio e a maioria dos pequenos produtores rurais em Helvécia, além de tirá-los do campo com uma aparente oferta de bem estar social, fez com que aumentasse o êxodo. Além da perda da terra, seus vínculos ancestrais, suas memórias culturais, foram distanciados dos parentes, e os que não podiam migrar, permaneceram na terra, tornando-se vassalos de um império em crescente desenvolvimento “babilônico”.

Numa entrevista sobre o êxodo em Helvécia, uma interlocutora diz:

Antes da empresa Aracruz chegar, Helvécia era uma cidade de fartura, saia caminhões mais caminhões de mamão, minha mãe vendia caminhão de feijão, como já mandou caminhão de feijão fechado pra rio de janeiro e ate os adolescentes trabalhavam embalando mamão, na época do feijão trabalhava na colheita, tanto é que o calendário da escola tinha que ser adaptado de acordo com todas essas questões porque as vezes os meninos iam trabalhar, então, tudo isso aqui acontecia...(Entrevista com M.A.S, 2007).

São muitas as questões conflituosas, todas alimentadas pelo mesmo signo: manutenção de poder que desestabiliza os pequenos com grandes propostas “faraônicas”. Este fato lembra o jogo da serpente, descrito no livro do Gênesis: vende um sonho que não está ao alcance real do sonhador, e que, para que haja paridade nos discursos, fazem-se necessárias a compreensão e a informação sobre políticas públicas que viabilizem igualdade de condições nas rodas de negociação entre os contratantes. Assim, mesmo que veladas, as tensões com o pedido de reconhecimento de Helvécia como comunidade de remanescência quilombola começam a ser construídas entre os assombreados pelos eucaliptos e os donos das plantações “assombreantes”.

O desconhecimento do termo quilombola, categoria instituída a partir da regulamentação do Artigo 68 da Constituição Federal, provocou impactos conflituosos. Por instituição legal, o termo transcende a compreensão de quilombo, não mais preso ao aspecto negativo de um passado forjado pelo sistema senhorial, mas ligado à resistência-sobrevivência de comunidade de negros rurais ao longo dos anos pós-abolição. Esse novo procedimento aferia direitos de voz a sujeitos antes silenciados, o que não foi bem aceito em Helvécia, uma colônia de europeus que ainda guarda resquícios dos colonizadores.

Nossa! De início foi muito negativo, assim, as pessoas não viram com bons olhos, assim, muita desconfiança, as pessoas começaram a falar que era um retrocesso, que a gente ia voltar à questão do quilombo, como se o quilombo fosse uma coisa negativa mesmo, né, aí foi muito difícil, as pessoas começaram a fazer abaixo assinado, algum... Um grupo começou a jogar o povo contra a gente, fomos de uma certa forma até ameaçada até de ...de.. Ah! Questões de 38 resolver no 38 . O marido de uma vereadora disse que a gente não tinha o direito de decidir em nome de uma comunidade toda e aí ficou meio que apreensiva né. (Entrevista com M.A.S, 2007).

Rinaldo Sergio Vieira Arruda (2001) argumenta que, no Brasil, os povos que sobreviveram ao genocídio e à espoliação típica da primeira fase de contato com a sociedade nacional e que têm conseguido manter um território minimamente adequado à manutenção de seus modos de vida tendem a reconstruir sua sociedade, recriando os laços de continuidade com seu passado. Num contexto de reduzida autonomia política e econômica, são forçados a se reinventarem, desencadeando processos de reordenação socioculturais extremamente contraditórios e ambíguos ao habitual e que, por isso, ampliam conflitos internos e externos à comunidade por romperem com classificações, definições aparentemente estáticas que, na

contemporaneidade, em função de regulamentações institucionais, denotam mobilidades conceituais a partir de categorias em construção permanente em relação a espaços e tempos marcados por processos identitários.

### 3.2- Reminiscências, direitos e remanescência – um procriar de mulheres.

*Maria, maria, é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive apenas agüenta.  
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria, mistura a dor e a alegria.  
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida.  
(Milton Nascimento).*

38



Em um espaço onde, segundo CENSO 2000, a taxa de analfabetismo funcional era de 62,6 %, as letras perdem grande parte de sua importância no cotidiano dos que delas fazem uso. Mas, enquanto as letras passam despercebidas por não conseguirem enxergar ou ouvir sua comunicabilidade, os movimentos, as imagens e os ritmos dizem muito e se fazem entender pela

---

<sup>38</sup> Imagens da esquerda para a direita: puxada do mastro- festa São Sebastião; grupo bate-barriga celebrando 20 de novembro- dia da consciência negra; encerramento da festa de S. Sebastião e membros da AQH assumindo a responsabilidade da festa para o ano de 2009.

maestria do tempo em ter impregnado no imaginário e nos corpos os saberes coletivos socializados nas rodas de conversas, nos roçados, nos embarreiros<sup>39</sup>, nas noites de bate-barriga e nas várias viagens para cultuar São Sebastião com a puxada do mastro, tão divinizado e tão profano. De fato, o som, a cor e o suor foram doses fortes e lentas e que, por isso, calejaram um passado de “glória a todas as lutas inglórias”, adormecidas, mas não esquecidas jamais! O procriar de novos embriões identitários, ou a recordação do que sempre foram tornou-se marca de um corpo muito maior que a matéria representada. E por isso, atentas ao momento propício, recuperam o sentido das letras “esparramadas”, perdidas pela falta de igual oportunidade e condições. Surgem como gana, como raça e, sobretudo, como sonho de quem traz a marca de ter fé e vida: mulheres Helvecianas - matriarcas da AQH, sinônimo de ousadia, luta e resistência aos enfrentamentos dos jogos de poderes, na escola, na igreja e na vida política da comunidade. Invadem, assumem e constroem um olhar diferente sobre a história de ontem e de hoje. Rememoram a vida em suas diversas flutuações sem perderem na memória a sobrevivência étnica em meio às inovações adquiridas.

A memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs (1990) sublinha que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

---

<sup>39</sup> Embarreiro é uma ação conjunta da comunidade, executada por homens, mulheres e crianças. É o amassamento de barro para cobrir as paredes das casas de taipa. Segundo relato de Faustina, moradora de Helvécia, responsável pelo grupo bate-barriga e cantiga nagô, enquanto os homens preparavam o barro, as mulheres provinham à água necessária e entoavam cantigas e quando menos percebiam todos: homens, mulheres e crianças se percebiam envolvidos. Tal empreendimento conjunto quase sempre terminava com a dança bate-barriga.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, segundo Jacques Le Goff (2003), remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Para o autor, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cujo buscar é sempre uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Citando Leroi-Gourhan, Le Goff (2003) pontua que a tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de inseto: a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada.

Então, com o reconhecimento acho que veio para fortalecer um pouco também essa história [quilombola]né, de realmente afirmar que nós somos, de onde nós viemos, qual é a nossa luta, e fez Helvécia um pouquinho mais reconhecida. Helvécia era uma comunidade que a maioria da população era negra, assim, assim assado; agora, Helvécia, tinha...tem uma história, assim, mais pautada no passado, Helvécia foi uma comunidade não sei se foi um quilombo, como quilombo era antigamente, mas se não foi pelo menos manteve essa suas festas suas danças, suas manifestações; isso é um fator que faz com que uma comunidade que preserva suas raízes sua cultura tal, ela tem sim o direito de se reconhecer como comunidade de remanescente de quilombo, então veio [o reconhecimento] para reafirmar e não para reescrever a história de Helvécia, para reafirmar uma história que já existia, assim, mas que agora ficou mais forte mais bonita, eu achei né, [risos]. (Entrevista com R.C., membro da AQH, 2007)

O discurso de R.C. exemplifica o atualizar de impressões ou informações passadas, ou que se representam como passadas, não como um (re)escrever, mas um afirmar de elementos passados tão presentes no cotidiano da comunidade de Helvécia, invisíveis em função do processo civilizatório europeu, mas que nunca deixara de ser parte da memória vivida

pela comunidade por ser um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes pelos enfrentamentos de fronteiras identitárias sem perder a consciência do *“que nós somos; de onde nós viemos; qual é a nossa luta”*, fato sabidamente explicitado na entrevista.

O discurso de M.A.S, presidente da AQH e atual diretora da Escola Municipal João Martins Peixoto, revela inquietações pessoais acionadas a partir do contato visual de Helvécia, mas, sobretudo, por estar histórica e efetivamente ligada por pertencimento ao espaço. A consciência de que outro mundo é possível e que outra realidade existe fora daquele perímetro marcado por um histórico de submissões provocara aflição, que se pode traduzir por reflexões sobre o contexto social a que sua terra estava submetida. A priori os recursos parecem não existir, pois os mecanismos político-sociais suplantam quaisquer possibilidades de acesso. Afinal, durante muitos anos a Comunidade de Helvécia apenas se tratava de uma Comunidade de negros rurais às margens da BR 418, um escondido no extremo sul da Bahia e que, até então, servira apenas como fáceis instrumentos de desapropriação para as grandes empresas de agronegócio. A quem recorrer? Que caminhos tomar? Tais questionamentos vão “fecundando” na linha do tempo inspirações e consciência em lutar pela terra e pela manutenção das memórias construídas e incorporadas com as transformações sócio-ambientais e políticas, bem como pelo fortalecimento do espaço e sua visibilidade no cenário do extremo sul baiano, ameaçado de deslocamento histórico com a folclorização dos seus movimentos rítmicos e ritualísticos absorvidos e socializados pelos membros e transeuntes da antiga estrada do boi.

Vou falar pra você, eu estudei em Salvador, fui pra Salvador com 14 anos, mas todo ano quando chegava em minha cidade, eu que vinha de uma cidade grande e via progresso e tudo de bom... Aí quando

chegava em Helvécia, sabe, tinha aquela aflição, ficava perguntando , gente, o que é que eu posso fazer pela minha comunidade, ficava sempre me perguntando isso. E é assim! A gente ficava procurando e parece que a gente não encontrava caminho, parece que não tinha um caminho. E até porque era tudo muito restrito, você não tinha acesso à empresa, não tinha acesso a um prefeito. Então, parece que tudo ficava difícil pra gente. (Entrevista com M. A., 2007).

Ao discutir a identidade cultural na pós-modernidade, Stuart Hall (2003) diz que quanto mais a vida social torna-se mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicas.

O reconhecimento veio para isso, para que Helvécia não se perca em meio a tantas comunidades com histórias belíssimas, mas que infelizmente com o intuito de querer... de querer ...como se diz, imitar valores, sei lá, costumes de outros lugares acabou perdendo um pouquinho a essência, né! E em Helvécia, não! O grito, a gente quer gritar, todas as entrevistas que a gente fez com o pessoal que veio perguntando... a gente não quer uma Helvécia, uma Helvécia... muita coisa , se não, vai mudar um pouquinho e a gente vai se sentir como um peixe fora d'água , então a gente quer Helvécia assim, só que com um pouco mais de organização. Coisas básicas, uma praça bonita, hum hum hum ... ruas calçadas, assim ,mais assim, nada que vai fazer com que ela perca essa identidade que tem, dessa essência que Helvécia tem, que eu acho muito gostosa , muito valiosa... (Entrevista com R.C, 2007)

Esse desvincular – desalojar (HALL, 2003) é percebível no discurso de R.C (2007), ao reconhecer a força de fragmentação - histórico identitário, provocada pela pós-modernidade em meio a tantas comunidades com histórias belíssimas, mas que, movidas pelo modelo neoliberal, acabaram perdendo a “essência”- suas tradições. Embora Helvécia também esteja inserida nesse processo de fragmentação ou silenciamento histórico identitário, R.C. diz que o reconhecimento aferido à Helvécia como comunidade remanescente de quilombo veio agregar e fortalecer os valores e a história helveciana, dar direito

às vozes silenciadas – como um ecoar de um grito, para que se faça ouvir tanto os que estão “próximos” como os “distantes” e, assim, tornar evidente o uso comum, há muito vivenciado das casas aos “terreiros” e destes, aos embarreiros, bate-barriga e ao samba de roda.

E, ao afirmar que “o reconhecimento veio para isso, para que...”, aponta um possível desarranjo ou esvaziamento histórico identitário, risco que Helvécia, como as demais comunidades, poderia se sujeitar com o advento acelerado da pós-modernidade, caso não houvesse ocorrido o reconhecimento. Assim, o silenciamento, que pode ser lido como resistência, teria sido possivelmente, segundo a interlocutora, transformado e/ou formatado em um desalojamento de tempos, lugares, histórias e tradições, mas que, com o reconhecimento, Helvécia entrou na contramão da história de muitas outras comunidades. O silêncio transformou-se em grito, promovendo acesso ao patrimônio material e imaterial e, por conseguinte, a permanência dos princípios históricos, culturais e religiosos “fecundos” na memória dos descendentes africanos.

A força semântica em torno do reconhecimento quilombola em Helvécia amplia possibilidades discursivas no interior da comunidade e, sobretudo, no rememorar das negras mulheres membros da AQH, tão envolvidas com a sua terra e com sua gente. Não desejam que a provisão acumulada nas mãos de uns poucos sobressaia e, como ressaltam em suas narrativas, venha a provocar a acentuada desigualdade social percebível em muitas comunidades tradicionais que se entregaram a políticas acumulativas e não compartilhadas. Percebem claramente que uma vez fortalecida a idéia de propriedades latifúndios, correm o risco de introduzir modelos de trabalho que cada vez mais



se distanciam do habitual, comum às comunidades tradicionais. Por isso, não podem permitir que as florestas se transformem em campos regados pelo suor dos homens, ou assombreados pelas árvores enfileiradas com seus solos ressequidos pelas folhagens secas, empobrecidos pela falta de diversidade, um elemento comum aos solos desse chão lixiviado no sul da Bahia, matriz das florestas tropicais, ricas em biodiversidade que lhe é própria.

Essa reflexão apresenta argumentos localizados entre o dito e o não dito, ou seja, o descuido poderá aumentar consideravelmente as ações, em que germinam a escravidão e a miséria que crescem proporcionalmente às colheitas. O aumento da produção dos campos incide sobre o esvaziamento do campo dos pequenos produtores rurais, seus quintais de coco dendê, mandioca, feijão, que, habituados a um histórico agrário, não se inserem na zona urbana, mesmo que esta seja um micro povoado como é o caso de Helvécia. Desejar uma praça bonita entrediz dar dignidade ao encontro dos cidadãos distanciados pela carga horária extensa de trabalho nos campos enfileirados. Representa um bem estar coletivo e não privado, um pensar diferente da idéia de que “o que é teu é meu e o que é meu não é teu e somos livres”, fala interessante partilhada em uma tarde de prosa. Esse procriar semântico refaz essa idéia: o que é teu é meu e o que é meu é teu, por isso somos livres para usufruir com direito de igualdade e de condições e ter ruas calçadas, um espaço organizado, sinalizando o estar comum, ausente nas rodas discursivas de posse-poder, sustentadas pela ambição do lucro e do capital. Pensar na coletividade em um mundo que traz marcas de individualismo crescente, seja a nível pessoal ou social com tantos

mecanismos “tecnológicos - tecnologizantes”, é um procriar de alternativas que nas reminiscências aponta para uma refundação palmarina em Helvécia.

Palmares era uma negação, pelo seu exemplo econômico, político e social da estrutura escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial no seu conjunto. Daí, Palmares [a República] ter sido considerada, sempre, pela crônica histórica tradicional, um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação, que estava desenvolvendo uma trajetória altamente dinâmica e desafiadora a todas as técnicas produtivas e estruturas de relacionamento social do escravismo. (MOURA, 1988, p.183)

Ir à contramão de uma sociedade moderna que antagonizara ao extremo as contradições classistas é assumir certa “ousadia”, marca perene das “meninas da associação”. Ainda que narrem que algumas questões se “resolvem no 38 [revólver]”, pensar no que está por vir supera desafios, e como em uma gestação, ao ocasionar o reconhecimento, e este pelo fato de ser oficializado em tempo recorde, em torno de três meses de pedido oficializado, solicita tempo para aprofundar sentidos e sentenças na mentalidade das recorrentes bem como em todos a quem o direito se estender, seus condicionantes materiais e imateriais. Afinal, procriar uma categoria e inseri-la de forma “arbitrária”, mesmo que em função de um bem coletivo, é impor-se, correndo o risco de romper com o que há muito tempo congregou os perfis históricos dos que, à revelia, foram incorporados a uma nova categoria juramentada. Mas esperar e constituir Palmares do passado tão presente fecundava na consciência dessas mulheres um alcance material e imaterial que ao silenciar ganharam tempo para um “rito de passagem” passível de entendimentos interpessoais no procriar de uma nova comunidade, não sentenciada como negros rurais, mas como negros quilombolas.

Nossa! Parece que o pessoal queria comer a gente viva, aí eu falava com as meninas, calma. Aí Jane ficou um pouco a ficar meio nervosa, discutiu com um rapaz lá, levou a mão na cara dela, eu disse: gente

nada de violência, vocês vão só ouvir, né. Ouvimos e aí foi tempo, fomos trabalhando [o sentido material e imaterial do reconhecimento] aos poucos. (Entrevista com M. A.S, 2007)

Até pecamos de ter pedido assim, a gente deveria ter conversado antes com a população, com a comunidade, mas a gente não pensou, queria o melhor e na ânsia de querer o melhor, já foi logo assim fazendo as coisas praticamente sozinhas sem conversar, mas depois a gente teve o cuidado de explicar para as pessoas. (Entrevista com R.C, 2007).

...houve momentos que tivemos que recuar um pouquinho, até mesmo pra refazer, pra repensar, porque tudo isso tá acontecendo, o cume, por quê? Mas tinha ali duas, três, quatro, cinco que dizia “não, vamos em frente sim, porque acreditamos que é por aí que Helvécia vai encontrar a sua libertação não a escravidão” como alguns povos aqui coloca que a associação veio trazer a escravidão e não é bem isso, esse grupo [associação AQH] veio pra trazer sim a libertação de Helvécia (Entrevista com M.S, 2007)

Esse provocar de mulheres evoca um passado tão presente no panorama social e estrutural, seja em Helvécia ou em tantos outros espaços que na atualidade reivindicam o direito à liberdade. Em Helvécia, mesmo depois de 120 anos da publicação da Lei Áurea, o desejo por liberdade ainda ecoa nas reminiscências dessas mulheres, explicito na fala de M.S, “*esse grupo [associação AQH] veio pra trazer sim a libertação de Helvécia*”, que, ao se auto-reconhecerem como quilombola, começam um registro histórico diferenciado dos que até então haviam sido feitos, isso porque, saem do anonimato das cozinhas, adquirem personalidade própria e não mais apenas se identificam como “a esposa de” ou “gente de”. (Re)educam-se para o enfrentamento e na prática política discursam que há possibilidades e instrumentos para viabilizarem procedimento que sustentem uma liberdade não mais aparente, mas pautada em políticas públicas que resguardam a dignidade da pessoa humana, e no caso em questão, ser quilombola.

Vale registrar que esse rememorar traz evidências de um passado coletivo tanto na organização do espaço como na construção do memorial histórico das famílias nele inseridas. Lembranças de um tempo em que o trabalho era socializado e planejado de modo que todos estivessem disponíveis à realização – uma época em que os assombreados das árvores enfileiradas não atemorizavam; uma época em que a palmeira de dendê crescia vertiginosamente com seus cachos de cocos dependurados; época em que o “embarreiro” era motivo de ajuntamento, mas, sobretudo, de festa por ver erguida uma casa, um novo clã ou extensão dos que ali já perenemente haviam se estabelecido. Época em que se cantava para celebração da vida e não para “turista” ver; época em que o canto revelava o que se via, o que se tinha no espaço comum à comunidade. Todo esse procriar trouxe afirmações existenciais de um passado tão presente, mas silenciado para melhor sobreviver a outras coisas que não somente “coisa de negro de Helvécia”. Assim, as meninas da AQH devolvem simbolicamente com o reconhecimento quilombola da comunidade o tom à líder do bate-barriga, dando-lhe autoridade para continuar entoando e criando seus movimentos tão ricos e sonoros, reminiscências de tantas outras negras mulheres helvecianas. Na seqüência, respectivamente, cantos do embarreiro: 1. Preparo do barro; 2. Barro pronto para ir à parede; 3. Após tiro de espingarda, juntos para embarrear.

1. Oh limoeiro eu vou colher limão (2x)  
Valei-me nossa Senhora eu vou colher limão (2x).

2. Oh vira-virador  
Este barro ta bom – virador  
Oh Mané curindiba – virador  
Joga barro pra riba – virador.

3. Bem-te-vi jogou-gameleira no chão  
Jogou, jogou – gameleira no chão.

Com o reconhecimento o canto do embarrear, assim como outros elementos, como a dança bate-barriga, maculelê e capoeira, saem do aspecto folclórico para turista “ver” e começam a ter sentido no cotidiano da vida dos moradores de Helvécia. Essa retomada do processo civilizatório ressignificou valores materiais e imateriais, isso porque, tais manifestações, além das alegorias a elas incorporadas, cingiram e se adereçaram nos corpos, nas casas e, de modo mais amplo, no espaço, elementos visíveis de uma cultura em construção pelos mecanismos de escolha aferidos pela legalidade.

## Capítulo IV:

---

### **Sentidos e sentenças no dito ser quilombola: ser nós e os nós da (re) constituição, (re) semantização e da (re) fundação espacial no extremo sul da Bahia – Helvécia**

A nossa fala desvela, delata, relata, invade quem ouvi-la ou lê-la. Ela é a própria personificação de negro sendo, re-sendo, mudando, re-mudando, sentindo, re-sentindo.  
*Miriam Alves.*

#### **4.1- Reescrevendo o espaço: “nova configuração territorial” – processo de territorialização.**

Por menos que conte a historia  
Não te esqueço meu povo  
Se Palmares não vive mais  
Faremos Palmares de novo  
*José Carlos Limeira.*

Democracia. Um ponto de partida e de chegada às várias aspirações dos cidadãos em Helvécia. À medida que se reflete a dimensão político-social, desencadeada com o reconhecimento quilombola, o pequeno grupo de mulheres partícipes da AQH, promotor e articulador de tal evento, busca, a cada circunstância político-pedagógica, aproximar e entender, na prática de seus posicionamentos educativos, sócio-profissionais, culturais e religiosos, que uma das principais funções de um espaço democrático é proteger os direitos humanos. Sobretudo, quando esse espaço territorializado tem o “imprimatur” de quilombo: sentido e sentenças de lutas e resistências. Assim, parafraseando José Maurício Arruti (2006), diria que à medida que essas mulheres descobriam e assumiam a “cultura negra”, descobriam e assumiam a si mesmas como partes dela. Uma descoberta que serviu como

seu próprio rito de passagem diante da sociedade envolvente (ARRUTI, 2006. p.289) e, no caso de Helvécia, um quilombo simbólico ainda em construção. Esse (re)configurar de espaço certificado em processo de territorialização amplia sua extensão material e imaterial com o rótulo quilombola. Em relação ao rótulo, José Maurício Arruti (2006), analisando a história do processo de formação de “Mocambo”, diz que:

O rótulo atribuía o estatuto de “cultura” ao que até então era a simples cor da pele e um simples samba de coco. Da mesma forma, atribuía o estatuto de “descendência” ao que era uma origem brumosa, um passado informe e sem relevância. (p. 289).

Os procedimentos do grupo de mulheres ao assumir o rótulo quilombola estão sendo de fundamental importância para a efetiva conquista da liberdade de expressão cultural e religiosa, há muito folclorizada. Helvécia deixa de ser apenas um povoado de negros que dançam bate-barriga e jogam capoeira: ao assumirem-se quilombolas agregam à sua história mais uma dimensão semântica espacial.

Antes [do reconhecimento], pelo menos da minha parte, a gente via uma coisa assim tão natural [manifestações religiosas, sócio-culturais]. Você cresce num meio vendo imbarreiro de casas. Assistia a fazer os imbarreiros, aquele monte de gente! Mutirão. Pra mim era tão comum desde criança vendo. Por isso não via importância. Agora com que temos este conhecimento maior que vemos o bate-barriga com outros olhos, mas antes era tão assim. Então, passava perto assistia, via algumas manifestações de Cosme de Damião, chamava as crianças. Inclusive eu já fui também. Algumas casas faziam, era comum. Era comum! a gente não enxergava assim a importância. Agora estas coisas a gente enxerga com mais importância, fato cultural né! Agora até que tá acabando. Antes, nossa! Tinha muito, tinha bastante! Agora como tem menos a gente vê com outros olhos a importância para a história de Helvécia. (Entrevista com R.P., Coordenadora da Escola João Martins Peixoto).

Esse novo olhar sobre Helvécia explicita, também, o direito à proteção legal igual e a oportunidade de organizar e participar plenamente na vida política, econômica e cultural da sociedade em constante processo de

transformações sociopolíticas, econômica e culturais – sem perder de vista os fios condutores que entrelaçam e arrematam o passado e o presente para configurações futuras em relação ao modelo de homem, de sociedade e de mundo. Do mesmo modo, traz a tona discursos questionadores que permitem pensar: outro mundo é possível, *“re-sendo, mudando, re-mudando, sentindo e re-sentindo”*. Um mundo acessível e possível para o exercício social: profissional, religioso e cultural. À medida que avança a compreensão dos sentidos da democracia, dessacraliza sentenças impregnadas de sentidos excludentes em espaços construídos. *“Por que não podemos ser diretoras de escola, coordenadoras pedagógicas? Anjos de coroação, líderes eclesiais e líderes comunitários? Podemos sim!”* Assim, o pequeno grupo de mulheres retoma as lembranças de um tempo, partilhado na mesa, em torno das fogueiras e/ou do labor na roça, vivenciadas ou simplesmente partilhadas pelos ancestrais, tornando-as coletivas e presentes em um território, constituindo-se “quilombo” e, assim, buscam ampliar o sentimento de pertença à idéia instituída e assumida: ser remanescente de quilombo. Diante dessa nova realidade, o arranjo – desarranjo espacial está desencadeando mudanças significativas, em termo de estruturas materiais e imateriais. É um sair do “escondido”, até então referenciado apenas como um distrito de negros às margens da BR 418, quase intrafegável e que, com o processo de territorialização quilombola, apresenta nuances de perigo às grandes empresas de agronegócio e mesmo aos proprietários de grandes fazendas que usufruem do fomento de eucalipto em suas terras. As empresas na atualidade já não mais compram terras para o plantio; geram contratos de uso da terra ou fomento. Segundo relato de um morador, uma estratégia para a diminuição das queimadas dos eucaliptos, pois



as plantações, dentro desta perspectiva, são também dos agricultores. Um aparente nós comercializado-comercializando capital. Um pacto de segurança? Para quem? Fica a pergunta: para a terra ou para os que retiram as plantações e as transformam com suas máquinas tecnológicas-tecnologizantes?

Essas mulheres, conhecedoras de tantas histórias, a partir do curso “tecendo leituras”, os contatos com ONGs, Institutos de Educação e mesmo nas rodas de conversas e de samba de viola, reelaboram o próprio conceito de espaço de negros rurais, estigmatizado de forma pejorativa durante o processo civilizatório ocorrido em Helvécia, territorializando-o numa perspectiva em que se possa afirmar os bens históricos e culturais desenvolvidos no passado e no presente. Em um relato informal, emociado, diz uma moradora afrodescendente: *“Porque não somarmos forças para fomentar plantações de feijão, de abóbora, de melancia e de dendê? Novos caminhos podem ser fertilizados. Precisamos pensar nosso presente e nosso futuro, pois no passado tudo isso era possível. Saíam caminhões e caminhões desses produtos daqui”*. Em seu artigo: a definição de novas identidades sócio-culturais a partir da (re)territorialização do camponês, Leila Chalub Martins argumenta:

As possibilidades de re-significações dos objetos e requalificação do espaço, percebidas com o surgimento de novas dinâmicas sócio-espaciais, se dão a partir das ações de um conjunto de atores (sujeitos-históricos) num momento presente, em função de experiências passadas, com perspectivas a um novo futuro. A partir dessa compreensão, o saber popular acumulado manifesta sua importância ao viabilizar o processo de reconstrução histórica e de leitura crítica da realidade, visando à transformação do espaço-social local. (MARTINS, s.d).

Assim, sob a perspectiva de um (re)significar do território, esse grupo de mulheres apresenta a possibilidade de se vivenciar, com essa nova categoria,

um conjunto de princípios e práticas que protejam a liberdade humana - uma efetiva institucionalização da liberdade - a ser efetivada a partir de novos olhares e práticas não dicotomizadas entre o mundo do trabalho e o mundo educativo – universos sociais que serviriam para a permanência no espaço. Daí invoca “ritmos-batuques” socializantes e solidários em torno de quilombo, agregando novas perspectivas semânticas. Um (re)educar coletivo, recuperando um período anterior às cercas e muros que a cada dia crescem com intuitos separatistas. Mesmo que essas cercas não sejam de arames, são de árvores enfileiradas, como dizem “assombreadas e assombreadas”, por isso, são arames simbólicos que ameaçam ferir a transposição do antigo espaço de negros a constituição de um território quilombola. Um (re)educar social que intenta reconstruir um período em que o nós era presente no eu, de modo que a partilha dos bens era comum. Nas rodas de conversas, se escuta:

“Ouve um tempo que os assados, biscoitos, ou mesmo quando se matava uma criação<sup>40</sup> era socializado entre os quintais - entre as famílias. Também éramos pobres, mas ninguém passava necessidade. Não se construía um abrigo sozinho e, em época de roçado ou de embarrear uma casa, era comum o mutirão e, depois de tudo, celebração: bate-barriga ou samba de viola”. (Registro de caderno de campo, 2007).

Tais confissões não surgem em tom saudosista, mas querendo como que (re)ativar esses elos de solidariedade renunciados com o reconhecimento quilombola. Um patrimônio muito mais extenso e intenso que o produto. Um significado que não cabe e/ou não está apenas em um signo. Nesse sentido, é possível apropriar-se do discurso de Humberto Eco (1997) quando diz que em um universo dominado pela lógica da similaridade (e da simpatia cósmica), o intérprete tem o direito e o dever de suspeitar que aquilo que acreditava ser o

---

<sup>40</sup> Referindo ao corte de galinhas, porcos ou vacas.

significado de um signo seja de fato o signo de um outro. Essa realidade possibilita um avançar na multiplicidade dos bens imateriais presentes na ação desenvolvida em ser “nós”: um ato de solidariedade. Quanto a esse termo, próprio da estrutura dos quilombos, afirma Ana Célia da Silva (s.d.):

Os quilombos de outrora eram habitados por negros, indígenas e brancos pobres, que fugiam da tirania dos colonizadores. Havia uma solidariedade entre os diversos elementos de povos subordinados baseada na luta contra a opressão. Hoje, a construção da cidadania entre o povo negro e entre todos os povos vítimas da subordinação está a depender da construção/reconstrução da solidariedade entre eles, da desconstrução dos estereótipos, clichês e representações que recalcam sua aparência física, sua cultura e sua história e que os afastam dos seus assemelhados étnicos, raciais, de gênero e de classe. A solidariedade negra pode vir a ser uma arma contra o racismo, contra a exclusão e contra o extermínio perpetrado contra o povo negro no Brasil. (SILVA, s.d)

A desconstrução dos estereótipos da comunidade helveciana se faz presente e necessária à nova dimensão territorial em construção. Isso para que os “nós” que prendem se desfaçam em “nós” que libertem das representações pejorativas construídas, pelas sentenças colonizadoras ainda presentes em alguns discursos educativos e eclesiais veiculados por algumas lideranças, como forma de sustentação de poder. Importante notar que a (re)semantização do termo quilombo e/ou a ampliação de seu significado, de modo a inserir Helvécia a essa categoria através de recursos legais, não exime a essência do mesmo: lugar de luta e resistência, uso comum – símbolo de acolhida e partilha- base semântica do significante. Teóricos de plantão têm revelado que lutas e resistências não se dão apenas por enfrentamentos diretos, mais que também se manifestam nos silenciamentos que se transformam em movimentos, ritmos e canções para preservarem e atuarem, mesmo que adaptando, suas raízes ancestrais.

Não sei se Helvécia foi um quilombo, como quilombo era antigamente, mas se não foi pelo menos manteve suas festas, suas danças, suas manifestações. Isso é um fator que faz com que uma comunidade que preserva suas raízes, tem sim o direito de se reconhecer como comunidade de remanescente de quilombo. Então, o reconhecimento veio para reafirmar e não para reescrever a história de Helvécia, para reafirmar uma história que já existia, mas que agora ficou mais forte, mais bonita, eu achei! Mesmo porque se ouvia dizer que em Helvécia só tem negro, como se isso não fosse um ponto positivo. Helvécia só tem negro, Helvécia é um lugar isolado, Helvécia fica muito a margem da estrada principal, Helvécia não tem valor, não faz sentido investir em Helvécia... Helvécia tem que ficar no cantinho dela. Helvécia só presta para as pessoas mais velhas morarem. Jovem tem que sair, não dá pra jovem morar. (Entrevista com R.C, 2007).

Essa realidade em construção, ocasionada pelo reconhecimento em Helvécia, aponta para possibilidades de reconstituição do espaço e da história enquanto novos sujeitos sociais - uma efetiva consolidação dos direitos à dignidade humana aos negros rurais. Com isso, está provocando movimentos de desterritorialização e territorialização através das relações intra e interpessoais, passadas e presentes, bem como seus condicionantes históricos e naturais.

O território também é um fenômeno imaterial e simbólico, ainda que tramado sobre um suporte e sob constrangimentos materiais. Ele é constituído pelas relações entre agentes, agências, expectativas, memória e natureza. Todo elemento, físico ou histórico, que entra na sua composição, passa pelo crivo de um processo de simbolização que o desmaterializa, ao mesmo tempo em que, por outro lado, a entrada de novos elementos provoca rearranjos no conjunto. (ARRUTI, 2006, p.323).

A constituição desse território, sua representação no universo conceitual e procedimental dos helvecianos, sobremaneira dos moradores afrodescendentes, tem ocasionado mudanças atitudinais, ou seja, um reagrupar-se solidário em prol de um bem comum: saúde, educação e trabalho. Através da AQH, aumentou-se o poder de negociação entre os mecanismos públicos e privados.

Aconteceu essa reunião [com a gerência de uma empresa de celulose] no dia 12 de junho que é o dia dos namorados. Aí foi

quando ele veio, antes dele falar ele ouviu algumas pessoas, alguns líderes; eu falei R.C falou outras pessoas falaram. Ele disse que ia está trazendo um progresso para Helvécia, que no caso seria a construção do viveiro, assim... É um pouco meio paradoxo. O que é que vai produzir? O que esse viveiro... muda de eucalipto? É muda de eucalipto! Mas o que vamos fazer diante da situação que a gente tá vivendo. Eu poderia, nós enquanto associação poderíamos impedir um viveiros de vim à Helvécia? Nós poderíamos impedir? Então ficou assim, esse questionamento, a gente deixou essa discussão. Entrou um pouco de política, político, pra discutir outras questões a mais, e aí, esse viveiro foi acabando parar em Caravelas. E aí quando veio trazer a notícia que o viveiro ia pra caravelas, mas 70% do emprego seria de Helvécia. Aí nós começamos o questionamento – não é essa proposta que o diretor trouxe pra Helvécia! Porque a empresa que hoje está implantada em Itabatan seria implantada em Helvécia, que seria numa comunidade e próxima de Helvécia chamada Dendê, mas falou que ia pra Itabatan e a comunidade de Helvécia ia ter x de emprego. Não aconteceu isso. Então a comunidade já está meio escaudada com essas histórias. Então começou a pressão da comunidade, dos próprios políticos - a Associação, né! Nós conversamos com algumas pessoas da rede, é vantagem o viveiro vim pra helvécia? É, pois vai produzir 200 empregos diretos fora os indiretos, que se não produzir vai produzir em um outro lugar. Então aí começou a pressão na comunidade falou que já agüentou passivamente quase 20 anos a empresa aqui sem nada fazer em prol da comunidade... (Entrevista com M.A..S., 2007).

Percebe-se um grito coletivo e não mais isolado de modo a não ter representatividade política tão latente como ocorrera no passado não muito distante do presente, mas agregada a discussão da comunidade. A aquisição dos direitos econômicos, sociais e culturais, como todos os direitos e a sua consolidação, é resultado de processos históricos, onde a garantia de seus princípios precisa ser, antes de tudo, conquistada (ORTIZ, 2004). Mesmo partindo de um pequeno grupo, o reconhecimento aferido pelo Estado e sua problematização no plano do ordenamento jurídico tocaram as profundezas políticas do espaço onde se estende o povoado de Helvécia. Esse fato ocasionou procedimentos discursivos sobre possíveis maneiras em efetivar seu enraizamento, a diferença entre norma legal e a realidade, bem como o estabelecimento de mecanismos de garantia e exigibilidade nessa nova reconfiguração territorial (ORTIZ, 2004). De fato, percebe-se que tais reflexões e práticas estão provocando (re)ordenamentos no arranjo e desarranjo social,

político, econômico e cultural no distrito de Helvécia. Com isso, a normatização da categoria quilombola está possibilitando reelaborações territoriais e de suas fronteiras identitárias.

Esse processo de territorialização diz e define o espaço: são terras de Helvécia, são terras quilombolas e, por isso, legítima, ao especificar através de uma categoria, aquilo que não está apenas preso ao patrimônio material, mas que atravessa, também, os elementos subjetivos a ele impregnados.

Muitas histórias de ocupação, transformação e empreendimentos foram produzidas sobre o espaço helveciano nesses quase dois séculos de existência, tanto pelos colonos como pelos colonizados e pelas empresas de agronegócio e muitas outras ligadas à produção de carvão. A ênfase dessas histórias sempre apontou para a produção econômica sobre essas terras do extremo sul baiano: em quantidade de safras, antes café e, na atualidade, celulose. As histórias veiculadas sempre estiveram pautadas sobre a visão do colonizador e do grande produtor rural. Em virtude desse histórico, na atualidade circunstanciada pelo reconhecimento, ocorreram sentidos e dissensos em torno da constituição territorial de Helvécia como comunidade de remanescência de quilombo. Exemplo desse episódio, um relato registrado informalmente: *“como, aqui, esse espaço pode ser um quilombo! Conheci pessoas que eram descendentes de europeu. Sempre ouvi dizer que suas famílias sempre habitaram essas terras”*. E, continua uma moradora do povoado:

Logo quando surgiu [a idéia de quilombo] eu achei estranhíssimo, eu disse: \_ Meu Deus do céu! A história que eu conheço de Helvécia não é essa e, foi logo um impacto. A história de Helvécia é que minha vizinha, D. Emília, que os avós dela eram donos de escravos aqui dentro de Helvécia. Há pouco tempo convivi com uma história viva aqui do meu lado, com fotos dos avós e, tudo dono de fazendas aqui dentro de Helvécia. Ali [distante 50 metros] Iracema mesma, descendente. Os pais, os bisavós dela, também donos aqui dentro,

plantadores de café. Minha avó também contava que existia aquela época, que existiam fazendeiros que tinha seus escravos aqui dentro e não que era aqui um lugar de refúgio. (Entrevista com R.P, 2007)

Territorializar Helvécia sancionando elementos afrodescendentes, pelo experienciado por mim junto à comunidade, está sendo um agregar parte da história que ficou silenciada como forma de proteção ou por um processo civilizatório em que não se valorava o negro, *“parece que coisa que vem negro, parece que não é bom, sempre vista com desconfiança (R.C, 2007)”* \_ e, dialogando com um antigo morador foi possível registrar informalmente: *“ah! Aqueles negros! aqui não tem mais não, aqueles dos olhos vermelhos, boca grossa”*. Por que ser diferente se é menos conflituoso ser igual aos demais, sobretudo, aos que possuem projeção econômica, política e social? Assim, assumir um rótulo é admitir diferenças e, por sua vez, estabelecer fronteiras entre as partes relacionáveis.

Para uma grande maioria, quando se diz territorialidade, os ânimos se inflamam: *“Querem tomar nossas terras? Ah, isso não!”*

Eles estão preocupados com a questão da territorialidade. Como vai ficar Helvécia após a territorialidade. Aí, se a maioria da comunidade quiser titulação única, vai ser titulação única; agora, se a comunidade não quiser a gente vai sentar com o IBAMA, com o INCRA com os representantes do Governo federal para a gente vê qual tipo de territorialidade vai ter a comunidade de Helvécia. Então, nada vai ser contra a vontade da comunidade. Que a maioria não tem terra ou que tivesse... é que muitas pessoas chegaram aqui, iludiram as pessoas que acabaram vendendo as terras. Hoje, estão arrependidos. É que a gente percebe isso. As nossas monografias foram todas em torno disso, entrevistamos justamente as pessoas que venderam suas terras, o que eles estavam sentindo no momento. Muitos chegaram a chorar, aí, a gente percebeu que isso era verdadeiro. Eu creio que se é assim, se fosse depender de mim seria titulação única, né! Pra gente recuperar todas as nossas tradições, a questão da agricultura...(Entrevista com M.A.S, 2007)

Em entrevista, um informante, membro de uma família privilegiada socioeconômica e culturalmente, descendente dos antigos colonizadores e colonizados, se pronuncia:

Eu acentuo [a titulação e o processo de territorialidade] porque quem tem suas terras geralmente passou por um processo muito difícil para obter estas terras. Meu avô J.R, contava que ele fornecia lenha para o trem que passava e que precisou carregar muita lenha nas costas pra comprar o que ele tem. Ele falava muito pros filhos isso: “as terras dele foi com muito suor, muito, muita batalha”. Ele falava assim: “preserva a terra. A terra é ouro”. E os meninos seguem isso. Então, pra ele não foi nada fácil. Já pensou isso tudo que ele conquistou?... Assim, a gente não sabe como é essa titulação, essa territorialidade. Então pra gente isso ai é uma coisa assim importantíssima! O trabalho dele, conquista de cada palmo ali comprado. Então é complicado. (Entrevista com R.P, 2007).

A territorialização quilombola pressupõe espaço coletivo, uso comum, partilha – uma (des)hierarquização geográfica, econômica e social; todas as partes seriam peças importantes na configuração do arranjo do todo. Indica uma potencialidade de negociação equivalente para todas as “emendas” político-culturais, de modo que, ao se constituir parte, se torna constituinte de outras. Essa reflexão movimenta com as concepções de posse e uso da terra. Possuir a terra é ter poder. Se o valor do ouro está para o quilate e a quantidade, a terra está na extensão. Quanto maior a dimensão do latifúndio, maior a representação simbólica do possuidor. Nessas terras do extremo sul, com a chegada das grandes empresas de agronegócio e das cercas aramadas que se estendem sobre as terras da antiga colônia Leopoldina, a possibilidade de pesca, de caça ou mesmo de tráfego está sob o julgo do Senhor das terras. Registra-se pelo caminho “proibido pescar – proibido caçar, área reservada”. Isso significa que muito dos comportamentos usuais, comuns aos pequenos produtores – moradores rurais, direitos diretamente ligados à sobrevivência, dependem de um sim oriundo do “latifúndio”. Inclusive para retirada do tronco -



denominado “mastro de São Sebastião”, há muito devotado em Helvécia, em que ornamentam e saem em procissão pelo vilarejo, rezando em forma de cantoria, abençoando os moradores e que ficará sobre a guarda de um antigo e respeitado morador até a sua festa oficial a ser realizada no ultimo final de semana de janeiro. O possuidor do sim oficial é quase sempre, simbolicamente, o doutor, o coronel, o senhor, a dona, o chefe, etc. e, todos os outros, caçadores, pescueiros e andantes, só podem fazer uso da terra, ou do que ela tem, se forem considerados “gente de” e, por isso, presos a um “favor” que será retomado a qualquer momento; como dizem: “principalmente em época de eleição.

Então, a territorialização quilombola (des) mistifica a posse e o uso da terra, pois implica, a partir do reconhecimento, uma nova titulação de posse e uso da mesma. Apesar de dizer que houve muito trabalho para adquirir as terras em Helvécia, sem que pudesse gravar a entrevista, me fora dito que, a princípio, uma pessoa observava uma determinada área, estabelecia os limites do espaço e, em seguida, dirigia-se ao escriturário para lavrar a escritura de posse da terra. Uma época em que não havia contestações sobre os que tinham direito de voz e, por isso mesmo, eles se auto-rojavam com o direito de posse, favorecidos com a “Lei da Terra e o Estatuto da Terra<sup>41</sup>”.

---

<sup>41</sup> No período Imperial foi extinto o regime de sesmarias e iniciou-se oficialmente a venda de terras, até então públicas (Lei das Terras: Lei 601/1850), garantiu-se a validação de sesmarias e legitimação de posses e concessões (Decreto 1.318/1858), resultando no Registro Paroquial de terras particulares, por meio do qual as terras públicas remanescentes, chamadas devolutas, seriam identificadas e demarcadas por exclusão. No período Republicano, foram instituídos os Cartórios de Registro de Imóveis (Código Civil Brasileiro: 3.017/1916); garantiu-se a transferência de terras públicas para as unidades da federação e o domínio da União sobre terras devolutas situadas no distrito e territórios federais (Decreto-lei 9.760/1946); e estabeleceu-se a política de reforma agrária, por meio do Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) e da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA: Decreto-lei 1.110/1970). Entretanto, desde os registros paroquiais, a falta de controle no registro e cadastro de imóveis facilita a ocupação, parcelamento e venda irregulares de terras públicas por meio de fraudes e falsificação de títulos de propriedade (grilagem), mesmo com a criação

Convidado a verificar o posicionamento das famílias, percebi, com rara exceção, que os membros estão dispostos em um mesmo perímetro. Uma das informantes afirmou que, há muito tempo, quando começaram a se deslocar da roça para o povoado, foram ocupando e se posicionando em blocos por família e, assim, se estabeleceram ao longo do tempo. Algumas roças encontram-se distantes, pois a antiga colônia Leopoldina era formada por várias fazendas, dentre elas Helvetia. Relatos como esse revelam que a aquisição das terras por muitas famílias, de fato, se deu a partir de *“muito suor, muito, muito trabalho”*, uma conquista de palmo a palmo e, para outros, a conveniência e convivência com a dita legalidade. E quanto à compra por dinheiro, é uma questão que a história ainda não tem como precisar por falta de dados registrados ou pelos silenciamentos.

Segundo Koopmans (2005), a ocupação iniciada com a chegada do capital agrícola e agroindustrial nacional implantou projetos de grandes áreas com monoculturas intensivas, mamão, cana-de-açúcar e, recentemente, especificamente a partir da década de 70, monoculturas de florestas homogêneas de eucalipto. Afirma que com a concretização da BR 101 aumentou-se a disputa pela ocupação das terras do extremo sul pelos proprietários do capital. Assim, José Koopmans (2005) denomina a ocupação como um ato de selvageria por não haver nenhum planejamento, sendo extremamente violenta a um grande número de vítimas. Em suas pesquisas

---

do Cadastro (Lei 4.504/1964) e do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (Lei 4.947/1966), do Sistema Nacional de Cadastro Rural, compreendendo os Cadastros de Imóveis Rurais, de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais, de Arrendatários e Parceiros Rurais e de Terras Públicas (Lei 5.868/1972), o estabelecimento do regime para Registros Públicos de Imóveis Rurais (Lei 6.015/1973), a regulamentação do cancelamento e retificação de matrículas e registros de imóveis rurais (Lei 6.739/1979), da reforma agrária (Lei 8.629/1993) e da instituição do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR: Lei 9.393/1996). (FORTE, 2007).

sobre a ocupação das terras junto ao arquivo diocesano de Caravelas publica uma poesia identificada com o período a partir de 1970, época em que havia um trabalho pastoral da CPT (Comissão Pastoral da Terra) nessa Diocese referenciada.

“Mas foi por essa época de setenta  
Que apareceu o filho do cão  
Entrando pelas matas  
Trazendo muita perturbação  
Ele se chamava coronel Macedo  
Da Aracruz corretor-chefão.

Dizia:essa terra tem dono  
Vocês todos são invasor  
Mas a Aracruz é firma boa  
Não quer ninguém na dor  
Vai indenizar as benfeitorias  
Tudo no seu justo valor.

O posseiro ia respondendo  
Nesta mata minha família nasceu  
Neste barraco a mulher pariu  
Até muito filho já morreu  
Aí está uma cruz plantada  
Veja o braço que apodreceu.”

Na escrituração de sua pesquisa José Koopmans (2005) diz que seu intuito é provocar olhares e atitudes mais vigilantes e participativas no processo de desenvolvimento regional e local. De certa forma, essa reflexão comunga com as idéias e ideais descritas nos objetivos e procedimentos da AQH. Quanto aos grandes problemas sociais, gerados e provocados pelo modelo de desenvolvimento em vigor, diz serem de responsabilidade coletiva, isso porque, segundo o autor:

Existem muitas outras histórias macabras, populares, sobre a maneira violenta como as grandes empresas adquiriram suas terras na região. Lamentavelmente a voz popular quase nunca é ouvida pelas autoridades. E mas uma vez ela encontrou ressonância nas palavras de um advogado, ao afirmar a seguinte idéia sobre as terras que pertenciam à Flonibra e hoje à Bahia Sul Celulose: “...90% das terras da empresa, quando adquiridas, eram devolutas. Para adquirir estas terras, em sua maior parte, a Flonibra usou intermediários que se diziam corretores. Eles compravam algumas áreas, limpavam outras e forçavam outras a venderem suas terras...muitas foram

diretamente ao escritório da empresa para vender suas terras, outras foram forçadas a vender, por verem suas terras presas no meio do eucalipto”. A expulsão direta – e indiretamente de centenas de pequenos proprietários de suas terras pela chegada do novo “clã” de fazendeiros e de grandes empresas de monocultura com eucalipto é um fato real. (KOOPMANS, 2005.p.59).

Sobre o processo de aquisição das terras do extremo sul, José Koopmans (2005), descreve parte do relatório de Moema M.M., pesquisadora do Instituto Fase/Ibase, publicado em 1992, que ratifica sua análise sobre a apropriação das terras.

“... é importante que observemos que, aparentemente, o processo de compra e venda das terras seguem duas estratégias distintas e complementares. Por um lado houve, sempre que necessário, o emprego da força física para desalojar antigos ocupantes. Nestes casos, os fazendeiros, mas não apenas eles aliaram-se ou ocuparam os cargos públicos que detinha o monopólio do uso legítimo da violência na nova ordem social que se implantava na região. Este foi um elemento extremamente importante na inibição de manifestações contrárias às suas ações. Por outro lado o emprego da violência foi acompanhado por uma mudança nas normas legais com efetiva vigência na região. A partir do momento em que foi anunciada a construção da estrada em que as terras tiveram repentina valorização, as “posses”, ocupadas por várias gerações deixaram de ser reconhecidas como propriedades legítimas de uma determinada família. Aqui, o papel desempenhado pelos Cartórios de Registro de Imóveis deve ser investigado com bastante cautela. A aliança, não só dos oficiais dos Cartórios, mas também dos ocupantes de cargos subalternos, como o de escrevente, com os novos grupos sociais garantiu, ou pelo menos facilitou, a “legalização” de situações de propriedades ilegais e ilegítimas. É importante que identifiquemos os vários expedientes usados para expulsar os camponeses de suas terras, já que estes variam do assassinato do chefe da família à pressão realizada sobre os “aposseantes”. No entanto, apesar das lideranças do movimento social sindical denunciarem o uso em grandes escala de métodos violentos, este não é um assunto sobre o qual se comente abertamente. Os novos moradores da região, mesmo aqueles que por sua posição social não estiverem envolvidos com práticas violentas, tendem a minimizar, sem no entanto ignorar, a existência de tais práticas. Impera sobre este assunto uma “lei do silêncio” cujo sentido social deve ser investigado. Como outra vertente deste mesmo processo, foram empregadas táticas de “convencimento” dos camponeses. Os intermediários para as terras, chamados de “corretores”, argumentavam que as terras eram improdutivas, difíceis de serem cultivadas e que, sua venda, daria ao proprietário a possibilidade de “aplicar o dinheiro na Caixa” e viver bem melhor na cidade. Entre os atrativos que a cidade passa a Ter para os moradores da área rural, destaca-se a importância crescente atribuída pelos camponeses à educação dos filhos” adquirida na escola...”. (KOOPMANS, 2005.p.60).

Diante desse quadro estampado no cenário do extremo sul da Bahia, é fato que as mulheres da AQH tornaram-se escribas de um novo espaço pela “ousadia” assumida. Estão gerando sentenças e sentidos ao uso e posse da terra. Reafirmam raízes profundas em um passado presente não apenas na cor, mas nas manifestações culturais e religiosas, nas relações interpessoais, na unidade enquanto família afrodescendente. Vislumbram um possível êxodo às avessas, ou seja, o retorno dos jovens que tiveram que abandonar Helvécia ou mesmo sentenciados à expulsão por falta de condições e oportunidade aos direitos de permanência: trabalho e educação. Pouco a pouco, também, (des)sacralizam o direito de posse e uso da terra e provocam um sair do silenciamento submetido a perdas morais e sociais. Durante o processo de reconhecimento, foi preciso driblarem os “abaixo assinados”, instrumento utilizado por uma parcela da comunidade para o não reconhecimento. Explicaram e silenciaram-se em alguns momentos, para que a prática do diálogo e as conquistas oriundas desse ato, em termo de saúde e educação pudessem demonstrar razões para levarem adiante o enfrentamento político iniciado, diminuindo, assim, os conflitos.

Uma vez estabelecido ou em estabelecer-se como um território quilombola e com vista à titulação das terras, o diálogo com os poderes público e privado começa a dar sinais de aproximação. Isso porque, anterior a esse fato, como relata um membro da AQH: *“a gente ficava procurando e parece que a gente não encontrava caminho... e até porque era tudo restrito, você não tinha acesso à empresa, não tinha acesso a um prefeito...”*. Na eminência de novos encaminhamentos jurídicos, mesmo que isso signifique tempo e muitas outras reflexões políticas, a realização da Semana Zumbi em Helvécia, os

deslocamentos dos membros da AQH, sobretudo, para a 10ª Conferência dos Direitos Humanos, realizada em Brasília, e para o Congresso sobre a monocultura do eucalipto, foram de suma importância para a aproximação e diálogo entre a comunidade e com os poderes constituídos no universo público e privado.

Na Conferência eu falei sobre os nossos cemitérios que estão cercados de eucaliptos, que nossos rios estão secando, não há emprego na comunidade; e nisso assim, quando eu terminei de falar, vieram alguns repórteres me entrevistar e isso deu muita repercussão. Quando eu cheguei de Brasília no outro dia chegou a A.C [empresa de celulose] pra tá conversando com a comunidade, pra ver o que ela pode estar fazendo pra comunidade, dizendo que Helvécia, foi a cidade escolhida para lançar um projeto piloto... começou a fazer aquelas reuniões cansativas com a comunidade e nada resolvia... a gente queria ver soluções. (Entrevista com M.A.S, 2007)

Na busca de uma solidificação territorial em Helvécia, pronuncia emocionada uma das líderes da AQH. *“Se escolhermos viver aqui, temos que fazer que aqui seja o nosso paraíso, digamos assim e, não sonhar em ir embora”*. Um desabafo, mas, sobretudo, uma tomada de consciência em assumir-se como parte das mudanças materiais e imateriais nos jogos de poder descentrado – uma conquista ainda com muitos enfrentamentos a serem realizados dentro e fora da comunidade helveciana, mas que pronuncia uma esperança concreta através de melhoria sócio-estrutural, a partir do reconhecimento quilombola aferido a Helvécia como comunidade remanescente quilombola, através de recursos específicos advindos das Instâncias: estadual e federal. Uma tomada de consciência que exige efetiva consistência na aplicação de políticas afirmativas. Aqui, cabe uma reflexão pré-faceada por José Carlos Sebe Bom Meihy in: clamor do presente de Yara Dulce Bandeira de Ataíde. Afirma o autor que é imperativo verificar o descompasso da sociedade, *“tudo piorou muito”*. E dentro dessa realidade

pautada pela ineficiência de uma cultura acadêmica alienada, composta pela desnacionalização do conhecimento, advinda do “trunfo de políticas internacionalizantes constituídas em nome de uma modernidade cega de pobres, miséria, fome e abandono”, constata-se: as esperanças estão se esvaindo. Isso porque, segundo o autor pré-faceante:

...a violência irmã gêmea da língua, se apresenta como resultado não apenas da falta de comida, mas, sobretudo da ausência de políticas que discutam a socialização da responsabilidade dos ideais já plantados na Revolução Francesa. Liberdade, igualdade e fraternidade, parece, viraram temas de provas vestibulares – assim mesmo exames prestados por uma minoria que pode deleitar no exercício de uma carreira acadêmica (ATAIDE, 2002, p.12).

A constatação do esvair da esperança é nitidamente observável na fala de M.A.S, e ampliada, pois não é apenas a esperança, mas a vida em sua totalidade socioeconômica, político-cultural e religiosa, para que surja possibilidades de esperar algo melhor, digno para a manutenção da vida. Uma vida silenciada pelo “conformismo aparente” de sobrevivência, e que por não aprofundar o “modus vivent”, tornou a comunidade assombreada e, porque não, assombrada com quaisquer reivindicações de direito. Por isso, argumenta o grupo da AQH que a territorialização traz motivos materiais e imateriais que despertam novos olhares, percepções do entorno, seus agentes e agenciados, somando a isso posturas que exigem ações políticas de fundo sócio-educativas na comunidade helveciana.

Nossos jovens não tinham perspectiva de vida, não era nem de futuro, era de vida mesmo. Eu percebo isso, e a empresa tem parcela de culpa nisso, tem! Porque até mesmo na área social ela não tava desenvolvendo seu trabalho na comunidade. Porque até então, não tinha ninguém que cobrava. Então, pra ela tanto faz. A partir do momento que surgiu nosso grupo ela veio à comunidade e começou a fazer os trabalhos sociais, como nós temos a reforma da escola pela S.C [empresa de celulose]; temos o Centro de Informática que ela está à frente, ela e a A.C [empresa de celulose]; como temos outro projeto, inclusive, o ensino médio em Helvécia tem intervenção dela e outras coisas mais. Sempre deixamos bem claro pra eles que o nosso desejo é recuperar as nossas terras que estão na mão dela, que 67% estão na mão dela. (Entrevista com M.A.S, 2007).

A posse da terra é anseio de muitos moradores de Helvécia que têm visto seus filhos, netos e mesmo bisnetos deixarem o povoado à procura de emprego ou vivendo do subemprego, sujeitando-se a várias condições “arbitrárias” do mundo do trabalho que, de modo geral, oferecem pouco em troca de muito esforço físico e mental. Podemos até nos perguntar: mas então, por que venderam? Essa não é uma resposta simples, mesmo porque há nos “escombros” resquícios de uma história em construção permanente, sentenciada e silenciada por dicotomias produzidas nos jogos de poder entre latifundiários - grandes empresários e pequenos produtores rurais. Comentam alguns moradores que a chegada das grandes empresas foi como uma hipnose. Era muito progresso oferecido. E para quem sempre esteve no escondido “era um lambuzar de mel”.

Depois que chegou a monocultura do eucalipto acabou... [referindo-se a fartura de alimentos, feijão, abóbora, etc.]. Então esse questionamento: a empresa [de celuloses] tem culpa nisso? Que quando ela veio, ela não disse que veio trazendo o progresso? Iludiu a pessoa a vender sua terra, dizendo que seria melhor pros filhos, que a comunidade ia desenvolver que ia chegar não sei o quê, não sei o quê, chegar isso, chegar aquilo e nada chegou, e as pessoas vendendo suas terras, hoje estão aqui na rua na miséria não podem mais plantar não tem onde plantar, e o desemprego cada vez maior. E os jovens terminam de fazer o ensino médio vai pra onde? Ai vão pra carpelo trabalham 6 meses porque o trabalho é forçado. Você pode até pegar um trabalhador da X pra tá dando uma entrevista como é o trabalho. Eu sempre falo que é uma escravidão remunerada. Então não tem hora de sair não tem hora de chegar, os meninos terminam a 8ª. Série e começa a fazer o ensino médio, começa a trabalhar e aí não tem como conciliar trabalho e emprego, porque não tem a hora de chegar e hora de sair. (Entrevista com M.A.S, 2007).

O trabalho que as mulheres da associação estão desenvolvendo na comunidade é, sobretudo, explicitar a “luta” entre negações e afirmações ocasionadas por quase 30 anos, período que marca a presença das empresas de celulose no entorno de Helvécia e quase 200 anos quando da chegada dos primeiros negros à Colônia Leopoldina de posse suíço-alemã. A busca por



políticas afirmativas, a reaproximação dos cidadãos e a clareza em saber explicitar e rememorar motivos para a assunção do rótulo remanescente de quilombo tem sido, na medida que organizam o espaço escolar, ampliam e agregam membros ativos na AQH, um caminho por vezes próximo, mas ao mesmo tempo distante na constituição de um território afrodescendente em Helvécia. Isso porque atravessa os limites geográficos estabelecidos na legalidade, rompe com padrões e conceitos definidos e apresenta movimentos como os das manifestações culturais: bate-barriga, maculelê, capoeira – que, apesar de serem ensinados, obedecem à ginga do ator ao protagonizar o exercício. A territorialização quilombola em Helvécia é a espera da época das águas, mas é também o período de seleção de grãos, o amolar das ferramentas para não perder de vista a utopia: *“há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto”*.

#### **4.2 - Reescrevendo o homem: “novo sujeito institucionalizado” – processo de reconhecimento.**

Não importa o antepassado  
Rei glorioso ou escravo abatido no tronco  
Não importa o antepassado  
Jogos de armas  
Riscos de chicote  
Cabeça erguida, majestosa  
Antepassados donos das glórias do bem e do mal  
Homens donos de si  
Donos da liberdade de suas idéias  
Isto é o que importa.  
*Henrique Cunha Jr.*

Usar o termo reescrevendo a reescrever quer revelar um olhar próximo e ao mesmo tempo distante sobre um fato ainda em movimento e, por isso, sem julgamentos, pois esse ato caberá à história, se é que seja possível, em seus anais discursivos do tempo sobre Helvécia.

Tão importante quanto o reconhecimento é o auto-reconhecimento. Isso porque, um reconhecimento mesmo que institucionalizado pelo Estado pode ser ou não aceito em virtude de conveniências e conivências históricas e políticas, jogos de poder, presentes em variantes espaços – a exemplo, a comunidade de Helvécia. Desse modo, ao assumir-se como parte da categoria instituída, o grupo da AQH avança não apenas na legalidade; potencializa-se por acreditar no que seja e não no que disseram que são. Como afirma R.C, em entrevista, *“o reconhecimento veio para reafirmar uma história que já existia, mas que agora ficou mais forte, mais bonita”*. Ao auto-reconhecer, assume o protagonismo que devesse ser próprio no ser humano: um ser adaptável, mas transformador de realidades. Como dizem em seus encontros de grupo:

A gente demorou muito, muito, muito... Muitas coisas de Helvécia já se perderam; muitas coisas deixaram de acontecer porque nós ficamos meio que adormecidos. Então, muitas pessoas precisam realmente ter voz ativa para gritar, falar o que pensa, colocar em prática os seus sonhos, suas ansiedade e buscar o melhor, né! (entrevista com R.C, 2007).

Adormecem os entorpecidos, os cansados de muitas lutas sem vitórias mesmo que em silêncio; os entorpecidos por discursos hipnóticos de “inculcação” ou medicamentosos.

Observando o processo de reconhecimento quilombola em Helvécia, percebe-se que o mesmo é marcado por muitos elementos importantes à vida da comunidade e que, de certa forma, têm influenciado o que se diz e o que aparenta ser, entre o dito e o não dito. Dentre eles: o não conhecimento da extensão semântica em torno de quilombo a partir das regulamentações legais; ser um povoado marcado pela presença europeia, suíça e alemã. A esse respeito através da escuta cotidiana foi possível o registro: “veja, sou uma

negra de sobrenome alemão"! Ou "Eu não sou não, mas minha filha é uma Krull"! Será essa referência responsável pelo distanciamento entre o que são e o que disseram que sejam, ou realmente são a partir desse elemento identitário que se agregou ao longo do tempo? São possibilidades, uma vez que identidades são construídas, do mesmo modo que tempo e espaços constroem e, são construídos pela sociedade dos homens (DAMATTA, 1997, p.33). Logo, ter esse elemento no mapa identitário pode representar sentidos e sentenças merecedoras de maior tempo para precisarem o impacto sonoro, lingüístico e social na comunidade colonizada. Também, esse fato faz recordar o discurso de negação: "*ah! Aqueles negros! aqui não tem mais não, aqueles dos olhos vermelhos, boca grossa*". Isso porque em Helvécia, a referência de parentesco não é tão somente a de negros repatriados da África, mas também brancos oriundos da Europa, não apenas colonizados, mas colonizadores. Assim, sendo Helvécia um território ainda em construção, esses elementos apresentam-se como bases dos conflitos existentes a partir do reconhecimento. Além disso, a forte influência católica herdada dos antigos colonos maquiou diferenças quanto às lutas e resistência, como afirma emocionada uma negra participante da Igreja católica: "em nome do reino do Céu, nos calam e nos tornamos iguais sem os mesmos direitos, pois ser anjo mesmo nas coroações, nunca podíamos ser".

Outro elemento importante no fluxo dos conflitos está aparentemente na rapidez em que se deu o processo legal do reconhecimento de Helvécia. O período entre a data do pedido oficializado, 23 de outubro de 2004 e a assinatura da Certidão de Auto-reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares, 02 de março de 2005, é equivalente há quatro meses e sete

dias. A agilidade jurídica processada nas instâncias estadual e federal operou-se de forma inversa aos esclarecimentos sobre tal intento no povoado de Helvécia. Conforme relatam os membros da AQH, e a maioria dos moradores confirma tal pedido, não fora compartilhado inicialmente com a população.

Pecamos de ter pedido assim, a gente deveria ter conversado antes com a população, com a comunidade, mas a gente não pensou; queria o melhor e na ânsia de querer o melhor, já foi logo fazendo as coisas praticamente sozinhas sem conversar. (Entrevistas com R.C, membro da AQH, 2007)

Mesmo que a palavra “pecado” apareça no início desse discurso e pecado, segundo as normas cristãs, seja algo que não se deva praticar, também dizem que não era possível esperar mais. Parafraseando DaMatta (1997, p.39), era hora de parar de ver Helvécia como uma máquina perfeita de medir o tempo. Lá o todo não era igual e desde a sua fundação não realizavam sincronicamente as mesmas coisas nos mesmos momentos. Assim, viam a viabilidade em conseguir com o reconhecimento: modificar o quadro fantasmagórico que está se pintando em Helvécia pelo assombreamento de eucalipto; as saídas dos filhos da terra à procura de trabalho e educação; as cercanias das forças policiais aos pequenos proprietários; o paradeiro, a ausência de perspectivas sociais e econômicas e o comportamento das empresas de agronegócios que apenas vendiam imagem de progresso, no entanto, esse nunca se apresentava fora dos “croquis”. Um rever de sentido de “paz” e “ausência de conflitos e de tempo diferenciado”: uma utopia “inculcada” de um modelo de sociedade sem tempo e sem variações. Retomando DaMatta (1997), a rotina estabelecida em Helvécia, a exemplo do conto de Poe, “e por causa disso mesmo, não pode ter consciência de si mesma a partir de um

plano ou perspectiva, uma visão que é dada por grupos sociais e espaços diferenciados” (DAMATTA, 1997, p.40). Também, porque ser Helvécia um espaço potencializado à certificação quilombola, não era de todo um fato desconhecido pela maioria das lideranças e políticos locais, pois Helvécia tem sido palco para pesquisadores em torno da lingüística, das manifestações culturais e, sobretudo, quanto à formação étnica local. Do mesmo modo, por ter ocorrido há mais ou menos oito anos uma reunião com um representante do legislativo estadual que, estando em visita à região do extremo sul, realizara uma reunião para discutir questões locais, dentre elas o plantio de eucalipto. Nessa ocasião, o mesmo disse que Helvécia poderia ser reconhecida como comunidade de remanescentes quilombolas pelas características por ele observadas e que o poder legislativo local, através do vereador do município presente na reunião, poderia dar encaminhamento para tal evento.

Dizem as solicitantes que não esperavam que acontecesse tão rápido a oficialização do pedido. Quando a notícia do encaminhamento do mesmo é veiculada em Helvécia, uma parte, ignorante ao fato ou por outros interesses e mesmo temendo perdas consideráveis de uso e posse de poder, tornou-se ameaça com abaixo-assinados, agressões verbais e distanciamentos das “meninas da associação”. A ousadia foi um afronto ao poderio instituído ou de submissão implantada que, como dizem, impedem a muitos de enxergarem além das árvores enfileiradas. Mesmo com a realização de uma audiência pública, com representantes do IBAMA, INCRA, advogados da Fundação Cultural Palmares, a comunidade resistiu. A fala do prefeito sobre as vantagens, as respostas dadas às perguntas que eram feitas à comissão de representantes legais: “*nada era convincente*”, declara um membro da AQH.

Todo mundo que vinha perguntar a gente explicava direitinho. Não é assim, assado, mas mesmo assim, as pessoas, parece que colocaram uma viseira, parece que só queria ver o outro lado [refere à negatividade em ser quilombo]. Foi complicado. (Entrevista com R.C, membro da AQH, 2007).

A notícia que se estendeu é que tal evento seria um atraso. Mas de que atraso estariam mesmo falando? Esse questionamento provocado por um membro da AQH desnuda a fala dos que diziam muito oferecer, mas que nunca havia saído do papel. Como costumam dizer: “pouco a pouco estamos explicando direitinho, os sentidos e as sentenças, com o reconhecimento”. Sobretudo, os direitos a que teriam acesso, pois segundo a coordenadora da AQH, desde que pediram o reconhecimento tinham consciência do papel social que seria desencadeado com a formatação de um espaço territorializado como quilombo. Mesmo que não tivesse controle de tal evento, acreditavam na potencialidade da nova história em evolução: um festejar com novos compassos de tempo até então presos às “gramáticas rígidas” da cultura colonizadora, por isso mesmo reversível. Mas, também são cientes de que o ponto central a que estão se aproximando é si mesmo um crescente na consciência da comunidade helveciana.

...Quando há um evento em que não temos mais esse controle, então podemos dizer que estamos diante do novo ou da nova situação que pode desencadear um processo histórico inovador.  
É porque vivemos de fato entre e na passagem de um grupo social para o outro que podemos sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como elemento socialmente importante.  
(DAMATTA, 1997, p.41)

As meninas da AQH utilizam de um recurso lingüístico para atender às especificidades do pedido de reconhecimento: ser desejo de uma coletividade presente na individualidade ancestral. Uma troca do todo pela parte – e das partes pelo todo: uma metonímia. Diz o parágrafo introdutório do documento

entregue à Fundação Cultural Palmares: *“Nós, comunidade de Helvécia, nos auto-definimos remanescentes de quilombo, portanto, pedimos e requeremos o registro no livro de cadastro geral, expedição de certidão pela Fundação Cultural Palmares”*. E ampliam o recurso metonímico agregando ao espaço de Helvécia toda a circunvizinhança. E o fazem por terem consciência da extensão do território de Helvécia que é superior ao espaço geopolítico do município de Nova Viçosa. Isso porque a Helvécia atual representa apenas uma parte da antiga Colônia Leopoldina - composta por várias outras fazendas. Com a divisão geopolítica dos municípios do extremo sul, o único território que antes pertencia apenas a Vila Viçosa, atualmente Nova Viçosa, ao desmembrar-se, parte do mesmo incorporou-se ao município de Caravelas. Mesmo que, na atualidade, as famílias afrodescendentes estejam em municípios diferentes, partilham de um mesmo histórico identitário e de parentesco. Não há registro escrito, mas os moradores costumam dizer que no final do século XIX, início do século XX, pouco a pouco, as famílias que moravam nas circunvizinhanças da fazenda Helvéthia, foram adquirindo os seus quintais na agrovila, denominada de Helvécia. Por não terem desfeito de suas “roças”, mesmo que geograficamente pertencendo a outro município, mantêm uma relação de unidade.

O pedido inclui a comunidade de Candido Mariano, no Município de Nova Viçosa, a comunidade de Volta Miúda, no Município de Caravelas, e as áreas e roças que beiram o rio Peruípe, como Naiá e Mutum, entre outras, também no Município de Caravelas, áreas estas que fazem fronteira municipal com Nova Viçosa, e, portanto com o distrito de Helvécia, e onde uma grande quantidade dos moradores de Helvécia tem roças e seus parentes. (Pedido de Reconhecimento, 23/10/2004).

Observando os relatos dessas mulheres, percebe-se que o processo de reconhecimento não ocorrera tão rapidamente como aparenta. Foi preciso

juntar peças de um “quebra-cabeça”: o contato com pesquisadores, dentre eles, um antropólogo do UFRJ; grupos de pesquisa da UNEB; o discurso do deputado que realizara uma reunião pública na comunidade e que mencionara critérios que identificavam Helvécia como comunidade quilombola, e a própria convivência e discussões no cenário acadêmico ao fazerem o curso de Pedagogia serviram de “alertas” para saírem do “adormecimento”. Muito entusiasta, diz a Coordenadora da AQH:

“Reconhecer Helvécia como comunidade quilombola. Aquilo ficou batendo em minha cabeça. Aí comecei a ler; a perguntar as pessoas as vantagens e as desvantagens. Quem ganharia. Quem perderia. As conseqüências diante de tudo isso. (Entrevista com M.A.S, 2007).

Esses elementos tornaram mais próximo um passado que há muito havia desaparecido das rodas de conversas quando chega a “tardezinha” em Helvécia. Aproximou o novo do velho, de modo que as meninas da AQH foram travar diálogo com Maria da Conceição, uma antiga parteira de 86 anos, seu Benício Ricardo de 77, Manoel Norberto, denominado de africano com 85, seu Amâncio dos Santos com 78 e seu Sérvulo Constantino Filho, também com 78 anos. Esse grupo de anciões assina e, por isso, ratifica o pedido de certificação de Helvécia como remanescente de quilombo, com reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras pelos órgãos competentes.

A força simbólica e a representatividade política cultural nas mulheres de Helvécia apontam para uma altivez cada vez mais segura da história que estão construindo, seja no ambiente escolar, eclesial ou familiar, de modo a convencer os cidadãos da importante categoria aferida a Helvécia. Assim, à medida que compreendem o processo de reconhecimento, ampliaram os



argumentos necessários para que o mesmo se aproxime das realidades tão distintas no imaginário dos helvecianos.

A fundamentação para o processo de auto-reconhecimento pauta-se no uso comum do espaço e das muitas manifestações culturais e religiosas vivenciadas ao longo dos quase 200 anos e não nas possíveis fugas, lutas e resistências – enfrentamentos com o colonizador. Daí, representar uma impressão de diminuição dos conflitos iniciais, também entre os afrodescendentes, uma estratégia para que outros escutem o que se tem a dizer sobre tal evento imposto à comunidade e, assim, inseridos na discussão, possam pensar leituras mais profundas que não somente a do uso comum do espaço e das manifestações. Esse mecanismo tem aberto possibilidades de olhares diferentes daqueles do primeiro momento. Já não se escuta mais: “isso se resolve com 38 [revólver]”, mas uma adesão ao evento por compreender o fato em sua extensão material e imaterial.

São muitos os sentidos e sentenças ainda em construção nesse itinerário de construção de uma nova categoria identitária – remanescência quilombola. Isso porque na reescrita de um grande acontecimento pode sempre haver o risco de esquecimentos e/ou olhares privilegiados do observador. A descrição de um fato em movimento é quase sempre mais complexa do que aqueles que “aparentemente” estão disponíveis em fontes documentais – uma situação diferente do processo de reconhecimento em Helvécia. Daí, os sentidos em sentenças em torno da nova configuração territorial – processo de territorialidade e o novo sujeito institucionalizado – processo de reconhecimento adquirir forças imagéticas nos arranjos e desarranjos dessa nova configuração – sendo ao mesmo tempo constituintes e

a própria constituição semântica que desestrutura padrões políticos eclesiais e pedagógicos na construção de novos sentidos e sentenças em torno de um nós (re)fundado e (re)semantizado a partir do que é do que parece ser – entre o dito e o não dito.

## Capítulo V:

---

### O entre dito negações e afirmações no processo de formação identitária quilombola: Escola – Igreja Católica.

“ No meio do caminho tinha uma pedra”  
mas a ousada esperança  
de quem marcha cordilheiras  
triturando todas as pedras  
da primeira à derradeira  
de quem banha a vida toda  
no unguento da coragem  
e da luta cotidiana  
faz do sumo beberagem  
topa a pedra-pesadelo  
é ali que faz parada  
para o salto e não recuo  
não estanca os seus sonhos  
lá no fundo da memória,  
pedra, pau, espinho e grade  
são da vida um desafio  
e se cai, nunca se perdem  
os seus sonhos esparramados  
adubam a vida, multiplicam,  
são motivos de viagem.  
*Conceição Evaristo.*

#### 5.1- Discursos e práticas pedagógicas: a palavra quilombola no processo de formação identitária.

Ao longo da história da educação no Brasil, percebem-se crises e tensões crônicas quanto às práticas pedagógicas, muitas vezes silenciadas, enrijecidas ou veladas. Do questionamento dessas práticas, surgem, sobretudo a partir dos anos 90 do século passado, novos esquemas que, longe de consagrar procedimentos que privilegiavam estruturas e grupos detentores de poderes simbólicos, romperam círculos sociais, “guetos” acadêmicos. Sem dúvida, ainda se fazem necessárias políticas afirmativas, para que haja efetiva consciência nos posicionamentos político-pedagógicos que dêem

direcionamento à problemática no cenário educacional, quase sempre revestido de aparente “neutralidade” nos espaços de interação pedagógica.

Segundo Pierre Bourdieu (2007B), a interação é a resultante visível e puramente fenomênica da intersecção dos campos hierarquizados. Assim, é importante observar as estratégias colocadas em curso pelos agentes envolvidos, sobretudo, quando esses ocupam posições elevadas nos campos hierarquizados pelo poder simbólico.

O espaço da interação funciona como uma situação de mercado lingüístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e, sobretudo o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores- é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência (BOURDIEU, 2007B. p. 55).

Os procedimentos em incluir ou excluir estão normalmente conformes com os modos de dominação estrutural exercidos pelos agentes, por sentirem ou instituírem-se como árbitros, impondo normas de “objetividades” e de “neutralidade” (BOURDIEU, 2007B). Trazendo a teoria para esclarecer a realidade, em muitas falas das professoras de Helvécia que estão à frente do Movimento podemos perceber como as interações no espaço educativo e as posições dos sujeitos são carregadas de outros sentidos, para além daqueles que a suposta objetividade dos fatos revela. Avaliando sua inserção na Escola em Helvécia, uma professora reclama sobre a forma mediante a qual ela foi “aceita” no quadro docente: não pela competência, mas, antes, por viabilizar o projeto de inclusão de professores não-leigos no sistema. Ela conta:

Quando veio aquela questão que professores leigos não podiam mais dar aulas, porque não tinham formação necessária para atuar em sala de aula foi aí que nós entramos - começamos a ser chamada para estar lecionando. Também a gente não foi muito bem aceita não. As pessoas que estavam no cargo de direção. Aquelas pessoas que eu dizia que se sentiam parte da elite de Helvécia não aceitava a gente com bom agrado e tinha essa história de tudo que vê querer

falar; que era a questão de nada está bom. E aí nós fomos dando aulas, mas nunca fomos bem aceitas não. E quanto as decisões! Nada! A gente nem existia aos olhos dessas pessoas que tinham essa...digamos assim essa autoridade para está reunindo né, reunindo formando opinião e levando as reivindicações para as pessoas né, a gente não, nunca, nunca, nunca, nunca. No máximo a gente conseguia era freqüentar (R.C, 2007).

No espaço da Escola, no lugar de realçar conteúdos que foram definidos pela classe dominante como únicas e absolutas formas-modelos a serem apreendidos, RC buscou romper essa realidade. Inserir-se nela foi, assim, ponto de partida e de chegada – uma meta em desenvolvimento pelos membros da AQH; uma estratégia para fazer vir à consciência dos cidadãos afrodescendente direitos garantidos e oficializados pelo Estado no uso-vivência das produções simbólicas culturais como quilombola. Segundo Bourdieu (2007B), as produções simbólicas substanciam-se como instrumentos de dominação.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2007B, pp. 10-11)

Nota-se, em geral, que na maioria dos espaços educativos, os projetos educacionais quase nunca são desenvolvidos a partir dos macros contextuais, procedimentais e atitudinais dos espaços e tempos históricos construídos e constituídos por aqueles que não detêm o capital econômico e o capital cultural. Em Helvécia, a norma padrão a ser seguida é estabelecida por uma pequena parcela da sociedade: os brancos ou os que assim se consideram.

Vocês que ficam querendo exaltar Helvécia, não vejo isso não, o que é Helvécia? Ela chegou a falar assim, “não vejo essa coisa toda que vocês falam de Helvécia, eu nasci e criei aí e vocês ficam querendo...” . Tipo assim, achando que a gente tava inventando uma história que não existia que era coisa de nossa cabeça e nós não, a gente tem contato com avó, avô, com tio com tia, que teve parentes que viveram na época do cativo, que contava pra gente. A gente sabe disso tudo, então, quando a gente via isso na escola, nas reuniões de cruzamento de projetos e tal no início do ano a gente ficava meio que angustiada, então, assim, enquanto era só ela diretora, coordenadora, do primário, ginásio, ah era uma insatisfação danada trabalhar nessa escola (...). ( Entrevista com R. C, 2007).

A ausência de projetos que apontassem objetivos e procedimentos político-pedagógicos coerentes à comunidade helveciana, tanto em relação a seu passado como ao futuro, fora gerando indiferença a esse espaço por muitos que não percebiam sentido-significado em ser parte do mesmo. Considerando o discurso de R. C, “no Máximo a gente conseguia era freqüentar”, e observando os dados do Censo 2000, nota-se que freqüentar apenas não é oportunizar inserção aos bens simbólicos necessários à permanência nos espaços educativos – isso, porque uma freqüência silenciada gera indiferença e manutenção de padrões hierarquizados. Dentro dessa reflexão, os desistentes são formados e/ou “civilizatoriamente” inculcados como se fossem aqueles que não sabem se enquadrar ou não possuem aptidão à aquisição de tais capitais simbólicos, sejam econômicos ou culturais. Como costumam dizer os mais velhos em suas rodas de conversas: “sempre foi assim! Imagina, agora não ia ser diferente!”

A escola tornara-se representação da sociedade helveciana em miniatura, como sempre ocorrera ao longo dos anos desde a sua fundação. Até o momento do reconhecimento como comunidade de remanescência quilombola, foi difícil romper ou ocupar lugares de direção e coordenação pedagógicos, aparentemente “vitalícios” para as famílias detentoras dos

capitais simbólicos e pelos brasões sinalizados nos sobrenomes europeus. Essa realidade confirmava o ensino impregnado, sem mesmo terem ido à escola, na mentalidade dos mais velhos em Helvécia: *“educação não é prá todo mundo, não!”*.

Anos atrás só tínhamos aqui alguns pouquíssimos professores negros e, mesmo assim, esses professores negros só ocupavam esse espaço, porque, né? Tinham a capacitação para isso e, por outro lado, a gente via que os brancos, eles eram assim nomeados, eles eram indicados, eles não precisavam ter, né? Um estudo, um conhecimento para ocupar um porte de professor ou de um coordenador ou um diretor. (Entrevista com M.C, 2007).

Esse processo civilizatório deslocou, ao longo dos tempos, responsabilidades sociais e culturais, através de estratégias educativas em seus mais variados discursos, sustentando hierarquizações no povoado de Helvécia. Pierre Bourdieu (2007A), falando sobre as aparências de neutralidade na perpetuação do uso e transmissão de poder, diz:

Na verdade, dentre as soluções historicamente conhecidas quanto ao problema da transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isto mesmo a mais adequada à sociedade tendente a recusar as formas mais patentes da transmissão hereditária do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando, sob as aparências da neutralidade, o cumprimento desta função. (BOURDIEU, 2007A.p.296).

Dados coletados a partir do Censo 2000 apontam para uma realidade que sustenta as inadequações quanto ao modelo político-pedagógico. Entre os cidadãos residentes em Helvécia de 10 anos e mais de idade, de um total de 2.642 pessoas, 982 indivíduos eram analfabetos, perfazendo uma taxa de 37,2%, sendo superior à média dos demais distritos do município de Nova Viçosa.

Distritos	População de 10 anos e mais		Taxa de analfabetismo (%)
	Total	Analfabeta	
Helvécia	2.642	982	37,2
Argolo	2.093	734	35,1
Nova Viçosa	6.628	1.691	25,5
Posto da Mata	12.789	2.500	21,7
Total	24.152	5.907	24,5

Quando a análise dos dados refere-se à população de 15 anos e mais de idade por grupos de anos de estudo e, considerando o conceito de analfabeto funcional, pessoas que mesmo tendo freqüentado e concluído as três primeiras séries escolares não conseguem desenvolver e operacionalizar os conhecimentos adquiridos, aumenta-se consideravelmente o número de analfabetos em Helvécia, perfazendo um total de 62,6%, distanciando 13,4% percentuais acima da média correspondente ao conjunto do município de Nova Viçosa que possuía um equivalente a 49,2% percentuais. Isso porque, a UNESCO ressalta que o processo de alfabetização tão somente se consolida entre as pessoas que completaram o 4º ano, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo entre os não concluintes desse ciclo, conforme se observa na tabela.

Grupos de anos de estudo	Pessoas	%
Sem instrução ou < de 1 ano	763	35,8
De 1 a 3 anos	571	26,8
De 4 a 7 anos	672	31,5
De 8 a 10 anos	78	3,7
De 11 a 14 anos	35	1,6
15 anos ou mai	11	0,5
Total	2.130	100,0

Caso se fosse observar o estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas o exercício das práticas sociais de leitura e de escrita, bem



como as práticas de relações sociais, cresceria o número em questão, pois são poucos os que saem da passividade historicamente construída e tornam-se ativos como sujeitos sociais de interação discursiva.

Assim, refletir sobre o universo escolar e educativo – categorizado como um espaço de remanescência quilombola, sua extensão semântica, formas de inclusão e exclusão social – torna-se interessante à medida que favorece observações sobre o espaço de inculcação ideológica, responsável por aquisições de posturas e discursos diversos em relação ao uso e disseminação de capitais simbólicos. Nas palavras de Bourdieu, trata-se pois do papel do sistema de ensino na reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural (BOURDIEU, 2007).

A definição tradicional do “sistema de educação” como o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, segundo a expressão de Durkheim, “a conservação de uma cultura herdada do passado”, ou seja, a transmissão entre gerações da informação acumulada permite às teorias clássicas dissociar a função de reprodução cultural que cabe a qualquer sistema de ensino, de sua função de reprodução social. Transpondo-se para o caso das sociedades divididas em classes a representação da cultura e da transmissão cultural em geral aceita pelos etnólogos, tais teorias baseiam-se no postulado tácito de que as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, vale dizer, tanto aquelas que as famílias das diferentes classes exercem como a que a escola exerce, colaboram harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da sociedade. (BOURDIEU, 2007A, p. 296-297).

Desse modo, as professoras, também membros da AQH, ao assumirem sua condição quilombola, pensam práticas educativas de casa à escola e, assim, refletem o papel do Estado e da Sociedade: cúmplices do processo de manutenção-negação de valores culturais afrodescendentes e, por isso mesmo, assumem posturas de enfrentamentos internos e externo a nível político e pedagógico na Escola Municipal João Martins Peixoto ao dirigirem e

coordenarem o ensino oferecido. As “meninas da associação” percebem a necessidade de conhecer as leis, sejam em torno da categoria quilombola aferida pelo Estado, sejam àquelas, segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir, formando agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condição de reproduzir as estruturas com foco em novos sujeitos: os negros e pobres em Helvécia. Mas, ao se desenvolverem práticas e discussões sobre a realidade do negro no Brasil e em Helvécia, segundo relatos das professoras envolvidas com a AQH, ainda se escutam ditos como “são coisas de vossas cabeças”.

As colegas [professoras que não se consideram negras] que trabalham já reclamam. Só isso, só esse assunto, aonde vai esse assunto? A mesma coisa, a mesmice. Incomoda demais os outros também. Eles falam que não existe, que a gente tá exagerando. “não existe. Vocês também estão demais, não existe isso não; isso! vocês que criaram isso na cabeça de vocês e fica querendo passar isso pra aluno e quer que a gente engula de qualquer maneira. Vocês reclamam demais.” (Entrevista com R.C, 2007).

Diante desse cenário, muitos atores se posicionam para a apresentação – representação de papéis distintos. Resquícios dos colonizadores revelam-se nas posturas e nos discursos dos que ainda acreditam que exista igualdade de oportunidade e de condições. As cenas construídas transformam-se em verdadeiros hiatos entre o mundo do aluno e o mundo (espaço) da escola, conforme observável nos dados de analfabetismo e baixa permanência na escola e nos discursos de docentes que não fazem parte e/ou não se consideram afrodescendentes. A dicotomia também se materializa entre o mundo dos que sempre detiveram o saber e o mundo dos que se submetem à aquisição desse saber. E assim, muitas das práticas veiculadas nesse ambiente, tão importante para a construção social e identitária dos indivíduos por se tratar de um espaço de remanescência quilombola, não inserem o

público que é tanto espectador como ator, em sua maioria afrodescendentes; o significado para ele na instituição escolar e/ou quais elementos daquele cenário possam ser apreendido para o seu desempenho no cotidiano da vida/rua tornam-se cada vez mais distantes e, para alguns, inacessíveis. Daí se escuta, nos bate-papos informais, “estudar pra quê? Trabalhando pelo menos tenho dinheiro.”

Para Dayrell (2001), o espaço é claramente delimitado, como se evidenciasse a passagem para um novo cenário, onde esses sujeitos vão desempenhar papéis específicos, próprios do “mundo da escola”, bem diferentes daqueles que desempenham no cotidiano do “mundo da rua”. Assim, a diferença é vista como deficiência no espaço escolar (SOARES, 1987), e isso, segundo a autora, acontece porque a escola seleciona seus objetivos conforme os padrões das classes dominantes e desqualifica os padrões das classes dominadas, como no discurso de um membro da Escola, “Vocês que ficam querendo exaltar Helvécia! Não vejo isso não. O que é Helvécia?”, colaborando com a manutenção/continuidade das desigualdades sociais.

Partilhando essas imagens, é preciso perguntar: que papel o espaço escolar estará cumprindo no cenário da sociedade de nossos dias? Magda Soares (SOARES, 1987, p.54), citando Bourdieu e Passeron, diz que a função da escola tem sido precisamente manter e perpetuar a estrutura social, suas desigualdades, conferindo privilégio a uns em prejuízo de outros, e não, como apregoa, promover a igualdade social e a superação das discriminações e da marginalização.

Dialogando com Moita Lopes (2002), pode-se argumentar que, devido ao fato de a professora, detentora do capital simbólico cultural, estar

posicionada em um papel de maior poder em relação aos alunos, pode estar controlando as identidades sociais possíveis de serem desempenhadas pelos alunos em aula, sobremaneira, em Helvécia, em que o papel educativo, durante muito tempo, esteve sob a jurisdição dos membros dos antigos colonizadores. Assim, as visões que os alunos estão construindo em relação às suas identidades sociais podem estar sendo influenciadas pelos discursos de identidades gerados na sala de aula. Será uma visão cristalizada do sistema senhorial? Reflexão assim nos faz retomar o discurso dito pelos mais velhos em relação às meninas da AHQ, ao fazerem o pedido de reconhecimento quilombola para Helvécia, sem ter passado pelo crivo dos donos da voz e das decisões: *“muito ousadas, não tinham nada que fazer isso, nova e... querendo passar por cima dos mais velhos; decidir as coisas sem falar com a gente!”*.

Nesta dissertação, nos capítulos anteriores, falamos sobre como Helvécia está processualmente se “refundando” como comunidade remanescente de quilombo. Considerando que o que discutimos não tem a pretensão de contar ‘a verdade total dos fatos’ – mas apontar para fragmentos desta realidade – tentamos indicar como atores/alunos se colocam, se pensam, dentro desse processo de construção de identidades. Já dissemos também que o tema da identidade tem movimentado uma grande produção e a impressão de que (quase) tudo já foi dito por outros nos serve de consolo para não avançar numa teorização abrangente da identidade. Conforme indica Johnston (1973, citado em KITZINGER 1989, p.82, apud MOITA LOPES, 2002), “a identidade é o que você pode dizer que você é de acordo com o que dizem que você é”. E, segundo (KITZINGER 1989, p.94 apud MOITA LOPES, 2002), essa construção social é suprimida ou promovida de acordo com os

interesses políticos da ordem social dominante. E isso nos parece importante para introduzir uma compreensão da relação pedagógica desenvolvida pelas professoras em Helvécia. As principais interlocutoras deste trabalho são as mesmas protagonistas da AQH, professoras negras que se fizeram sujeitos-chave para a comunidade discente em Helvécia, mediante uma “práxis” política que essas líderes assumiram em relação ao espaço educativo. Conscientes de suas responsabilidades na efetivação de novos discursos e posturas para aqueles que aderem ao processo, as professoras vêm promovendo diversos “(des)arranjos pedagógicos”, sendo um deles sempre referenciado por elas: assumindo-se quilombolas e com o compromisso de pensar e construir “outro mundo que é possível”, trazem a Helvécia a semana Zumbi, um evento que se tornou marco pedagógico, no cerne da comunidade impregnada de conflito em função do reconhecimento. Na ocasião, foram realizadas oficinas e abriram-se outras perspectivas até então silenciadas na comunidade.

Quando saiu o Reconhecimento, Helvécia ficou no auge, tanto que as pessoas aqui de dentro era uma coisa ruim; pra pessoas de fora, Helvécia ficou no auge, aí teve a semana zumbi, que foi uma coisa maravilhosa que é um grupo de Caravelas [Município vizinho] que sempre faz a semana zumbi, é como se fosse uma copa do mundo a cada ano eles escolhem uma cidade, e por Helvécia ter sido reconhecida naquele ano, então Helvécia foi escolhida. Depois dessa semana zumbi, em que houve palestras, oficinas tudo dentro do reconhecimento né, teve uma palestra sobre políticas afirmativas. Veio um rapaz de Salvador pra fazer a palestra; padre José veio falar sobre monocultura do eucalipto, e as conseqüências que ela pode causar. Ele deixou essa interrogação na cabeça de todos que ali estavam presentes. Como vai ser helvécia daqui a 50 anos com essa monocultura de eucalipto? Basta à gente começar a olhar o nosso redor a gente ta vendo ali, o canal praticamente esta acabando, a gente não sabe se é a monocultura, mas pode ser. Eles alegam que o eucalipto não consome tanta água quanto os cientista falam; a gente sabe que um pé, não, mas uma monocultura! Sim né, então começou esse questionamento. (Entrevista com M.A.S, 2007).

Nas festividades da semana da consciência negra, implantada ao calendário Escolar em parceria com a AQH, podem-se conferir mudanças nos

discursos dos alunos em que já se visualizam novos paradigmas de ensino aprendizagem: “Estudar em uma escola que pertence a uma comunidade quilombola é muito bom. A gente não precisa ter vergonha de ser como somos; nosso jeito, né”. A inserção no calendário escolar de momentos reflexivo-culturais em torno da questão quilombola é importante à medida que assegura de forma eficaz a incorporação de uma cultura (STEIL, 2001). Em Helvécia, esse *parar* coloca em evidência, marca o tempo e socializa práticas “adormecidas” ou que não possuíam valorações nos discursos sociais presentes nos espaços educativos.

O tempo é uma construção social, afirmam aqueles que estudam os grupos sociais. Não está dado de antemão como um *a priori* universal, nem se apresenta como um vácuo, dentro do qual os indivíduos se situariam ao nascer. Ao contrário, ao virmos ao mundo, somos incorporados dentro de um tempo preenchido por significados, aos quais temos acesso mediante a nossa participação nos eventos que estruturam e o organizam em cada cultura... Este tempo, carregado de significados, no entanto, não repousa no ar. Está, na verdade associado a lugares que guardam a memória do vivido através de mitos e estórias que nos permitem construir uma conexão com o passado. Criam assim, a percepção de uma continuidade ente as gerações que nos antecederam, a nossa e aquelas que virão depois de nós. (STEIL, 2001, p.12).

As “meninas da AQH – conscientemente ou sem mesmo saber ao certo – oficializam como de direito um ato, matriz de novos e antigos paradigmas: ser com-unidade, um dito metafórico, mas que se faz denotativo à medida que se enxergam suas lutas e as de suas ancestrais pela sobrevivência em Helvécia. Um educar além da escola, mas formatado em espaços educativos, logo, toda comunidade, em suas exigências, é impregnada de aprendizagens. Nessa direção, é oportuno dialogar com Paulo Freire, que ampliou sentidos e sentenças quanto aos espaços constituintes e constituídos de aprendizagem. Segundo Freire, o começo não foi o ensino e sim a aprendizagem:

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim a vida". (FREIRE, s.d.).

Segundo dados registrados no caderno de campo, houve épocas em que havia falta de alimento, pois os roçados não produziam o suficiente, as mulheres reuniam-se em grupo, partilhavam suas memórias e, dos clamores, aprendiam e apreendiam sentidos para a realidade em foco e, por isso mesmo, educavam-se em torno dessa meta. Saíam para trabalhar em novas frentes de capina, garantindo a sobrevivência da família. Uma marcha procedimental-atitudinal, sem perder de vista o conceito de comunidade que se aprendia, desde pequenas com os embarreiros e nas cantigas do bate-barriga : ser mutirão para produzir e preservar o patrimônio material e imaterial.

Retomando a imagem da assimetria do discurso realizado em muitas cenas do espaço escolar, Moita Lopes (2002) faz perceber que a interação pedagógica revela que quando as intervenções dos educando se limitam quase exclusivamente a respostas e perguntas colocadas pelo educador, bem como ao cumprimento de suas indicações, distanciam-se paulatinamente dessa aprendizagem vivenciada nas matrizes de quilombo em que não se dicotomiza o ensino da aprendizagem. Uma das diferenças desse significado observáveis em espaços onde há falta de compreensão de um espaço sentenciado como de uso comum e, onde as trocas não são partes da aprendizagem, diz respeito ao fazer pedagógico. É como se nesses espaços se tratasse de perguntas fechadas, direcionadas, para as quais as repostas já fossem do conhecimento do professor ou por ele antecipadas. Observa-se que a centralidade da aula e/ou do espaço escolar, na pessoa do professor, com posturas carregadas de

discursos assimétricos, torna-o detentor do tempo e do espaço. Em Helvécia, tais estratégias suprimem reminiscências que podem construir como legítima uma identidade quilombola em função da (des)valorização material e imaterial em ser remanescente de quilombo. Então, como avançar na ótica de um espaço sócio-cultural dentro desses parâmetros? Aqui, importante pensar em *dominação*. Para Bourdieu, a dominação simbólica pode ser pensada nesses termos:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias dissimulantes ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. (BOURDIEU, 2007B, p.124).

Essas imagens nos interpelam e nos convidam a um novo mergulho na profundidade dessas cenas. E assim, como já fora prenunciado pelas ações das professoras, membros da AQH, paralelamente, no espaço escolar, encontram-se, também, atores/autores que, diante do quadro cético, coletivamente acreditam que a escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Assim, da arrogância autoritária de um dono da verdade, do espaço e do tempo, surge a possibilidade de construção de um lugar onde a criatividade e o desejo político-pedagógico, direcionados a partir dos contextos e sujeitos, promovem atitudes de respeito e métodos potencializadores para a aquisição de competências técnicas e políticas. Isso porque, quando desenvolvidas alternativas enraizadas em um saber-fazer / fazer-saber, metaforicamente diríamos ser símbolo de alimento que fortalece e desenrijece o ser humano, potencializa os espaços,



sobretudo os que são centros usuais de aquisição de saberes acadêmicos, tornando-os ambientes de protagonismo social.

Em reunião no início do ano, entre discussões, na hora dos projetos a gente fala: esse projeto não tá bom não, não vai contemplar os alunos de Helvécia. Tem que ter alguma coisa que contemple Helvécia, a história de Helvécia, a história do povo negro no Brasil. (Entrevista com R.C, 2007).

Essa realidade faz pensar possibilidades em torno dos conceitos, procedimentos e atitudes que, a depender dos discursos, podem negar ou afirmar posições identitárias que assegurem maior inserção dos que dele fazem parte. Para tanto, Dayrell (2001) diz que apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação de contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas.

Assim, para Bourdieu (2007B), a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas estão para as formas-estado individualistas ou coletivas para as quais os sujeitos se posicionam. Esta última, no caso, diferencia-se da primeira por estabelecer diferentes estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante, sua apropriação e constituição como legítima, como fizeram “as meninas” da AQH com o pedido de reconhecimento quilombola e pelos enfrentamentos “subversivos” realizados na comunidade e, de forma pedagógica, na Escola João Martins Peixoto.

... a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas – que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas -, que procura, impor senão novos princípios de di-visão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo

social em conformidade com os seus próprios interesses ( *nomos*, a partilha legal, a atribuição legal, a lei, liga-me a *nemo*, partilhar segundo a lei). (BOURDIEU, 2007B,p.124-125).

Dessa forma, o espaço escolar torna-se modificador, noutra perspectiva, ou seja, desbloqueia e tira o engessamento historicamente construído nas classes menos favorecidas; rompe os muros e integra-se ao cotidiano daqueles que dele fazem a experiência. Nesse sentido, as práticas se ampliam dentro de uma concepção simétrica, enriquecendo o conhecimento pela interação entre o contexto e o princípio de alteridade, elementos dinâmicos que oportunizam uma visão fundamental para a educação, uma vez que o poder não é monolítico, ainda mais em um espaço de remanescência quilombola, onde a base fundante é a disposição da partilha, uso comum dos bens materiais e imateriais.

A gente começou a trabalhar e nesse trabalho a gente viu que tava faltando muita coisa, sabe, pra gente. Muita, muita, muita coisa mesmo. Tinha muita coisa errada, muita coisa que deixou de ser falada, deixou de ser vivenciada, deixou de ser estudada e a gente começou realmente a querer fazer o melhor né, pela nossa comunidade e assim. Começou a partir disso. Continuamos dando aula de primeira à quarta série, aquela criançinha lá e a gente ficava meio preocupada enquanto a gente não conseguia ensinar, assim, fazer com que as crianças desenvolvessem as competências necessárias (Entrevista com R. C, 2007).

A luta por um espaço socializante e que favorecesse o desenvolvimento da comunidade amplia-se à medida que as mulheres da AQH assumem, paulatinamente, o direito de voz, por aquisição do capital cultural, aferido pelo Curso de Pedagogia e pelos saberes até então folclorizados da história ancestral. Saem do silenciamento centenário, da obediência servil aos “senhores”, prolongamento da Colônia Leopoldina, e reivindicam direitos sociais, transformando dificuldade antes observáveis em oportunidades

garantidas pela categoria quilombola, aferida por direito e por assunção própria.

Então quando começamos com a questão da diretora. Querer que a diretora fosse de Helvécia foi realmente pra isso, para reafirmar essa questão de nossa existência, porque existir por existir, tem que se fazer também, né. Tem que se fazer presente, se fazer pensar, se fazer perceber, porque senão, ia ficar do mesmo jeito que tava no passado. A gente querendo mudanças, mas as coisas acontecendo, mas as mudanças dentro da escola mesmo, não estavam acontecendo. Então, nós falamos, não! A gente gostaria que Helvécia, que a Escola de Helvécia tivesse uma cara diferente, uma cara do povo de Helvécia, uma cara da comunidade de Helvécia, uma diretora negra, uma diretora daqui, porque assim, até os alunos iam se sentir mais motivados a estudar; poxa! Uma pessoa daqui de Helvécia diretora, coordenadora! Então, a cara de Helvécia é a cara da nossa luta, é isso que a gente quer. (Entrevista, R.C, 2007).

Diante dessa realidade, Dayrell (1992) diz que são as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas. A educação tem um sentido mais amplo, é o processo de produção de homens num determinado momento histórico.

Em Helvécia, o fato das “meninas da AQH” estarem envolvidas no espaço educacional e, sobremaneira, estarem à frente da direção da Escola, foi de significativa importância para desmistificar e/ou implantar novos sentidos àqueles proferidos pelo grupo contrário à certificação quilombola. Ao discursarem sobre os procedimentos desenvolvidos quando dos ataques e ameaças que receberam por terem tomado tal iniciativa, apresentam as crianças e adolescente como um forte contra-ataque. Isso porque, ao chegarem a casa e ouvirem os pais comentarem a respeito da “tragédia” que ocorreria em Helvécia retornando-os ao cativeiro, argumentavam o contrário, desmistificando o “terror” que um pequeno grupo implantou na mentalidade dos cidadãos. Assim, na contramão dos fatos, as crianças, conhecedoras dos

efeitos que tal procedimento acarretaria, apresentavam aos pais os reais benefícios, tanto econômico como no desenvolvimento cultural, que a certificação como comunidade quilombola possibilitava à Helvécia. Esse procedimento ajudou a inviabilizar um abaixo-assinado que contou com mais ou menos 158 assinaturas que se diziam não favoráveis ao reconhecimento. O re-educar das crianças aos seus pais, inculcando novos paradigmas, havia criado dúvidas, lacunas, rupturas quanto ao sistema em uso, como alguns costumam dizer em suas rodas de fim de tarde, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Fosse essa ruptura um princípio de uma conversão do olhar \_ novos olhos, uma mudança de toda a visão do mundo social. (BOURDIEU, 2007B, p.49).

A inserção no espaço educacional pelas “meninas da AQH” significa mais que um deslocamento geográfico da periferia ao centro, e sim um deslocamento sócio-humano e cultural. Mesmo que muitos dos afrodescendentes sempre ouviram e presenciaram as posses das lideranças e seus jogos com resultados programados, com a assunção das “meninas” na escola como centro usual de poder simbólico, desmistificou-se o conceito de que apenas uns, “os de pele clara”, têm direito ao exercício da liderança. Como afirmam em seus discursos, “somos guerreiras” e, como tais, dizem ter que lutar por liberdade, como fizeram no passado os seus ancestrais e hoje, como herdeiras, mesmo sem saberem ao certo, são convocadas a ver e a reparar a história num momento em que relampeja um perigo: a continuidade do silêncio que mortifica e assombra pelo efeito “eucalíptico”. Quanto à herança e ao fato de se assumirem como herdeiros, diz Pierre Bourdieu:

O herdeiro herdado, apropriado à herança, não precisa de querer, quer dizer, de deliberar, de escolher, ou de decidir conscientemente,

para fazer o que é apropriado, aquilo que convém ao interesses da herança, da sua conservação e do seu aumento: embora não possa saber nem o que faz nem o diz, ele nunca fará nem dirá nada que não esteja em conformidade com as exigências da herança. (2007B, p.84).

Assim, para Pierre Bourdieu (2007), o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam. Assim, a palavra quilombola em Helvécia tornou-se um eufemismo. Vai além da palavra, pois sua crença não é competência apenas do termo, do vocábulo, mas tudo o que representa. Um entre dito que ultrapassa limites e integra partes importantes na compreensão dos sentidos políticos e pedagógicos que (des)hierarquizam para posteriormente formularem novos (des)arranjos.

A escola pra mim significa o início da quebra de uma barreira que vem assim há muito tempo limitando nós negros de dominar, de conhecer, de construir uma nova história e isto é muito forte para os nossos alunos, para os nossos filhos, porque você já pensou o que seria né. O que era para esses alunos negros está dentro da sala onde a maioria é negro, está convivendo em um espaço em uma cidade onde a maioria é negro e vê ali os líderes, todos brancos. Então, eles continuavam em suas mentes o que? Que pra liderar, pra mandar, né, pra assumir o cargo tem que ser pessoa de pele clara. E hoje, elas já não enxergam mais assim, eu falo isso porque eu convivo né, na escola, na sociedade diretamente com os jovens, com as crianças e, hoje, nós ouvimos assim de nossas crianças, de nossos adolescentes: “olha, quando eu crescer eu quero ser igual você é, quando eu tiver que trabalhar eu quero ser assim, falar sem ter medo de falar”, hoje, você já houve né, das crianças negras isso. Hoje elas também já tomam partido, elas já não aceitam ser discriminadas, nem na sala de aula, nem pelo professor, nem pelo diretor, nem por outros coleguinhas. Hoje, elas já se sentem como se elas fazem parte dessa história; que elas não é só criança negra, hoje ela é um cidadão, hoje ela é cidadão, hoje ela é respeitada. Hoje ela é reconhecida como ser que deve e tem todo o direito que qualquer povo tem. Hoje eu já sinto, já vejo isso em nossas crianças, em nossos jovens e é forte quando a gente vê o Jovem falar assim “eu gosto tanto de estudar com vocês, né, porque vocês parecem que entende a gente, vocês entendem a nossa língua”. Mas é porque a gente já conhece toda a dificuldade que uma criança negra tem na vida e tem na sua sala de aula. A gente já vem né primeiro levantando auto-estima dessas crianças, pra depois executar nosso trabalho de educador e por isso que hoje está fluindo tanto esse espaço. (Entrevista com M.S, 2007).

A partir dessa realidade construída, mesmo que ainda não sistematizada em forma de projeto pedagógico escrito, a práxis do grupo de professoras membros da AQH colocou em evidência conhecimentos antes discriminados. Exemplo disso é a presença do *bate-barriguinha*<sup>42</sup> no currículo informal da escola, bem como a capoeira, e o incentivo às crianças a participarem do maculelê e da irmandade de São Sebastião<sup>43</sup> com a movimentação da luta entre mouros e cristãos, de forma que toda a comunidade torna-se educadora. Os discursos não são “como em Babel”, mas em forma de pentecostes – todos se entendem ou se fazem entender. Assim, como afirma Bourdieu (2007B), a relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que freqüentemente se estabelece entre o meio e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica.

---

<sup>42</sup> Bate-barriguinha é extensão da dança bate-barriga no universo escolar. Nesse movimento as participantes batem coxas umas contra as outras ao som dos tambores de coro, tiram música e fazem versos. Um procedimento pedagógico articulado pelas professoras, também membros da AQH. A metodologia consiste na construção de um caminho que intenciona tornar presente as reminiscências do passado no presente. As crianças envolvidas desempenham a função de continuadoras de um rito passado no presente a espera do futuro. Reeduam-se com a gíngua e com o canto, que estavam adormecidos na consciência. A dança bate-barriguinha é no presente um grito contra a submissão e aponta para presentes e futuras resistências.

<sup>43</sup> A Irmandade de São Sebastião é um grupo de devotos leigos, que tem como objetivo a manutenção do culto de devoção a São Sebastião. Nos meses que antecedem a festa do mártir em janeiro, os membros se reúnem para organizarem a puxada do mastro e o enfrentamento entre mouros e cristãos que ocorrerá no último final de semana do mês de janeiro. No final da longa batalha, vencem os cristãos que ainda conseguem converter os mouros ao cristianismo. Reúnem-se em frente à Igreja matriz, como que simulando um grande campo de batalha. Do lado poente, os cavaleiros cristãos posicionam-se, vestidos de azul, a cor do cristianismo. Estes lutam contra cavaleiros mouros vestidos de vermelho, posicionados no lado do sol nascente. No Brasil esta representação dramática foi introduzida, sob autorização da Coroa, pelos jesuítas com o objetivo de catequizar os gentios e escravos africanos, mostrando nisto o poder da fé cristã. A hierarquia dos exércitos, tanto para os cristãos como para os mouros, é a seguinte: temos no mais alto posto o Rei, abaixo deste temos o Embaixador e seguindo abaixo os cavaleiros. O último cavaleiro só subirá de posto se houver morte ou desistência de algum outro acima, o mesmo acontece com o Embaixador, que só tornar-se-á Rei se o próprio Rei morrer ou desistir. A luta entre cristãos e mouros representa as lutas travadas entre Carlos Magno e os Sarracenos

Com a inserção da dança bate-barriginha no currículo informal da Escola, mesmo que, sem um projeto escrito que dê direcionamentos para posterior avaliação, projeta nos sujeitos que buscam um saber acadêmico, forma de aquisição e, mesmo, reconhecimento das representações culturais de seus ancestrais, um sobrevir que enuncia acesso ao poder simbólico cultural, agora autorizado, tornando visível o que antes era negado, suprimido e/ou classificado sem escala de valor à comunidade helveciana.

Assim, os saberes identitários presentes no espaço familiar, incluídos como parte dos saberes valorados pela escola, surgem como meios adequados e favoráveis, por legitimarem publicamente vantagens e marcas simbólicas, associadas à posse de uma identidade antes estigmatizada - deficiente, como fora do padrão, e que agora emerge como distinta e de forma oficial com potencial de poder cultural representativo extra e intercomunitário.

A oficialização tem a sua completa realização na manifestação, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. (BOURDIEU, 2007B, p. 118).

Outro aspecto interessante com a incorporação da dança *bate-barriginha* diz respeito à inclusão simultânea da comunidade no espaço escolar. Isso porque, para um real ensino-aprendizagem de tal manifestação cultural, fora necessária a presença da coordenadora do grupo de bate-barriga, mulher, negra, leiga pela academia, mas mestra nos saberes de seu povo. Essa docente popular afirma que resgatara a performance da dança, a princípio, com dimensões folclórica, com receio da perda desse ritual em meio

aos “relampejos” de perigo advindos com a modernidade, mas que pouco a pouco, incorporando-se da categoria quilombola, o faz com convicção de que a mesma vai além da folclorização - é parte de sua história e das histórias construídas pela ancestralidade, uma prática memorial potencializadora de poder simbólico cultural. Vale lembrar a performance dessa mulher que, com voz vibrante e de comando, faz ressoar não apenas a teatralidade própria da dança, mas a vitalidade que a mesma expõe aos olhos dos que observam ou que se lançam na manifestação. Assim, entre movimentos rápidos e bruscos, surge a leveza do sorriso em realizar tal ritual. A satisfação representada nas mais variadas expressões corporais e faciais revela leveza por se realizar algo que diz muito ao corpo e ao espírito movidos pela cantoria e pelos sons oriundos dos tambores de coro.

A dança bate-barriga (re)educa. Sua performance é estratégia no resgate e permanência de valores quilombola. Isso porque, a mesma ao se realizar em grupo e de forma circular, com seus cantos – “chulas” – fazem a memória da vida. E assim, as crianças aprendem desde pequenas que o que têm e o que trazem de suas histórias devem ser e ter motivo para contar.

Oh bota fogo no engenho,  
aonde o negro apanhou.  
A vida aqui é bom demais  
meu Deus do céu.  
Aqui quem manda é o nagô.

Esse “chula” do bate-barriga evidencia uma afirmação identitária no presente - ser nagô. Mesmo sendo parte do senso comum, dos cantares que há muito haviam sido silenciados, vem confirmar uma ancestralidade africana, conforme os registros escritos de inventário Mantandon de 1858, que em suas



listas dizem ser os nagôs a maior composição da população da Colônia Leopoldina – hoje, Helvécia.

Ao reconhecer-se como parte de uma história, segundo relato das professoras e, mesmo, de alguns alunos, participantes das manifestações culturais, dentre elas, o bate-barriguinha, dizem que já não têm mais tanto receio em apresentar-se como de remanescência quilombola, isso porque, o que antes era simples brincadeira, tornou-se, com o reconhecimento, oficialmente uma manifestação cultural. Esse fato tem aproximado cada vez mais o passado do presente, sem estigmas, rótulos pejorativos, mas sentenciada como marcas de poder cultural em que de aprendizes tornam-se mestres do ofício. Fato esse observado no discurso de uma professora e membro da AQH:

O primeiro passo de um ser humano é a ousadia, é não temer a nada, falo mesmo! Eu sou negra, gosto de ser negra, me sinto muito bem como negra. Hoje nós só estamos aqui porque fomos ousadas. Ousadas mesmo! Nós arrombamos assim muitas portas, arrombamos mesmo, foi assim conquistada; tá fechada, então, vamos chegar, vamos entrar e vamos participar, porque eu também sou uma pessoa, eu também faço parte dessa história, né. E isso é preciso à gente tá passando não só pros nossos alunos, mas pros nossos filhos né, é preciso saber das nossas histórias de ontem, saber vive-las no hoje e continuar construindo. (Entrevista com M.C, 2007).

Percebe-se com esse discurso uma história presente que possui ligações com um passado e que, no presente, não procura (re)projetá-lo como foi, mas adaptá-lo às novas circunstâncias de forma a dar voz aos que se silenciaram para sobreviverem ao poder e às formas educativas instituídas como únicas e verdadeiras a serem seguidas pelos dominantes. Comumente se escuta da professora M.C, “é preciso conhecer, ter conhecimento para sobreviver, não só das histórias que nos contaram, mas das muitas outras que também sabemos contar - somos herdeiros e herdeiras de uma história viva”.

## 5.2 - Discursos e práticas religiosas: a palavra quilombola no processo de formação identitária.

Trazemos nos olhos,  
As águas dos rios,  
O brilho dos peixes,  
A sombra da mata,  
O orvalho da noite,  
O espanto da caça,  
A dança dos ventos,  
A luz de prata,  
Trazemos nos olhos  
O mundo, Senhor!  
O som do atabaque  
Marcando a cadência  
Dos negros batuques  
Nas noites imensas  
Da África negra,  
Da negra Bahia,  
Das Minas Gerais,  
Os surdos lamentos,  
Acolhe, Olorum!  
*Missa dos Quilombos.*

Os discursos eclesiais têm raízes históricas e compreendê-las se torna imprescindível para não se cair em interpretações puramente dogmáticas e/ou abstratas. Mesmo que não se intencione fazer uma descrição desse quadro histórico, é possível observar que, ao longo desses quase dois séculos, existem episódios que possuem marcas consensuais e divergentes em relação ao uso e práxis religiosa, sobretudo, quanto aos modelos de cristianismo: colonial, conservador, reformista e popular, influenciando na construção identitária por serem dissolvidos-inculcados na mentalidade de povos cristianizados e/ou submetidos a esse fato.

Segundo Pablo Richard (1989), até 1930 o modelo de cristianismo da Igreja, representado em seus discursos e práticas, aponta para uma Igreja elitista, oligárquica e, por isso mesmo, desinteressada dos problemas sociais do povo que apenas participa como massa passiva nas grandes concentrações. Exerce seu fascínio na propagação de congressos eucarísticos,

na devoção religiosa, entre outros. É uma Igreja extremamente europeizada, conseqüentemente, uma cópia romana. Diante desse quadro, e buscando referência em Bourdieu, em seus escritos sobre a economia das trocas simbólicas, o mesmo diz que Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social, contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação” dos “dominados”. (BOURDIEU, 2007A, p.32).

Entre 1930 a 1960 muitas transformações econômicas e sociais contribuíram por repercutir no modelo de Igreja, sobretudo, na América Latina, de modo que os discursos construídos a partir de uma Igreja conservadora adquirem novas performances, apontando para uma Igreja assumida e influenciada pelo modelo de cristandade reformista. De acordo com Richard (1989), essa ação desloca a hierarquia eclesiástica para o novo espaço social criado pelas burguesias nacionais e pelas classes médias. Mesmo que se distanciando das oligarquias e abrindo-se aos setores populares, não rompe com as classes dominantes, com o Estado e com o sistema capitalista em geral. Essas mudanças ocorreram de forma diferente na extensão territorial da América Latina, tendo matizes e matrizes ideológicas distintas: nacionalista, populista, desenvolvimentista, social-democrata ou social cristã.

A igreja evoluiu de um cristianismo conservador, defensivo e apologético, centrado na família e na educação, para um cristianismo reformista, para a ofensiva nos problemas sociais; de uma Igreja elitista e oligárquica se para outra aberta às camadas médias e populares; de uma Igreja europeizante e romanizada para uma Igreja autônoma e latino-americana. (RICHARD, 1989, p.22).

Após os primeiros 60 anos do século XX, esse modelo de cristandade entra em crise, simultaneamente à crise do sistema capitalista internacional, que gerou conseqüências ao modelo de capitalismo do mundo subdesenvolvido e dependente. Assim, diante das crises contextuais, diz Richard (1989) que se desenvolveram “três processos sócio-políticos”<sup>44</sup>, os quais incidiram diretamente na crise final da cristandade reformista, oportunizando e, mesmo forçando, o aparecimento de um novo modelo de cristandade na Igreja, denominado Igreja dos pobres, sustentado por documentos Eclesiais como o do Concílio Vaticano II a nível universal, e como América latina, os documentos de Medellin e Puebla.

Essas transformações no campo político-social afetaram sobremaneira o campo religioso. Assim, os contextos e eventos, em que movimentaram os modelos de cristandade, deixaram através dos seus discursos transparecerem as estruturas históricas que, como afirma Carlos Alberto Steil (2001), longe de se apresentarem como a sobrevivência do passado no presente, são, na verdade, contemporâneas e estruturantes de nossa visão de mundo e de nosso *ethos* cultural.

---

<sup>44</sup> Primeiro processo: desenvolvimento de um novo modelo de dominação, que substitui todas as experiências populistas e democráticas anteriores, cuja base econômica, política e ideológica são agora as Companhias Transnacionais (indústrias, financeiras, informáticas...) A nível nacional, o novo modelo de dominação é realizado pela militarização do Estado, segundo a doutrina da Segurança Nacional. Segundo processo: debilitamento e quase desaparecimento dos movimentos populistas e democráticos das décadas anteriores (burguesias nacionais e camadas médias) e todas as estruturas e estratégias correspondentes. Os setores “médios”, ou são integrados ao novo modelo de dominação ou se proletarizaram, perdendo toda capacidade de manter um espaço social e político intermediário entre os novos dominantes e os movimentos populares. Terceiro processo: ascensão, extensão e autonomia do movimento popular. Nas décadas anteriores o movimento popular adquire progressivamente espaço próprio e autonomia política. Além disso, o movimento popular se amplia pela incorporação de novos grupos sociais, movimentos étnicos, organização de libertação feminina, correntes culturais, movimentos cristãos etc. Surge um novo conceito de povo como soma de todos os grupos explorados, oprimidos, marginalizados, não apenas em termos de classe, mas de todos os termos e aspectos constitutivos da identidade popular. Muitos falaram de uma verdadeira “irrupção dos pobres” em todo o continente, que consegue polarizar o conjunto da sociedade. (RICHARD, 1989, p.23).

Mesmo com tantas variantes e transformações na estrutura e nos modelos estruturante de Igreja, ainda é latente, em Helvécia, quase 200 anos desde a chegada dos colonos suíço-alemães, o modelo de Igreja enraizado no discurso da cristandade conservadora. São poucos os que têm direito a oratória no “ambão” de onde se profere as homilias. Naquele espaço, normalmente encontram-se, em sua maioria, os brancos e os que assim se intitulam, por carregarem sobrenomes europeus ou mesmo por terem tido, em algum momento na árvore genealógica, alguma relação com os colonizadores e/ou os novos detentores dos capitais cultural e econômico e/ou aqueles que chegaram a Helvécia, advindos com a “febre madeireira” e mesmo o cultivo/fomento do eucalipto. Casualmente, ali também se coloca algum negro, “ousado”, como preferem dizer, que rompeu com o esquema elitista e oligárquico e/ou os que ali se ambientaram.

A presença inconstante e quase inexistente do sacerdote acabou por gerar uma imagem representativa de sacerdote em um leigo, clericalizando-o. Este assume o papel de direção do culto e do santuário religioso. Uma figura emblemática em Helvécia, de modo que é grande a quantidade de jovens e crianças que tem alguma relação de afilhado com esse agente eclesial. Seu pronunciamento é a própria tradução da Igreja para os cidadãos. Assim, apadrinhando e preservando seu posto com o monopólio dos bens da salvação, tem mantido a estrutura do sistema senhorial. Com a ausência do sacerdote, pouco a pouco, tornou-se detentor exclusivo, incluindo-se no campo de especialista religioso. Diante do quadro que se apresenta, referencia-se tal comportamento com o discurso de Pierre Bourdieu, a respeito das práticas religiosas, que pelo observado, também se aplicam em Helvécia:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um corpus deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e, portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que deles são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (ou profanos, no duplo sentido do termo) destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal. (BOURDIEU, 2007A,p.39).

Ter um padrinho ou uma madrinha é algo muito apreciado em Helvécia. Na maioria dos casos, essas figuras são normalmente aquelas imbuídas do capital simbólico, seja cultural ou econômico. Assim, é considerável o fato de deslocamento do apadrinhamento batismal aos Santos de devoção, especialmente à padroeira Nossa Senhora da Piedade, que possui uma matriz dedicada ao seu culto e a São Sebastião, fortemente cultuado pela comunidade. “Aparentemente”, uma junção quase que impossível do modelo de cristandade conservadora ao modelo popular. Percebe-se com muitas evidências o forte processo de inculcação da religião católica, simultâneo ao processo de colonização de Colônia Leopoldina ao atual distrito de Helvécia. Dentro dessa realidade, Carlos Alberto Steil (2001) afirma que muitos estudiosos da cultura brasileira têm mostrado que esse modelo relacional não serviu apenas de base para legitimar as relações de dominação na sociedade senhorial no Brasil, mas que permanece latente como componente cultural nas relações de clientelismo e patronagem observáveis na política brasileira.

A identificação com os Santos padroeiros de Helvécia parece indicar uma relação de cumplicidade ao sofrimento. A história oral de Helvécia releva muitas dores, angústias e sofrimentos provocados pelos senhores de café. Mesmo que não haja registro dessas atrocidades, muitos moradores comentam

que, na época do cativo, os negros eram por demais castigados física e moralmente. Logo, ter uma mãe piedosa que passara por tormentos de perseguição, tortura e espoliação na pessoa do filho e, mesmo assim, sobreviver, é algo que sustenta, segundo eles, o espírito e o corpo. Nesse panteão figurativo, também se encontra o mártir São Sebastião, que foi perseguido, torturado, mas que recebera a glória, tornando-se Santo, ocupando lugar de destaque no altar da Igreja, sobrepondo-se por obra divina à humanidade. Um mártir que a exemplo do Cristo sangra, nas ruas e praças, simbolicamente nas procissões, identificando-se com as tribulações dos fiéis, enquanto estes participam vicariamente de suas dores (STEIL, 2001).

Através da penitência se realiza um processo de identificação entre o sagrado e o profano. Ou seja, ser católico não é algo que se define pela adesão a um determinado corpo de verdade ou pela aceitação de um código moral, mas através da identificação com o sofrimento e a paixão. (STEIL, 2001, p. 23).

Outro momento de penitência e sofrimento, enraizado na mentalidade dos cidadãos de Helvécia, é a entrega total à semana santa, ou seja, à quaresma, instituída pela Igreja católica. Todo processo “peregrinatório” e penitencial acontece até a queima do “Judas”. No entanto, o domingo de páscoa, que seria a redenção completa, praticamente é esquecido ou pouco cultuado em relação aos episódios que o antecedem. Será que a páscoa ainda não acorrera para os povos do “escondido”? O que se observa é um catolicismo penitencial impregnado na religiosidade da comunidade, sobremaneira, dos afrodescendentes que, com uma passividade comedida, penitenciam-se, com seus olhares baixos, diante dos Santos que, com o sofrimento, tomaram-se parte do banquete divino celestial.

A matriz dedicada a Nossa Senhora da Piedade, um santuário urbano, remete ao sentimento de resignação, próprio daqueles que, diante de tamanha brutalidade, entregaram-se à “vontade de Deus”, e, ao mesmo tempo, evidencia diferenças entre os que ouvem o discurso daqueles que o enunciam. Uma dicotomia há muito estabelecida no processo civilizatório em Helvécia, como que a acentuar uma divisão do trabalho material e do trabalho intelectual, consistindo na nítida divisão ente campo e cidade (BOURDIEU, 2007).

Em uma sociedade dividida em classes, a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes, contribui para a perpetuação e para a reprodução da ordem social (no sentido de estrutura das relações estabelecidas entre os grupos e as classes) ao contribuir para consagrá-la, ou seja, sancioná-la e santificá-la. (BOURDIEU, 2007A, pp.52-53)

A forte “moralização” da religião em Helvécia – ocasionada por um grupo de especialista incumbido da gestão dos bens da salvação (BOURDIEU, 2007), e sustentados por um esquema de cristandade conservadora e pelo modelo de sistema senhorial – dificultou o processo de reconhecimento quilombola. Segundo relato dos membros da AQH, a Igreja, representada por seus agentes eclesiais, foi a que mais discriminou a idéia em tornar o distrito de Helvécia um espaço remanescente de quilombo. Suas lideranças clericalizadas, com seus discursos, ilustravam cenas do cotidiano afrodescendente e, ao transpô-las a dimensões canônicas, destituíam o valor semântico de sagrado, tornando-as pagãs e, por isso, os seus adeptos necessitavam da redenção, que se encontrava no espaço eclesial-católico.

“Os processos de “interiorização e de racionalização” dos fenômenos religiosos e, em particular, a introdução de critérios e imperativos éticos, a transfiguração dos deuses em poderes éticos que desejam e recompensam o bem e punem o mal, de modo a salvaguardar também aspirações éticas, e mais o desenvolvimento do sentimento do pecado e o desejo de redenção, eis ai alguns dos traços que se desenvolveram, via de regra, paralelamente ao desenvolvimento do



trabalho industrial, quase sempre em relação direta com o desenvolvimento urbano. (BOURDIEU, 2007A, p.35-36).

Para muitas lideranças, agregar a dimensão semântica de quilombo a Helvécia significaria oportunizar e valorar as várias manifestações cultuadas no silêncio-sigilo e/ou até então apresentáveis com dimensão folclóricas, pagãs e que, até então, tinham sido racionalizadas de modo a separar de forma absoluta o sagrado do profano e/ou colocar em destaque aqueles que estavam sentados nos bancos com seus olhos baixos, e com suas mãos que se estendiam a tomar a bênção.

O processo civilizador, para usar uma expressão do sociólogo e historiador Norbert Elias, se impôs no Brasil através de uma ação incisiva e persistente do clero romanizado e das elites iluministas que se orientou em dois sentidos: na separação da religião das manifestações profanas e libidinosas populares e na construção de uma origem histórica e factual dos eventos religiosos. (STEIL, 2001, p.28).

Esses breves relatos apontam para uma “quebra de braços” visíveis e invisíveis, audíveis e inaudíveis entre os três grupos distintos: os brancos, os negros e os que não se consideram como parte de nenhum dos dois. Mesmo que com forte tendência a cristianização, durante esse quase dois séculos, os afrodescendentes subverteram a ordem tradicional do catolicismo europeu, agregando modos populares de culto. Trouxeram para dentro da Igreja as irmandades de São Benedito, responsável pelos festejos do mastro de São Sebastião, e a luta entre mouros e cristãos. Pouco a pouco, foram adentrando o universo sacro, onde apenas a presença de alguns era permitida. Mas, quase toda a desenvoltura dos festejos organizados pela Irmandade acontece em frente da Igreja, e não dentro da Igreja. A puxada do mastro de São Sebastião,

que ocorre no dia 1º de janeiro é algo que mobiliza toda a comunidade, inclusive outras circunvizinhas.

A ação de recriar o mundo é sempre um empreendimento coletivo que realizamos com os recursos sociais e históricos com que contamos na cultura. Ou seja, tecemos a singularidade do nosso modo de ser e de viver com os fios que herdamos do passado. Estes, por sua vez, embora possuam cor, consistência, resistência e espessuras próprias não impedem nossa criatividade ao tecer o presente, dando-lhe uma nova configuração e forma. De modo que criamos sempre a partir de nossa herança histórica e inventamos o novo dentro de um quadro previamente emoldurado pelos condicionamentos culturais e sociais do passado. (STEIL, 2001, p.14).

Sabiamente os membros afrodescendentes recriaram a procissão tradicional, agregando valores e necessidade da herança histórica cultural. As reminiscências do tronco se personificam no presente com a imagem do mastro de São Sebastião. É grande a alegria. Muitos dizem não saber explicar o sentimento que nutrem, mas se sentem convocados a participarem. A procissão que se realiza desloca-se da Igreja Católica até a fazenda onde já se encontra o mastro, todo ornado de flores e plantas medicinais. É uma convocação à comunidade para se posicionar no desfecho que somente ocorrerá no último final de semana de janeiro com os festejo do mártir São Sebastião, com a luta dos mouros e cristãos. Os passos são apressados, assim como o ritmo dos tambores e a exaltação de alguns, animados por aguardente e pela alegria própria que o ritual favorece. Para muitos, a imagem que sustenta tal devoção é a transferência de sagrado aferida ao Mastro. Por isso, o mesmo, no dia anterior, passa por um processo de ornamentação, próprio dos instrumentos sagrados da Igreja, dos andores dos santos; é como se ali se encontrasse o próprio São Sebastião martirizado, um possível eufemismo. Grande é a euforia dos participantes afrodescendente que entre

gritos e gíngã, entoam: *“venham todos, mouros e cristãos, vamos puxar o mastro de São Sebastião”*. Ao chegarem à fazenda onde já os espera o mastro, todos devotados silenciam-se. Rezam-se o pai nosso e ave-marias, muitos fazem pedidos e, no mesmo ritmo, retornam ao povoado com o mastro, que mede em torno de uns onze metros, sobre os ombros, passando pelas vias principais. Ao entrarem no povoado, colocam-se sentadas no mastro crianças até 7 anos de idade, valendo lembrar que são crianças do sexo masculino, pois as meninas são proibidas de participarem de tal ritual. Para essa questão, não há uma resposta evidente entre os ritualistas, apenas repetem a cena como aprenderam com seus antepassados. No entanto, cabe uma reflexão, pois mesmo sendo algo deveras familiar, não perdeu seu mistério, seu aspecto exótico, por isso, mesmo depois de tantas repetidas mantém uma aura de sacralidade (ECO, 1997,p.36). Segundo alguns interlocutores, o mastro de São Sebastião é redentor – uma aproximação do Senhor, enquanto que no passado, o tronco era castrador, fim marginal a qualquer indiferença ou diferença aos mandos do senhor. Sendo Helvécia parte produtiva da grande Colônia produtora de café, podem ter sido os homens os que mais sofreram os maus tratos no tronco, sem que isso signifique que as mulheres também não os tenham sofrido. Assim, sacralizam o mastro com significação contrária a do tronco, sustentando mistérios, credices em torno do ritual. Durante toda essa movimentação, é pouca ou quase imperceptível a presença das lideranças, autorizadas ao culto da salvação, da Igreja matriz. No entanto, é o leigo clericalizado que dá a bênção do mastro, conferindo-lhe o sentido de sagrado. E a comunidade, sem uma consciência reflexiva, celebra o martírio e a redenção, mantendo viva a memória das ervas que curam, protegem dos maus

“agoros”, “mandingas” e perseguições carnavais e espirituais. Tão logo, o Mastro chega em frente da Matriz, rapidamente a multidão que o acompanhou em toda peregrinação avança e retira galhos e flores das ervas que o ornavam, para servirem como símbolos de proteção – bênção para o inesperado. Nesse ritual, todos podem tocar e se apropriar do sagrado, por isso ser tão significativo para os cidadãos de Helvécia, diferente dos muitos outros objetos e espaços sagrados onde e em que apenas uns poucos podem ter acesso. O mastro ficará exposto às intempéries do dia e da noite, até que seja erguido na Praça da Matriz.

Esse ritual de conservação e resistência colaborou para a unidade religiosa e cultural, ao firmar no calendário do povoado e no ritmo do povo a necessidade dessa representação. Conforme Carlos Alberto Steil:

Mesmo aquelas sociedades que se afirmaram não-religiosas estabelecem algum mapa de lugares densamente significativos, onde seus membros podem sempre de novo beber da fonte de uma tradição que tece diuturnamente os laços de sociabilidade e solidariedade entre aqueles que se reconhecem como um “nos”. (STEIL, 2001, p.12).

Os membros da AQH salientam que as vivências das manifestações religiosas e culturais favoreceram e acentuaram o reconhecimento de Helvécia como uma comunidade de remanescência quilombola. E a chegada de um novo pároco em Posto da Mata, o qual assiste a comunidade de Helvécia, tem movimentado forças favoráveis ao reconhecimento. Com seu discurso eclesial, corrobora os procedimentos desenvolvidos pelas “meninas” da AQH, de modo que, colocando-as em evidências, também as autoriza a se pronunciarem a respeito dessa identidade assumida e oficializada pelo Estado.

Os conflitos oriundos da relação AQH com a Igreja católica dizem respeito à linha pastoral assumida pelas lideranças eclesiais local, formadas a partir de direcionamentos do “pentecostalismo” da renovação carismática. Alguns membros comentam que o discurso corrente é a manutenção de constante penitência e a “diabolização” de toda manifestação africana, em especial, o candomblé. No entanto, contrário a essa postura, ou disposto a enxergar outras vertentes pastorais, é o novo pároco. O mesmo é responsável e assessor das Ceb’s – Comunidades Eclesiais de Base, na diocese de Teixeira de Freitas- Caravelas. Assim, realiza junto à comunidade, em suas celebrações eucarísticas, uma experiência do Deus do Êxodo; um Deus que escuta o clamor do povo e que liberta das injustiças provocadas pelas ideologias dominantes, presentes nos meios de comunicação de massa que ocultam sistematicamente a realidade de pobreza e de opressão vivida pelo povo, sobretudo, os negros e os pobres. Ao colocar-se ao lado dos pobres e/ou dos que sempre foram excluídos pelos dominantes, acaba por gerar discursos internos na comunidade que desqualifica sua autoridade, *“esse padre aí, sei não! Veja, já tá com as meninas da associação”*.

Assim, discursar que a prática da evangelização sempre começa pelo compromisso político e pela análise da realidade como exigência de fé e que essa experiência abre para a revelação de Deus na história, incomoda os que preferem a neutralidade ou uma ação espiritualizada, onde tudo é vontade de Deus. Dessa forma, a linha pastoral do novo pároco evidencia a dimensão pastoral da Igreja dos pobres, que se faz especialmente necessária quando “relampeja”, ou seja, se faz perceber um perigo de miséria e opressão e, no caso de Helvécia, a negação de uma identidade tão evidente e tão forte para

possíveis negociações quanto ao uso e permanência na/da terra. Com isso, novos conflitos vão se “esparramando” no território helveciano, mas solidificando as meninas da AQH em sua luta por justiça, pela unidade do povo, pela resistência cultural e religiosa, enfim, pelo direito de cidadania.

A igreja presente no povo por influência das CEB's, se converte num espaço onde se afirma a dimensão transcendental, espiritual e utópica da libertação. Finalmente, a dimensão pastoral da Igreja dos Pobres significou um verdadeiro acompanhamento espiritual do povo em meio aos processos políticos e militares dos últimos anos. Esse acompanhamento pastoral permitiu não só que o povo encontrasse consolação e fortaleza espiritual, mas também teve influencia decisiva na vontade do povo de resistir e de lutar até o fim. (RICHARD, 1989, p. 36).

Entre o dito e o não dito, a palavra quilombola foi tornando-se constituição e constituinte de novos paradigmas no espaço eclesial. A ousadia das meninas da AQH comungada à “ousadia” do pároco em acreditar no projeto – Helvécia um espaço de remanescência quilombola, provoca (des)arranjos intra, extra e interpessoais. O negar e o afirmar direta ou inversamente proporcional ocorre à medida que, nos campos de poder simbólicos, novos sujeitos são incluídos ou excluídos. *Assim, “há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e fruto”, pois negro é raiz da liberdade.*

---

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

---

Num universo dominado pela lógica da similaridade (e da simpatia cósmica),  
o interprete tem o direito e o dever de suspeitar  
que aquilo que acreditava ser o significado de um signo  
seja de fato o signo de um outro significado  
(ECO, 1997,p.55).

Durante o trabalho de campo, desenvolvido entre janeiro de 2006 de outubro de 2008, busquei compreender que elementos da vida social e cultural de Helvécia foram movimentados em prol da refundação territorial quilombola. Persegui ainda os porquês da existência de conflitos, como foram e ainda são produzidos e apropriados pela comunidade com o referencial quilombo/quilombola aferido pelo Estado a partir do levante de cinco mulheres negras. Objetivei registrar os conflitos e tensões em torno da “memória–história da formação étnica” da comunidade de Helvécia, sua organização social e política estabelecida nos confrontos entre fontes documentais e orais. E, com o intuito de compreender a concepção de espaço – território em construção, suas redes de relações e valores a partir do reconhecimento como comunidades quilombola – fizeram-se necessário identificar as formas e as manifestações mediante as quais o presente relaciona-se com o passado e as interpretações conflitantes que ajudam a multiplicar os pontos de vista sobre os eventos do passado até então presos à dimensão documental. Nesse itinerário de construções identitárias e territoriais, a escola e a Igreja emergem como espaços que contribuíram na preservação ou negação da identidade quilombola, centros usuais de discursos religiosos-pedagógicos, por isso, espaços onde os mecanismos de “inculcação” têm ritos fecundos de efetivo resultado.

O mergulho etnográfico – extensamente descrito neste trabalho – me possibilitou entender aquilo que chamo de “o dito e o não dito” do processo de reconhecimento em Helvécia.

Entre o dito e o não dito – uma análise dos conflitos e tensões que emergiram a partir do reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente de quilombo aponta novas possibilidades de pesquisa, dentre elas, os discursos dos que outrora eram os donos da voz e, hoje, silenciam-se com as transformações e os deslocamentos político-geográficos de poder: os brancos do espaço e os afrodescendentes que não se enquadram na categoria quilombola aferida pelo Estado, seja por desconhecimento do termo em sua nova aplicabilidade a partir do Art. 68 da Constituição e sua implementação pelo Decreto 4887/2003 ou como resistência ao mesmo. Assim, diante desse universo de possibilidades, vale perguntar: quais os condicionantes estruturais que moldaram e moldam esse comportamento em um período de não mais que quatro anos? Isso porque, quando do reconhecimento, foram muitos os enfrentamentos já descritos nessa pesquisa, e outros, que mesmo não sendo relatados, deixam-se revelar por expressões corporais e faciais- merecedoras de um tempo maior para compreendê-las, significando-as. Nessa direção, outra questão se agrega, por exemplo: quais os novos jogos de poder que estão sendo desenvolvidos a partir desse silenciar - “aceitar”, agora centrado nos que sempre tiveram direito ao uso do discurso? Mesmo que existam muitas lacunas a serem preenchidas e outras tantas que, à revelia do tempo, se camuflam nas diversas performances humanas, o que se vê é que o universo intersocietário de Helvécia como comunidade quilombola projeta-se de forma “interseccionárias” quanto ao uso de poder. Apresenta uma rica estrutura dialogal



quanto aos procedimentos desenvolvidos nos diversos espaços da comunidade: social, econômico e cultural. As questões pertinentes ao distrito e, por extensão, à população são pautadas em reuniões públicas e/ou com representantes dos diferentes núcleos: escola, família e igreja, seja pelas empresas de agronegócio, poder público municipal e/ou pela AQH. Um avanço sócio-político advindo com o reconhecimento quilombola. Esse sistema organizacional em implantação, mesmo com uma propensa hierarquização dos que estão e fazem uso do poder político-cultural, torna-se um eficaz instrumento civilizatório – é formador e ao mesmo tempo uma forma de consciência em socializar com a comunidade – um modelo de política participativa, onde na diversidade objetiva-se a unidade.

Também, é possível identificar no decurso desse processo de aquisição política-identitária alguns passos metodológicos – civilizatórios – educativos; mesmo não sendo previamente planejados, apresentam-se através das escolhas, dos discursos e dos posicionamentos intra, extra e intercomunitário: desconstrução, reconstrução e construção.

Apropriando-se do discurso de Eco (1997), ao afirmar que o intérprete tem o direito e o dever de suspeitar, sugere-se que tal ação faz com que o mesmo descubra novos uni-versos significativos. Essa atitude foi por deveras imprescindível para a compreensão da extensão legal que o termo quilombo - quilombola oferece na atualidade ao grupo solicitante do reconhecimento. De um suspeitar originou-se uma desconstrução de preconceitos, dos conceitos e dos processos interpretativos excludentes oriundos de uma tradição de “mandonismo”, construída pelo tempo e no espaço, e que, em quase dois séculos, forjou discursos e marcas históricas na consciência e no labor

cotidiano dos afrodescendentes em Helvécia. Um suspeitar também em relação ao androcentrismo, visto que, em grande parte das comunidades de origem africana, a mulher é sinal de vitalidade, força e sabedoria. Um desconstruir das ações sociais, políticas, econômicas e religiosas canonizadas pelo poder “senhorial” e, por isso mesmo, intocáveis durante muito tempo e que pela sacralidade, denotavam um “ad-infinito” na manutenção de poder de uns poucos privilegiados pelo poder simbólico econômico e cultural.

Nesse cenário de desconstrução, percebe-se simultaneamente um processo de reconstrução, que para a população que apóia a ação de reconhecimento significa um resgate das reminiscências ancestrais. Evocando um passado marcado por “sofrimentos”, os afrodescendentes paulatinamente recuperam o histórico de luta em prol da liberdade. Reconstroem suas tradições, desautorizando o caráter folclórico e imprimindo-as como parte da vida cotidiana, não mais para “estranho” ver, mas para que, mesmo o familiar, não perca de vista sua sacralidade por denotar um patrimônio de valor. Com o processo de reconstrução, as “meninas da AQH” recuperam os atos libertários da tradição feminina em Helvécia e colocam em evidência o bate-barriga, o samba de roda e “chulas”: expressões religiosas e culturais que sobreviveram aquém dos registros escritos, mas fecundo na memória e que para sobreviver foi necessário transpor a outras temáticas cristianizadas. Esse reconstruir é em si um desconstruir das estruturas ideológicas pautadas no patriarcalismo que, durante muito tempo em Helvécia, silenciou as mulheres, sobretudo, as afrodescendentes.

Concomitante ao processo de desconstrução e reconstrução em Helvécia, encontra-se o processo de construção que apresenta perspectivas de

uma nova história a partir de (des)arranjos, deslocamentos e/ou aquisição dos capitais simbólicos – econômicos e culturais. Uma história que apresenta novos paradigmas e novas concepções de construção quanto ao modelo de mundo, sociedade e de homem. Um exercício de cidadania em prol do bem comum.

Com esse processo de construção político-identitária, as “meninas da AQH” querem acreditar na possibilidade – potencialidade que o território, ressignificado, pode oferecer à comunidade; seja como patrimônio material, seja como patrimônio imaterial.

Compreende-se que a desconstrução-reconstrução-construção no “viés” da territorialidade e sua compreensão ultrapassam as fronteiras dos aspectos políticos por agregar a eles elementos sócio-culturais, tornando evidentes as ações políticas antes silenciadas pela dessacralização dos elementos “exóticos” – culturais da comunidade helveciana. Esse processo denominado de estratégia metodológica e/ou civilizatória através dos discursos e das ações desenvolvidos pelas “meninas da AQH” quer resgatar elementos da história das resistências nos ritos formais e informais de resistência ou as possibilidades em exercer o poder evidente ou subjacente nos centros usuais de peregrinação e descoberta em Helvécia, a saber, a Escola e a Igreja católica.

Assim, à medida que os sujeitos envolvidos no processo de categorização e, por isso mesmo, de formatação humano-territorial quilombola vão estruturando-se, descobrem histórias de resistências e se vêem como sujeitos de resistência nos mais variados exercícios de poder desenvolvidos ao longo desses quase dois séculos – de Colônia Leopoldina a Helvécia. Marcas que amiúde realizavam, mas que não percebiam o entre dito que as mesmas

revelavam ou não se deixavam perceber. Mas que, com o processo de nomeação, constituíram e assumiram novas identidades, ou como preferem dizer as “meninas da AQH” reafirmaram, de modo que essas identidades legalmente aferidas constituíram novas dimensões de espaço, a partir da categoria remanescente de quilombo.

Uma vez territorializado o espaço como quilombo, aumenta e/ou exige procedimentos sócio-espaciais, culturais e ecológicos diferenciados. Dentro dessa nova realidade absorvida pela comunidade helveciana, novos embates futuros já despontam no presente –, a exemplo, a titulação das terras. Pensar que a princípio a luta baseava-se justamente no direito a posse e uso da terra, ameaçada pelas guarnições policiais e que se ampliou à medida que se compreendia o sentido de território quilombola, fica outra questão: quais os rumos e embates que trarão junto às empresas de agronegócio e latifundiários que possuem a maioria das terras em torno de Helvécia? Qual o impacto que esse novo passo jurídico provocará inter, extra e intracomunitário em seus rituais humano-culturais-identitários? São muitas as questões que se desdobram a partir do reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente de quilombo. Isso porque, o aspecto em torno da sustentabilidade ecológica contrapõe o projeto de “assombreamento eucaliptico” a que está submetida a comunidade helveciana e circunvizinhança.

No entanto, o exercício do poder vinculado à qualidade de vida socializada na comunidade helveciana corroborará a rede intersocietária de forma capilar, capaz de preservar e avançar no conjunto das micro redes de poder, instituídas em Helvécia: a escola, a igreja e as famílias afrodescendentes que começam, em parte, a compreender que a unidade

enquanto comunidade é benéfica para o todo, visto que já se acelera em Helvécia o processo de implantação do ensino médio, a ampliação do posto de saúde, a inauguração da biblioteca pública e do centro de informática.

Outro aspecto importante que sobressai ou se deixa parcialmente revelar quanto ao processo de negação e afirmação desenvolvido no espaço eclesial, diz respeito à escolha da padroeira, Nossa Senhora da Piedade. Dentre as observações já descritas, faz-se necessário pensar: que outros elementos estariam por trás da escolha de tal signo? Essa interrogação surge quando da ligação entre as datas comemorativas dos santos Cosme e Damião, santos devotados nos terreiros de candomblé, e Nossa Senhora da Piedade. Ambos festejados em setembro, os dois primeiros em 26 para a Igreja católica e 27 para terreiros, a segunda celebrada em Helvécia no dia 27. Um sincretismo ou uma sobreposição? Ou uma tentativa em fazer desaparecer marcas ancestrais cultuadas pelos afrodescendentes, ritos tidos como pagãos, e que na verdade sustentam uma ideologia, quase sempre contrária a do dominador-colonizador? Nas celebrações dos Santos Cosme e Damião a comida é farta e diversificada, sinal de abundância. As crianças são inseridas no ritual, fazem parte do banquete, não ficam às margens da comunidade. São cultuadas como que desejando preservar o futuro no presente. As divindades vêm estar com a comunidade. Cantam, dançam e partilham saberes. Estão ao acesso de todos. Essas questões destacam-se levando em consideração a ausência e/ou quase inexistência de terreiros de candomblé em Helvécia. No distrito há apenas um terreiro, no extremo periférico. Praticamente invisível aos transeuntes e a própria comunidade – uma opção ou um condicionamento? Enquanto a matriz ocupa o centro do distrito, o terreiro fica restrito à periferia.

Mais uma vez sobressai a dicotomia, agora, no senso religioso. Merece atenção os rumos que o reconhecimento dará a essa realidade observável em Helvécia. Como será o caminho de volta, se é que ocorrerá. Ou como será o caminho de volta quanto à valorização da religiosidade africana em um distrito, mesmo católico, pentecostalizado. É possível perceber assim, motivos pelos quais a Igreja católica através, de suas lideranças como relatado nos discursos dos membros da AQH, ter sido tão contrária ao reconhecimento de Helvécia como comunidade remanescente de quilombo.

Por fim, com o advento da categoria quilombola, os moradores de Helvécia têm acesso a novos significados ou novos parâmetros aos processos sócio-educativos, políticos e culturais. Helvécia torna-se um espaço inter-étnico destinado a fazer ponte com a realidade, sem perder de vista tradição e inovação, de modo que a problematização constante por parte de suas lideranças em meio à complexidade histórica, cultural e política e a análise da mesma, pelo desenvolvido no presente, manterá sinais de ação-reflexão-ação, em prol da manutenção das tradições e das transformações necessárias à comunidade para o exercício pleno dos direitos de cidadania. E, com o processo dialógico desenvolvido pelas “meninas da AQH”, advogam uma política de tolerância entre os diferentes e, por isso, buscam nas reminiscências o fato de que as pessoas são úteis à história, mas que à história também pode ser útil às pessoas e, assim, afirmam: “somos herdeiras e herdeiros de uma história, não apenas a que nos contaram, mas muitas outras que os outros precisam saber.”

## **Referências Bibliográficas:**

---

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. (trad.) Alfredo Bosi. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ALBUQUERQUE, Jean. Retrato histórico de Nova Viçosa – Bahia. Nova Viçosa: SUPREMA Gráfica e Editora Ltda, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITAO, Sergio (org.). Direitos territoriais das comunidades negras rurais. São Paulo: Instituto sócio-ambiental, 1999.
- ALVES, Rubem. Qualidade total em educação. In: Revista de Ciência da Educação. Sociedade e Educação. Ano XVI, dez. 1993.p.503-507
- ARRUDA, Rinaldo. Imagens do Índio: Signos da Intolerância. Seminário Internacional 6 “Ciência, Cientista e a Tolerância II. Publicado em Povos Indígenas e Tolerância – construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. 1997. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Revista Mana*, volume 3, número 2. Museu Nacional/UFRJ, Contra Capa, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Mocambo: antropologia e historia do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006.
- ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. Clamor do Presente: história oral de famílias em busca da cidadania. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2001,258 pp.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de historia. IN: Walter Benjamin obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense,1987
- BERMAN, Marshall. Modernidade. Ontem, hoje e amanhã. In: Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas, 1983.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. [Coleção estudos]. 6ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007A.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007B.

CADERNOS CEDES. Antropologia e Educação – Interfaces do ensino e da pesquisa. São Paulo: Unicamp, Ano XVIII, no. 43, dezembro/1997.

CAMPENHOUDTA, Luc Van. QUIVY, Raymond. Manual de investigação em Ciências Sociais. 2ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

CARDOSO, R. “Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”.In: A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp.95-106.

CHAGAS, Mirian de Fátima. A Política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos. Horizonte. Antropológico. vol.7 no.15 Porto Alegre July 2001.

CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL. Campanha da Fraternidade 2007: vida e missão neste chão. Manual da CNBB. São Paulo: Salesiana, 2007.

COPANS, J. “Da Etnologia à Antropologia”.In: Antropologia Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa, Edições 70, 1971.pp.11-42.

CORTELA, M.S. A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala à colônia. 4 ed. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1998.

DA MATTA, Roberto. “O Trabalho de Campo na Antropologia Social”e “O Trabalho de Campo como Rito de Passagem”.In: Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.pp.143-173.

DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira – entre a Antropologia e a educação. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, out. de 2003.mimeo.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, pp.136-161.

ECO, Umberto. Interpretação e superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



GEERTZ, C. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”.In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.pp.13-41

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Joaquim B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: VVAA, Racismo no Brasil op.cit.VVAA, Racismo no Brasil op.cit., pp.123-143.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros à universidade pública. Revista da FAEBA, e CADERNOS DE PESQUISA. No. 118, 2003, p.247-268.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. (Org) Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrira; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. O

ILIARTE, Gregório. Neoliberalismo sim ou não? Manual destinado a comunidades, grupos e organizações populares. Trad. João Paixão Netto. São Paulo: Paulinas, 1995.

JORNAL DA CIDADANIA, 1997

KOOPMANSS, José. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. Salvador: BDA, 1997.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. WARNIER, Jean-Pierre. Etnologia – Antropologia. Revisao da tradução Jaime A. Classen. Petropolis:Vozes, 2003.

LARAIA, R. B. Cultura – um conceito antropológico. 17 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Susana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LEVI-STRAUSS, C. “Lugar da Antropologia nas Ciências Sociais e Problemas Colocados por seu Ensino”.In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. pp.385-427.

LYRE, Jorge Buckingham. Dissertação – colonos e colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na segunda metade do século XIX. UFBA, 1982

MARTINS, J.B. “A noção de identidade e o olhar multirreferencial. Colocando algumas questões para a educação”. *Mimeo*

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. Educação: Ferramentas para ascensão da burguesia na Bahia Republicana. IN: História em Revista: aspectos da Bahia Republicana. Salvador: UCSal. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. pp.7-16, (Coleção UCSal.IFCH. Coletâneas n.3).

MATTA, Roberto da. A Casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Identidades Fragmentadas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, Claudio; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociedade da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril 2002, PP.15-36.

NOVAES, Adauto (Org.) Ética. São Paulo: Companhia das Letras. Séc. Municipal de Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Caminhos da Identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ORTIZ. Maria Elena Rodrigues (Org.). Justiça social: uma questão de direito. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

RECH, Helena T. As duas faces de uma única paixão: uma reflexão teológica sobre experiência cristã de Deus e suas conseqüências para a vida consagrada da América Latina e Caribe. São Paulo: Paulinas, 1998.

RIBEIRO, D. O processo civilizatório. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1968.

RICHARD, Pablo. A força espiritual da Igreja dos pobres. Petrópolis: Vozes, 1989.

ROUANET, Sergio Paulo. Iluminismo e Contra-Iluminismo (sobre a modernidade e seu projeto inacabado). Texto de Cultura e Comunicação. Salvador n. 1.p.5-22.1985.

SANTOS, Boaventura Soares dos. Pela mão de Alice. O Social e o político na pós-modernidade. Porto Alegre: Afrontamento, 1994.

SCHIMITT, Alessandra, et alli. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Artigo apresentado na 25ª. Reunião brasileira de Antropologia, 11-14 de junho, Goiânia, 2006.

SILVA, Ana Célia. Educação formal e informal nas comunidades negras rurais de Rio das Rãs: afluentes em busca do encontro. Mimeo, s.d.

SILVA, Jonatas Conceição. Vozes quilombolas: uma poética brasileira. Salvador: EDUFBA: ILÊ AIYÊ, 2004.

SILVA, Sandro Jose. Quilombos no Espírito Santo: identidade e territorialidade. 25ª. Reunião brasileira de Antropologia, 2006.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola – uma perspectiva social. 4 ed. São Paulo: Ática, 1987.

SOUZA, Florentina da Silva. Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

STEIL, Carlos Alberto. “Catolicismo e cultura”. In: Valla, Victor (Org.), Religião e Cultura Popular. [Coleção o sentido da escola]. Rio de Janeiro:DP&A, 2001.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. “Projeto, Emoção e Orientação em sociedade complexas”. In: Individualismo e Cultura – Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.